

JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA

**RAÍZES DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
DA BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada
à Coordenação do Curso de Pós Gradu-
ação em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Bahia.

Salvador
1979

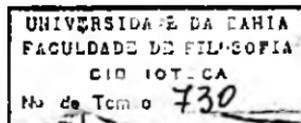
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA

RAÍZES DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentada
à Coordenação do Curso de Pós Gradu
ação em Ciências Sociais da Univer
sidade Federal da Bahia.

SALVADOR - BAHIA
1979



S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	05
I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA ...	08
1 - A Transição e o Desenvolvimento Desigual e Com binado	08
1.1 - Da Acumulação Primitiva à Acumulação Capi talista	09
1.1.1 - A Manufatura	11
1.1.2 - A Indústria	12
2 - Do Antigo Sistema Colonial à sua Crise no Bra sil	14
2.1 - A Necessidade Histórica do Sistema Colo nial	14
2.2 - A Crise Necessária do Antigo Sistema	18
3 - Da Acumulação Capitalista Clássica à Acumulação Monopolista	19
3.1 - Da Exportação de Mercadorias à de Capi tais	19
4 - Da Crise do "Antigo Sistema" ao Desenvolvimento das Relações e das Forças Produtivas Capitalis tas no Brasil	25
4.1 - O "Novo" Sistema ou a Constituição do Es tado Nacional e da Ruptura do Exclusivo..	26
4.2 - O Reforçamento do Trabalho Compulsório e a sua Racionalidade	37
4.2.1 - A Racionalidade Escravista no Bra sil	41
4.2.2 - "Completa-se" a Transição no Bra sil	50
NOTAS.....	60
II - REGRESSÃO AÇUCAREIRA E REORDENAÇÃO AGRÍCOLA BAI NA	67

1 - Regressão Açucareira	70
1.1 - Formas de Trabalho	75
1.2 - Estrutura Produtiva e Protecionismo Fiscal	76
1.3 - Meios de Escoamento	81
2 - Fumo	89
2.1 - A Produção	90
2.2 - A Comercialização	93
3 - Café	97
3.1 - A Produção do Sul da Província e do Recôncavo	97
3.2 - As Exportações	100
4 - Algodão	101
4.1 - A Estrutura Produtiva	101
4.2 - Comércio e Exportação	103
5 - Cacau: ou Completa-se a Reordenação Agroexportadora da Bahia	106
5.1 - A Estrutura Produtiva	108
5.2 - Comercialização e Exportação	112
NOTAS	118
III - A Gênese e o Caráter da Dependência Econômica da Bahia	126
1 - Agroexportação e Divisão Social do Trabalho na Bahia e em São Paulo	127
1.1 - A Teoria e as Evidências do Caso Baiano	127
1.2 - O Caso Paulista ou a Dependência como Necessidade Estrutural	148
NOTAS	161
CONCLUSÃO	165

LISTA DE TABELAS

TABELAS (Cap. I):

1. Estrutura do Comércio Externo Inglês de 1814-1856	28
2. População do Brasil	41
3. Exportação de Café e Açúcar de 1821-1930	51

TABELAS (Cap. II):

1. Participação do Brasil na Produção das Principais Regiões Exportadoras do Cacau	115
--	-----

TABELAS (Cap. III):

1. Percentuais de Participação de Alguns Produtos	134
2. Produção Industrial do Brasil nos Anos de 1907, 1920 e 1938	144
3. Intercâmbio Comercial do Estado da Bahia de 1928 a 1932	158

A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho foi redigido em três meses mais ou menos, por motivos que não estiveram plenamente sob o nosso controle. Entretanto, mesmo antes do concurso para o mestrado, viemos pensando e elaborando a problemática que lhe norteou, assim como também a sua investigação empírica. Nesse ponto, somos obrigados a ressaltar que inúmeras dificuldades infra-estruturais e outros problemas impediram-nos de executar essa etapa de modo mais sistemático e com absoluta concentração, sobretudo no que diz respeito às fontes primárias. Delas não conseguimos extrair uma quantidade significativa de dados "originais" que tornasse o estudo nesse aspecto, por si só, revelador. Também não nos foi possível utilizar todo o material que recolhemos.

É claro que tais condições interferiram nos resultados da pesquisa. Mas assumindo a responsabilidade pelos seus erros e acertos, e em função dos objetivos aos quais nos propusemos, acreditamos que as interferências não modificaram tais resultados de maneira substancial, justamente porque estes foram determinados fundamentalmente pelo método de abordagem e de apreensão do objeto, e da problemática a ele subjacente. Sem dúvida que esta problemática não nos foi dada imediatamente pelas evidências empíricas, nem pelos estudos já existentes, ao menos parcialmente. Tivemos que reconstruí-la, o que só veio no sentido de fortalecer a nossa crença de que a principal "dificuldade" experimentada por boa parte, senão pela maioria dos estudos empreendidos sobre a economia e a história econômi

ca da Bahia, reside muito mais no método de investigação (que não pode ser confundido apenas com a metodologia e a técnica de coleta dos fatos) do que na falta de uma maior quantidade de dados factuais à disposição dos investigadores. Esta afirmação, entretanto, não deve ser tomada como desprezo ou negligência pela necessidade real da pesquisa às fontes primárias, que é na verdade insubstituível.

O que nos moveu, foi a necessidade de poder explicar o porquê da Bahia ser hoje pertencente a uma região secundária economicamente e mais que isso, subordinada ao centro-sul, quando séculos atrás foi um dos principais centros de produção e exportação de açúcar. A questão torna-se importante, sobretudo quando consideramos que por volta dos anos 60 do século passado, a Bahia tornou-se o primeiro centro têxtil do Brasil, anunciando com outros ramos do setor secundário de sua estrutura produtiva, os surtos industriais que viriam ocorrer no resto do país pelo final do século e o processo de industrialização, que dando todo o destaque ao desenvolvimento do centro-sul, coloca São Paulo como o principal polo industrial do Brasil.

Este problema desde os começos do século XX causa polêmicas e várias gerações o assumiram como um enigma, já que não conseguiam responder porque a Bahia não continuou a industrializar-se. Hoje, quando o processo mostrou toda sua potencialidade, sabemos que jamais responderemos a essa indagação sem lhe completar com outra, qual seja: por que a Bahia colocou-se em uma região subordinada no quadro da divisão nacional do trabalho e em que período encontram-se as raízes de sua subordinação?

As hipóteses com as quais procuramos responder essas questões foram em síntese as seguintes: a) as raízes da dependência baiana acham-se

entre a segunda metade do século passado e as três primeiras décadas deste século; b) a principal determinação da gênese dessa dependência foi a contração da demanda externa do açúcar baiano e a "incapacidade" de seus produtores em fazer reverter esse quadro; c) os outros produtos da pauta das exportações, tampouco conseguiram demanda significativa e constante, a ponto dos capitais acumulados provocarem efeitos diversificadores, particularmente o aprofundamento da industrialização; d) a acumulação monopolista ao propiciar a expansão cafeeira, possibilitou também o aprofundamento da divisão social do trabalho no sentido da industrialização em São Paulo, e ao exacerbar as desigualdades da acumulação de capitais e das formas de produção de valor entre este e a Bahia, transformando-as numa necessidade da reprodução mundial do capital.

Tentando a comprovação das referidas hipóteses dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, procuramos estabelecer o nosso método e os pressupostos teóricos. Aplicando ambos, buscamos apreender as especificidades da formação histórica brasileira e de que maneira as mudanças aqui verificadas se relacionaram com os padrões de acumulação de capitais dos países avançados. Assim, entendemos a sobredeterminância destes para a acumulação brasileira, como "motora" e "frenadora" de seu desenvolvimento. Na mesma perspectiva tratamos o capital comercial, acoplado à racionalidade escravista, tanto quanto o processo de constituição do Estado-Nação e do papel deste. Por fim, tentamos ainda neste capítulo, apreender as determinantes fundamentais para a realização definitiva da transição para o trabalho assalariado no Brasil.

No capítulo dois, tratamos do desempenho agroexportador da Bahia durante a segunda metade do século XIX e começos do século XX. Procuramos

determinar o grau da demanda externa dos produtos mais importantes da Bahia, a concorrência a que foram submetidos nacional e/ou internacionalmente, detectando os fatores de ordem interna, particularmente os referentes à infra-estrutura baiana, que deram a sua quota de participação (negativa ou positiva) ao desempenho de cada atividade agroexportadora.

O último capítulo, tenta apreender a dialética da agroexportação e da divisão social do trabalho, na Bahia e em São Paulo, buscando-se mostrar a "construção" da dependência baiana como uma necessidade estrutural em contraposição à falácia das abordagens evolucionistas.

Adiantamos que somos os primeiros a reconhecer os defeitos deste trabalho. O primeiro capítulo por exemplo, tornou-se mais longo do que pretendíamos e acabou obedecendo muito mais ao percurso da investigação que ao método de exposição pretendido. Entretanto, estamos convencidos de que seus resultados permanecem válidos e foram muito importantes para as outras etapas do estudo.

Agradecemos a Ubirajara Rebouças (Orientador da Tese), a João Reis, ao Centro de Recursos Humanos da UFBA., ao Prof. Batista Neves (Coordenador do Mestrado), a Ana (Secretária do Mestrado) e a todos que de alguma maneira nos ajudaram.

Agradecimentos especiais: a Luziêne, Juscelino Nery, Zidinalva Brandão, Raimundo Fontes, Humberto Nôvoa e a Roberto Rhanilton.

Dedico este trabalho a Luziêne, meus pais e irmãos.

J. L. B. N.

INTRODUÇÃO

As causas e conseqüências daquilo que se convencionou chamar "desequilíbrios regionais", há algum tempo vêm ocupando boa parte dos cientistas sociais. Aqui entre nós, esse problema já foi mais ou menos trabalhado, embora careça de uma maior perspectiva histórica, já que se tem tratado mais do período iniciado a partir do governo Kubitscheck ou recuando um pouco mais, a partir de 1930, em função da mudança para o novo padrão de acumulação de capitais no centro-sul.

É justamente nos anos 50 que a questão do "subdesenvolvimento" regional começa a se colocar flagrante para boa parte dos brasileiros e nos anos seguintes só faz se confirmar. Para isso concorreram vários fatores e entre os mais dramáticos destaca-se o êxodo dos nordestinos para as grandes capitais. As conseqüências desse processo transfiguraram-se no fenômeno do agigantamento das cidades, no crescimento das velhas favelas, na formação de novas "invasões", na elevação do número de operários, nas lutas camponesas e sem que-remos nos alongar, mais tardiamente, na presença dos boias-frias, síntese das contradições da cidade e do campo, do capitalismo dependente brasileiro.

São no período de 1951/52, em conseqüência imediata da seca, saíram do nordeste mais de 200.000 pessoas. É nessa década que paralelamente se intensifica a industrialização do centro-sul, com a montagem de fábricas de produtos eletro-eletrônicos, de automóveis, de grandes empresas de construção civil etc... O censo de 1960 mostra que esse desenvolvimentismo havia colocado São Paulo com 56% da produção industrial do país. Antes disso, na década anterior, os demonstrativos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil, já mostravam o grau de desigualdade entre as regiões brasileiras. Entre 1947 e 1960, a renda interna de São Paulo elevava-se anualmente 7,5% em média, enquanto que o resto do país atingiu apenas a taxa média de 5,0%.

Essas disparidades começam a mostrar-se alarmantes, não apenas economicamente, mas social e politicamente. Para se tentar mudar o quadro e procurar equilibrar a "balança" do desenvolvimento nacional, vários métodos foram advogados e traduziram-se nas medi-

das de incentivos fiscais, cambiais, financeiros, institucionais etc..., para as regiões ditas "subdesenvolvidas", com a finalidade de industrializá-las, deslocar suas fronteiras agrícolas e promover a reforma agrária. Era, na verdade, o aprofundamento e a sistematização de uma política que vinha-se esboçando desde a criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, uma das primeiras intervenções planejadas do Estado brasileiro com o objetivo de atenuar os problemas do nordeste, tendo funcionado durante toda a República Velha e com modificações, até a criação da SUDENE.

Entretanto, as medidas adotadas não conseguiram tirar a região de seu "subdesenvolvimento" e conquanto tenham impedido a sua estagnação econômica, justamente por isso, não fizeram mais que aumentar sua dependência do centro-sul. Como causa dessa dependência, foram vários os motivos aventados, mas geralmente abordados numa perspectiva evolucionista, situando a industrialização em larga escala como uma meta a se alcançar e sem questioná-la, trataram-na como um processo neutro, quer dizer; como um problema apenas técnico e como se fosse possível conceber o desenvolvimento das forças produtivas, sem considerar as relações sociais de produção que as engendram.

Assim, mesmo aqueles trabalhos que procuraram as raízes históricas mais profundas da dependência regional, na medida em que os seus autores adotaram com maior ou menor grau de consciência, a concepção referida, calcaram em suas análises a idéia prévia da necessidade - sempre possível de realizar - de alcançar os estágios assumidos pelas regiões mais desenvolvidas. As consequências práticas a nível de soluções foram, dessa maneira, planejar maior incentivo, uma maior e melhor assistência técnica, financeira e administrativa e enfim, uma política econômica equilibrada.

O substrato dessas formulações é portanto, o mesmo que se coloca a nível do desenvolvimento nacional, ou seja, a idéia de homogeneizar o desenvolvimento da nação, ao das altamente industrializadas.

Com relação à Bahia, essa maneira economicista de entender o capitalismo, tem colocado o estudo de sua economia e como decorrência, de sua industrialização, nos marcos de uma problemática que por ser irreal, não tem permitido muitos avanços no tratamento da gênese e do desenvolvimento da dependência econômica do Estado.

Partindo dessas constatações, nossa intenção com o presente

trabalho seria mostrar que as raízes dessa dependência situou-se entre a segunda metade do século passado e as três primeiras décadas deste, ou pelo menos, tentar propor o quadro de outra problemática, a partir do qual se possa lograr resultados científicos mais consistentes.

Essa nova problemática, deve considerar que a indústria surge no Brasil, quando o capitalismo já é dominante em escala mundial e quando já estava se consolidando o padrão de acumulação monopolista de capitais. Assim, levará em conta a existência prévia de relações e forças produtivas capitalistas sob formas bastante avançadas, tanto quanto um mercado "mundial" estruturado, sobredeterminando a produção e o mercado nacional em formação. Por outro lado, rompendo com a visão "tecnicista", a nova problemática deve tratar o aparecimento da indústria como sendo a implantação "stricto sensu", do modo real de dominação do capital sobre o trabalho e de uma nova divisão social do trabalho. O movimento do capital nesse espaço, determina a distribuição da produção do valor e sua realização interna no limite de uma região e das várias regiões do país, de maneira desigual e hierarquicamente combinada.

A combinação portanto, liga e assegura a reprodução ampliada do capital entre as nações e entre as regiões das nações, de maneira estruturada, internacionalizando/nacionalizando a desigualdade da acumulação de capital, imanente à própria natureza do modo de produção capitalista e em última análise, às suas relações sociais de produção.

É importante acrescentar ao quadro da problemática que pretendemos colocar como referência do nosso trabalho, que as ligações mantidas pelo Brasil com os países avançados, apesar de se darem com a manutenção de formas de dominação superestruturais, trazem uma diferença qualitativa com relação ao período colonial: as ligações são determinadas e asseguradas fundamentalmente, pela articulação das relações sociais de produção deste país com as daqueles, via capital comercial e financeiro, o que expressa a subsunção real do trabalho ao capital como realidade técnica e social no país. As relações de produção são consideradas assim como núcleo estruturador último, da economia mundial.

I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

1 - A Transição e o Desenvolvimento Desigual e Combinado

Se nós consideramos que a história do Brasil só adquire o seu sentido necessário quando é entendida como uma "parte" do "todo", que é a história da implantação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista no mundo, devemos distinguir nela pelo menos três fases fundamentais:

- a fase do antigo sistema colonial português;
- a fase que corresponde à crise desse sistema;
- a fase na qual o Brasil se insere no capitalismo monopolista.

Referindo-nos à outra "parte" do "todo", afirmamos que cada uma destas fases são causas e consequências - mais consequências do que causas - de mudanças respectivas nos padrões de acumulação que se verificam nos países que conseguiram desenvolver mais e primeiro, as relações e as forças produtivas que correspondem ao modo de produção capitalista e que por consequência, comandam o processo de acumulação mundial de capital. Nesse sentido,

"a realidade econômica internacional não é o resultado do somatório das atividades econômicas nacionais. Há um processo produtivo mundial, do qual as economias nacionais são as componentes. Estruturado e hierarquizado, o sistema produtivo mundial consiste essencialmente no produto da acumulação mundial de capital (...), e do caráter superdeterminante das economias avançadas"¹.

São estes os padrões de acumulação:

- acumulação primitiva de capital;
- acumulação de capital fundada no capitalismo de livre concorrência;
- acumulação monopolista de capital.

Durante os cinco séculos que correspondem a estas formas de acumulação do capital, implantou-se e desenvolveu-se o capitalismo mundial, a partir da transição desigual e combinada, até

a consolidação do desenvolvimento desigual e combinado, que ainda hoje continuamos a viver.

Se realmente existiu uma fase a partir da qual o capitalismo se consolida como modo de produção, devemos admitir a existência de uma fase correspondente a outro modo de produção de bens materiais e uma fase de transição, na qual as relações sociais de produção e as forças produtivas, mesclam-se, tendendo para o "novo", qualitativamente falando. Na Europa, em relação ao capitalismo, o modo de produção imediatamente anterior é o modo feudal de produção e a fase de transição é conhecida como correspondente ao período da Revolução Comercial ou ao da acumulação primitiva de capitais. No Brasil e em outros países "atrasados", a fase de transição inicia-se a partir da crise do "antigo sistema colonial", nos finais do século XVIII, indo até os finais do século XIX, quando o capitalismo nos países avançados já se encontrava na sua última fase.

Desse modo não podemos dizer apenas que o desenvolvimento do capitalismo mundial é desigual e combinado, mas somos obrigados a reconhecer também, que o processo mundial de transição para ele, é desigual e combinado.

1.1. - Da Acumulação Primitiva à Acumulação Capitalista

Os historiadores e economistas "orgânicos" da burguesia, ao tentarem conceber a origem do modo de produção capitalista, deparavam-se com o problema de explicar a origem do capital. Mas, na medida em que o capital aparece na história há milênios antes da produção capitalista, tal como a entendemos, muitos foram levados - e ainda são - a enxergar "capitalismos" nos mais diversos períodos da produção humana.

Porém, o problema não está todo nisto. Na verdade, tal maneira de tentar apreender o objeto, CAPITALISMO, é em última análise, ao menos implicitamente, uma evasiva diante dos "pecados originais" do capitalismo. Max Weber por exemplo, tentou atribuir à burguesia um espírito mágico de poupança, fruto da prática do protestantismo² e não é raro, vemos ainda hoje, nos nossos reics acadêmicos tentativas de explicar certas fortunas,

como a de um Mattarazzo³ como sendo fruto exclusivamente, da capacidade de trabalho e de poupança aliadas a um espírito empreendedor. Não obstante, a história é outra. É verdade que o capital existe há muito tempo antes do capitalismo, mas não é verdade que este exista na Europa desde a era carolíngia ou desde os tempos de Tomãs de Aquino ou ainda, que a Revolução Comercial deu-se nos séculos XII e XIII⁴, como querem alguns autores. O capital, sendo todo o valor que procura apropriar-se de uma mais-valia⁵, existe há pelo menos 3.000 anos, quando apareceu no mundo entre as pequenas produções mercantis a figura do intermediário, proprietário exclusivo do capital-dinheiro, que dedicava -se, não à venda para a compra ($M_1 - D - M_2$), mas pelo contrário, à compra para a venda ($D_1 - M - D_2$). O capital é acumulado aí, fora da produção, ou seja: a mais-valia é extraída na circulação. Por volta dos séculos XIII, XIV e XV, a produção mercantil na Europa teve um desenvolvimento sem precedentes na história, e a figura do intermediário, veio, durante todo esse curso, afirmando -se cada vez mais. Apesar disso, o "prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI"⁶. Por essa época o feudalismo está em franco declínio na Europa. Atendendo tal fato, os historiadores de hoje observam para esta fase um grande desenvolvimento das forças produtivas, particularmente no seu nível tecnológico. Vale a pena observar, que segundo estudos recentes, o século XV foi mais rico em inventos, que o século XVII. Nele intensificou-se a produção e a utilização do metal, surge o primeiro alto forno, inventa-se a imprensa e a ciência da navegação desenvolve-se. É um movimento que aponta na direção da superação das técnicas agrícolas de produção pelas industriais ou como diz Vilar, "o começo de um processo que colocará a indústria no primeiro plano do progresso"⁷.

A todo esse impulso interno, junta-se o impulso da expansão marítima e colonial, vindo de "fora", trazido pelo capital comercial, que não poupa nem lenha nem fogo para a revolução que se processa. A "expansão", ao constituir um mercado mundial, desestrutura todo o sistema produtivo da Europa. Não obstante, esse é apenas um aspecto do processo. O lado negro fica por conta: a) das expropriações agrárias e da proletarianização de massas imensas de pequenos camponeses e artesãos rurais que mi-

gram miseravelmente para as cidades para se assalariarem, ou que ficam nos campos com o mesmo destino; b) dos saques e da exploração colonial que significa o assalto e a pilhagem da economia de populações indígenas inteiras, acompanhados também, de genocídio sistemático, escravização e do comércio de escravos. Foi por tudo isso e com todas as suas conseqüências, que Marx disse ter sido escrita essa história "com letras de sangue e de fogo nos anais da humanidade"⁸.

Vemos, por assim dizer, como nesse processo se conjugam organicamente revoluções no comércio, no artesanato urbano, na agricultura, nas ciências etc..., acompanhadas sem dúvida alguma, por profundas convulsões político-sociais. Nas etapas finais da transição para o modo de produção capitalista, as convulsões em determinados aspectos se ampliam.

1.1.1 - A Manufatura

Durante o século XVII, em função das dificuldades advindas do comércio da Europa com as colônias, os comerciantes burgueses intensificam a introdução do capital na produção, fazendo crescentemente a apropriação das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e do próprio trabalho. Entra-se assim, num período onde as manufaturas desempenham um papel central na economia européia. Na manufatura,

"o mesmo capital individual ocupa simultaneamente um grande número de operários, (...) o processo de trabalho estende seu campo de ação e fornece produtos em grande quantidade. A atividade de um maior número de operários, trabalhando ao mesmo tempo e num mesmo lugar, sob as ordens do mesmo capitalista, visando a produção da mesma espécie de mercadorias, constitui o ponto de partida histórico e formal da produção capitalista"⁹.

O processo de trabalho baseia-se de início na cooperação simples, diferenciando-se no começo, do artesanato apenas pela quantidade de operários juntos na produção. Marx disse que a oficina do mestre artesão, simplesmente cresceu¹⁰ e daí o porquê de-

le ter frisado que era o ponto de partida formal e não real. Tanto o artesanato como a manufatura caracterizam-se pela unidade existente entre o trabalhador e seu meio de trabalho. Não obstante, ocorre uma modificação: o trabalho que se objetiva em valor é trabalho social médio, imanação da força de trabalho média. Da cooperação simples para a complexa, a manufatura se transforma à medida que o trabalho vai se submetendo ao capital.

No bojo desse processo aparecem os primeiros Estados Nacionais que, como na França, favorecem diretamente à manufatura, como por exemplo, através da organização dos primeiros bancos estatais que fazem baixar as taxas de juros usurários, com o protecionismo da produção nacional, através das tarifas aduaneiras.

1.1.2 - A Indústria

Foi na Inglaterra que todos esses fatores melhor se conjugaram e é lá por isso mesmo que, no curso do século XVIII, como fruto de um novo avanço das forças produtivas, apareceu aquilo que definitivamente implantou o modo tipicamente capitalista de produção: a grande indústria.

Enquanto em termos tecnológicos a manufatura representa uma maneira de produzir bastante conservadora, a grande indústria contrariamente, vai surgir com uma profunda revolução no processo de produção, que ficou conhecida como "Revolução Industrial".

A unidade manufatureira entre o trabalhador e os instrumentos, limitava a produtividade às possibilidades físicas dos operários, o que por sua vez, não correspondia à lógica da acumulação do capital. Em função disso, crescentemente os capitalistas procuram financiar pesquisas e invenções no campo de tecnologia, com o fim de romper os extremos da produtividade manufatureira.

Assim, "a introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo, se dá quando a ferramenta simples é retirada das mãos do homem e ajustadas a um mecanismo"¹¹. A partir daí, primeiramente com a máquina de fiar que termina revolucionando a

produção têxtil e inúmeros outros ramos e setores produtivos e de serviços, a introdução da máquina-ferramenta acaba mudando profundamente as condições gerais do processo social de produção e circulação das mercadorias.

Nesse estágio de evolução, o progresso tecnológico não é dependente - tanto quanto era anteriormente - da capacidade inventiva dos trabalhadores qualificados, nem de alguns geniais e iluminados cientistas, transformando-se numa esfera própria das ciências naturais. Em consequência disso, a grande indústria consegue introduzir a máquina-ferramenta definitivamente em todos os setores da produção e por conseguinte, produzir crescentemente máquinas por máquinas, através dos ramos industriais de bens de produção, transformando continuamente o processo produtivo e viabilizando a expansão das forças produtivas ao seu limite extremo, possibilitado pelas relações sociais de produção capitalista.

Para a força de trabalho, as consequências da revolução técnico-social da grande indústria, são drásticas, senão trágicas. As forças produtivas atrasadas ao serem "destruídas", jogam no mercado de trabalho, grande quantidade de ex-artesãos e trabalhadores rurais que com seus filhos e mulheres correm para as fábricas à procura de emprego. Desse modo, como são em excesso, formam uma superpopulação relativa mais ou menos ativa economicamente, possibilitando aos capitalistas a disponibilidade necessária de força de trabalho, o que lhes permite achatar os salários, às vezes a níveis inferiores à subsistência. Por outro lado, a melhoria constante da tecnologia eleva a composição orgânica do capital e como consequência provoca a diminuição da quantidade de empregos e a criação de novos, que exige grande especialização e por isso mesmo em número tendencialmente reduzido.

"Tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo o caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção. A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais

do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital. Ademais, é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira cabal (de maneira específica) precisamente por força da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho... Se a produção da mais-valia absoluta é a expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como a subsunção real do trabalho ao capital"¹².

A partir de então podemos considerar consolidado o modo de produção capitalista e mais que isso, a sua dominância sobre todos os outros existentes no sistema produtivo mundial.

2 - Do Antigo Sistema Colonial à Sua Crise no Brasil

2.1 - A Necessidade Histórica do Sistema Colonial

Nos anos imediatamente posteriores ao descobrimento do Brasil, os portugueses não se esforçaram para ocupá-lo efetivamente. Achavam-se tão envolvidos com o lucrativo comércio das Índias Orientais que preferiram poupar-se da mobilização dos imensos recursos humanos e materiais que seriam exigidos para a colonização do vasto território brasileiro. Só quando perceberam o perigo que constituía uma terra utilizada apenas na exploração "predatória", só quando se sentiram ameaçados pelas outras nações que participavam também da expansão comercial e marítima, é que os portugueses resolveram legitimar a posse das terras do Brasil, com a ocupação efetiva.

Nestes termos, realmente a burguesia universalizou a história e é com a ocupação efetiva de suas terras, que o Brasil assume de fato, uma parte no palco dessa nova história. Não obstante, esta simples constatação coloca-nos um sério problema teórico: o de saber o caráter da formação social que aqui se deu.

Capitalista? Feudal? Escravista Colonial? Capitalista Colonial? Ou simplesmente, uma formação social colonial diferente de todas as citadas, porém guardando elementos de todas elas?

Nos últimos anos, o debate vem-se aprofundando com estudos de todas as partes do mundo, esforçando-se por elaborar sistematicamente uma teoria científica para o período colonial moderno e sem dúvida alguma, certas conquistas já foram feitas nesse campo.

No que diz respeito ao Brasil Colônia e ao caráter da formação social que lhe correspondeu, as investigações teóricas começam a revelar alguns resultados, apesar de ser ainda cedo demais para medir-lhes o alcance.

Para os vários autores e para as várias correntes interpretativas, independente da maneira como entendem o caráter da formação social colonial brasileira, são mais ou menos unânimes em afirmar a tese de que sua função fundamental foi viabilizar a acumulação prévia de capital na Europa. Com nossas palavras: as relações sociais de produção que aqui se criaram, surgiram em função da lógica da acumulação do capital ainda que esse capital tenha sido capital comercial, ou seja, ainda que o capital não tenha até então submetido o trabalho e por conseguinte, não se possa falar em modo de produção capitalista, no continente colonizador. Diz muito acertadamente Fernando Henrique Cardoso que

"o sobreproduto extraído dos índios, dos escravos e das múltiplas formas de trabalho não diretamente assalariado, constituía um fundo de acumulação. Que este fundo de acumulação não operava diretamente como produção capitalista, é certo. Mas, de qualquer modo, à condição que houvesse expansão da demanda internacional, era usado para a ampliação da produção e, em qualquer hipótese nos centros internacionais de captação dos excedentes da economia colonial este fundo passava a operar em termos de pura acumulação capitalista"¹³.

Devemos somar às afirmações precedentes mais outra: a de que ao acentuarmos o papel central desempenhado pelo capital comercial nas economias centrais como nas coloniais, não estamos abandonando a produção e como consequência, as relações so-

ciais de produção em favor da circulação. Isto porque consideramos que as relações de produção que aqui se implantaram fossem quais fossem, estavam articuladas, por intermédio do próprio capital comercial, com as relações de produção na Europa, que iam em direção às tipicamente capitalistas. Nesse sentido, a burguesia universalizou a história, organizou um mercado mundial e um sistema produtivo mundial, não ao seu "bel-prazer", mas de alguma maneira segundo seus interesses, tendo historicamente feito prevalecer os. A partir da Revolução Comercial, não faz sentido falar-se exclusivamente em intercâmbio mundial, senão em produção e troca mundial, o que não equivale dizer que o modo capitalista de produção seja já uma realidade mundial. Só desta forma, podemos estabelecer pressupostos mínimos para o entendimento do sistema colonial, em função do qual o Brasil surgiu para o mundo.

Assim, a medida que o país se foi integrando à expansão mercantil européia, caracterizada pelo predomínio da produção para a venda em função do lucro a ser obtido no vasto mercado internacional, abria caminho também para o desenvolvimento da produção capitalista no mundo.

É como colônia de exploração, "colônia que tem uma economia toda voltada para o mercado externo, metropolitano, e a produção organizada na grande propriedade escravista"¹⁴ diferente das colônias de povoamento nas quais a "produção se processa mais em função do consumo interno da colônia, e onde predomina a pequena propriedade"¹⁵, que o Brasil se ajusta ao sistema colonial moderno. O mecanismo através do qual é explorado, é o monopólio comercial ou o exclusivo comercial exercido pela coroa portuguesa e pela sua burguesia comercial, e é este na verdade, o seu elemento medular. Isto porque, reservando para si mesma

"com exclusividade a aquisição dos produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar a baixa dos seus preços até o mínimo além do qual se tornaria antieconômica a produção; a venda na metrópole ou alhures a preço de mercado, cria uma margem de lucros de monopólio apropriada pelos mercadores intermediários; se vendido no próprio mercado consumidor metropolitano os produtos coloniais, transfere-se rendas da massa da população

metropolitana (bem como dos produtos coloniais) para a burguesia mercantil; se vendidos em outros países trata-se de ingresso externo, apropriado pelos mercadores metropolitanos. Igualmente, adquirindo a preço de mercado, na própria metrópole ou no mercado europeu, os produtos de consumo colonial, (...) e revendendo-os na colônia a preços monopolistas, o grupo privilegiado se apropria mais uma vez de lucros extraordinários"¹⁶.

Ao Estado absolutista, coube assegurar à burguesia mercantil da metrópole, os privilégios do "exclusivo" e a sua extração, frente às demais burguesias de outras nações e frente aos produtores coloniais. Esses encargos, sem dúvida alguma foram compensados pela política fiscal que acompanha todo o processo, alimentando o parasitismo da nobreza estatal portuguesa. Assim, como diz Gorender "conquanto, com objetivos econômicos diversos, nobreza e burguesia mercantil coincidiam no interesse expansionista"¹⁷.

Apesar do "exclusivo", a exploração colonial não beneficiou somente a Portugal. É justamente o processo de integração da economia mundial e o processo de transição desigual e combinado, que faz com que outras nações usufruam do processo da colonização do Brasil. A empresa colonizadora metropolitana achavam-se associadas de várias formas, outras nações do continente europeu que souberam aproveitar-se da colonização. Tal processo, foi em parte facilitado pelo próprio Estado português, que, dado o seu parasitismo sistemático, controlava toda a expansão colonialista, sem no entanto, criar nenhum mecanismo de proteção e incentivo ao artesanato e à manufatura portuguesa, dando margem assim, ao aprofundamento da dependência de Portugal, posteriormente. De imediato, a acumulação originária de capital, em Portugal, se fez minguar em benefício sobretudo da Inglaterra, já que não foi revertida na produção interna. Segundo Gorender, "somente Pombal empreenderia, já na segunda metade do século XVIII, o fomento estatal - mercantilista da indústria portuguesa, com resultados não de todo infrutíferos, mas tardios e poucos substanciais. Em consequência, durante toda a era do mercantilismo, atuou Portugal como especialista no comércio

de intermediação internacional, (...) retirando o capital do apoio ao trabalho produtivo do próprio país e o desviava para o estímulo à produção em outros países"¹⁸.

2.2 - A Crise Necessária do Antigo Sistema

A expansão do capital comercial constituiu-se para o Estado absolutista, ao mesmo tempo em sua força e sua fraqueza. Foi força, quando, ao possibilitar o comércio mercantilista, assegurava com a riqueza produzida, o seu poder sobre as outras classes sociais. Foi fraqueza, quando o capital da indústria su bordina o capital comercial, quando a produção domina a circulação, em consequência mesma da expansão anterior do comércio mundial.

Nesse momento, o absolutismo monárquico é posto em "xeque pelas novas aspirações da burguesia, ansiosa por controlar o poder através de formas representativas de governo"¹⁹. A burguesia industrial inglesa passa a exigir a execução da política livre-cambista e a colocá-la em prática, a partir da independência de sua principal colônia. Por essa época, a Inglaterra achava-se já em plena revolução industrial e necessitava de mercados consumidores de produtos industriais e fornecedores de alimentos e matérias-primas em larga escala. Passa portanto, a pressionar de todas as maneiras, nesse sentido, exigindo do mundo uma nova política colonial.

No Brasil, a contestação à velha política mercantilista se acentua a partir da segunda metade do século XVIII, em formas de crescentes e sucessivas revoltas que só são contidas a ferro e fogo. O alvo da contestação é constituído justamente pelos dois pilares da antiga ordem: o monopólio comercial exercido pela burguesia mercantil portuguesa e o excesso fiscal exercido pela burocracia estatal.

Apesar das críticas, pressões internas e externas, a coroa e os comerciantes portugueses, mantiveram-se o tempo todo firmes no propósito de manter a colônia sob os mesmos grilhões. Porém, o episódio da invasão francesa à Península Ibérica muda

imediatamente a conjuntura da crise, acirrando-a, na medida que obriga a Corte portuguesa a emigrar para o Brasil. Não foi outra nação que deu proteção militar aos fugitivos, senão a própria Inglaterra, que quatorze anos mais tarde estaria mais uma vez, diretamente presente, nas lutas pela Independência do Brasil.

Dessa forma, a relativa autonomia política conquistada pelas classes dominantes brasileiras, excluiu do antigo sistema colonial, tudo aquilo que representava

"restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassando os limites definidos por aqueles grupos. A ordem econômica tradicional seria preservada, a escravidão mantida. A nação continuaria dependente de uma estrutura colonial de produção passando do domínio português à tutela britânica"²⁰.

3 - Da Acumulação Capitalista Clássica à Monopolista

3.1 - Da Exportação de Mercadorias à de Capitais

No período da livre concorrência, ou seja, durante toda a sua primeira fase, as indústrias capitalistas reproduziam-se em muitas unidades independentes, por ramo industrial, sem que nenhuma delas pudessem monopolizar o mercado nacional, dadas às próprias bases objetivas da produção. Na luta pela venda das mercadorias produzidas, as empresas buscavam vender a preços baixos, o mais possível, com o fim de ganhar na concorrência as rivais do mesmo ramo.

Para que assim sucedesse, os capitalistas se viam obrigados a utilizar vários meios visando baixar os custos de produção. Dentre tais recursos, o que produzia resultados mais eficazes era o da incorporação de tecnologia avançada. Isso porém, trazia em contra-partida, a necessidade de uma maior massa de capitais para com a introdução de nova tecnologia, elevar a produtividade do trabalho acima da média nacional. Dessa forma, a

tendência à produção e à acumulação monopolista é inerente ao próprio modo de produção capitalista.

É bom frisar, que o salto qualitativo com relação ao padrão de acumulação anterior ao período da livre concorrência, verifica-se na medida que, com a aparição da grande indústria e também com a conquista da maior unidade do mercado mundial, as mercadorias distribuídas nacional e internacionalmente, tendiam a ser vendidas pelo valor real. Dessa maneira a extração de lucros por trocas desiguais entre os países avançado e os atrasados sobretudo, tal como era realizada predominantemente, a exploração da mais-valia no período da acumulação primitiva, fica subordinada à apropriação da mais-valia produzida pelos operários industriais. O capital comercial obtém seu lucro através da subtração de uma parte da mais-valia apropriada pelo industrial, como pagamento à sua função. É assim que o capital comercial é dominado pelo industrial.

Isso não quer dizer que o processo de trocas desiguais tenha deixado de existir na busca do lucro, nacional e internacionalmente. Na verdade ele é exacerbado, justamente pelos diferentes níveis de produtividade do trabalho, particularmente entre os diversos países. As mercadorias têm o seu valor dado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las, que por sua vez depende da produtividade média do trabalho. O valor das mercadorias é inversamente proporcional à produtividade do trabalho.

Ora; os diversos países durante o período da livre concorrência (como ainda hoje) mantiveram profundas diferenças com relação aos níveis médios de produtividade, o que equivale dizer que trocaram entre si, menos trabalho por mais trabalho. O comércio internacional permanece portanto, como uma fonte de lucros adicionais.

Realmente, a produção industrial dos países adiantados só pôde desenvolver-se, justamente porque foi possível contar com um mercado internacional, além dos limites do mercado nacional. Isso porque a elevação da produtividade nacional estava tendencialmente em contradição com a limitação crescente desse consumo, não somente porque novas técnicas significavam a redução de empregos (e portanto de consumidores), como também porque a produção em massa ia além das necessidades nacionais.

Na segunda metade do século XIX o capitalismo experimenta um novo avanço das forças produtivas, possibilitado por uma profunda revolução técnica. O aproveitamento produtivo das novas técnicas faz explodir a chamada segunda revolução industrial que, como a primeira, "modifica essencialmente a fonte de energia destinada à produção e aos transportes"²¹, substituindo pelo motor elétrico e de explosão, o motor a vapor. Aflora assim, toda uma gama de novas indústrias:

"de eletricidade, de aparelhos elétricos, indústria petrolífera, de automóvel, química de síntese que exigiram investimentos iniciais muito mais importantes do que nos antigos ramos industriais, o que reduziu à pártida o número de concorrentes potenciais"²².

Dessa forma, os novos ramos industriais que aparecem a partir de então, já nascem, por assim dizer, "na mão de poucos capitalistas". Tal processo surge e segue num crescendo, produzindo sob a pressão da concorrência, o fenômeno da concentração e centralização do capital, que vai no sentido de romper os limites dos capitais por empresa. Na medida que se aperfeiçoa a tecnologia industrial e surgem possibilidades de sua aplicação imediata, os capitalistas, movidos pelo ensejo de derrubar seus concorrentes, elevam tendencialmente a composição orgânica dos capitais necessários para que suas empresas possam obter o novo lucro médio.

"O capital médio necessário para poder abrir uma nova empresa capaz de alcançar esse lucro médio cresce na mesma proporção"²³.

Entra-se assim, por conseguinte, na fase da acumulação monopólistica.

Citando um trabalho sobre a história da formação dos monopólios, Lênin, no seu clássico "O Imperialismo: fase superior do capitalismo", depois de afirmar que o engendramento do monopólio pela concentração da produção é uma lei geral e fundamental da fase superior do capitalismo, ratifica a observação de Vogelstein, que diz:

"O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos o achamos não antes da década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento do monopólio co-

meça com a depressão internacional da indústria na década dos 70, e se prolonga até princípios da última década do século... Se se examina a questão no que se refere a Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante do desenvolvimento nos anos 1860-1880. Por essa época, a Inglaterra terminava a edificação de sua organização capitalista Clássica"²⁴.

A partir de então as empresas se transformam em verdadeiros gigantes do monopólio, onde cada firma mantém ou não a sua independência, atua em ramos especializados ou diversificados, ou seja: cartéis, trustes, holdings, etc. Tais organismos agem contra os "outsiders", através de uma concorrência violenta que os obriga a se associarem ou simplesmente à falência. Essa violência se manifesta na privação das matérias primas, da mão-de-obra, dos meios de transportes, mercados, crédito; nos acordos comerciais de exclusividade; diminuição sistemática dos preços; enfim, no boicote sistemático aos que não se associam,

Entretanto, não foi exclusivamente no setor industrial e dos transportes que o processo de monopolização se deu. No setor bancário, a concentração e centralização do capital também ocorreu em proporções tão grandes, que não é sem razão que se denomina a atual fase do capitalismo, de financeiro. Já pelos finais do século passado e na Alemanha, antes que na Inglaterra, os bancos monopolistas assumiram uma atitude não mais passiva, como simples credores do processo produtivo. Passam a intervir diretamente na produção, particularmente na indústria, organizando grandes monopólios produtivos. Na etapa superior do capitalismo, é esta precisamente uma das funções dos bancos modernos.

"Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que os põe em circulação. Estes não dispõem daqueles senão por intermédio do banco... De outro lado, o banco mesmo está obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior de seus capitais, (...) o banco se transforma num capitalista industrial"²⁵.

No bojo desse processo, como causa e consequência dele, surgem - primeiro na Europa e depois nos Estados Unidos - gran-

des quantidades excedentes de capitais que, em decorrência da ampliação dos monopólios estendidos a todos os setores e a quase todos os ramos da economia, passam a enfrentar crescentes obstáculos na realização da reprodução ampliada, e conseqüentemente, a pressão da lei da queda tendencial da taxa média de lucro. Para que a mais-valia criada não seja consumida improdutivamente e pelo contrário, complete o ciclo da acumulação com reprodução ampliada, os empresários são obrigados a exportá-la para países não industrializados, buscando a sua realização. Isto de duas maneiras: sob a forma de mercadorias (já utilizada antes e durante a livre concorrência) e sob a forma de capitais (que tende a incrementar a primeira na atual fase).

Os capitalistas buscam assim, combater a queda tendencial da taxa média de lucro (cada vez mais efetiva nas crises cíclicas dos países avançados) exportando e investindo nos países atrasados, onde a composição orgânica é mais baixa e como conseqüência, a taxa de mais-valia mais elevada. Diz Bujarin, referindo-se aos finais do século XIX e começos do século XX, que neste período "... a exportação de capital, tinha adquirido uma importância como nunca havia tido. Se pode afirmar que (...) se trata aqui da criação de um novo tipo de relação econômica entre os países..."²⁶.

Se considerarmos a intensificação da utilização das barreiras alfandegárias, pelos países não ou pouco industrializados, em parte pressionados pelos países que detêm o monopólio do mercado local, veremos o quão importante se torna a exportação de capitais, dadas as dificuldades impostas pelas tarifas, à importação de mercadorias pelos países atrasados.

"... Não ocorre o mesmo com a exportação de capitais... Os direitos alfandegários atuam de outra maneira sobre a exportação de capitais... Quando um capital é investido e funciona em um país estrangeiro, se beneficia das taxas aduaneiras de que gozam os industriais do país"²⁷.

Esse fato age como incentivo às exportações de capital e dialeticamente, faz aumentar o fluxo de importações de mercadorias pelos países atrasados (exportações de manufaturas dos países dominantes) assim como também pelos avançados (exportações de alimentos e matérias-primas dos países dominados). Vale

ressaltar que esse fluxo de importação-exportação, tende a verificar-se de maneira crescentemente monopolizado, na medida em que os empréstimos de capitais a governos e firmas estrangeiras pelos empresários e governos dos países avançados, estipulam geralmente que os devedores devem comprar equipamentos por exemplo, nos países credores.

Dessa forma e justamente por isso, os exportadores dos países industrializados, podem fazer variar os preços dos seus produtos abaixo ou acima do seu valor real de acordo com suas necessidades conjunturais, sendo que a médio ou a longo prazo o que termina prevalecendo é a deterioração dos termos de intercâmbio em favor destes países.

Assim, os empréstimos concedidos via "exportação de capitais" não passam "de figura de estilo: pois os concedidos por Londres são gastos em Birmingham"²⁸. Acrescente-se a isso, o fato de que parte dos empréstimos tomados pelos empresários e governos de países dependentes nem sequer chegaram às mãos destes, ficando com os credores como pagamento de dívidas anteriores ou como pagamento de parte da dívida assumida por último.

Todo esse processo de exportação de capitais, traz como consequência o aprofundamento e a consolidação da divisão internacional do trabalho, ainda que de forma mais ou menos instável (por conta das guerras e revoluções), esboçada desde a fase da acumulação primitiva com a criação do mercado mundial.

Os países avançados, ao exportarem em massa seus capitais, terminavam por destruir antigas formas da produção, sem no entanto, substituí-las por novas, segundo as necessidades dos "países" importadores. Visavam particularmente interesses próprios na exploração do mercado consumidor dependente, na extração de suas matérias-primas, na exploração da força de trabalho local e no incremento à produção agrícola cada vez com maior produtividade que, em última análise, tinha a finalidade precisa de baixar os custos de reprodução da força de trabalho nos países dominantes. Isso ratifica a especialização produtiva de certos produtos em cada região do globo. "Os capitais exportados para os países subdesenvolvidos especializam-se essencialmente na produção para o mercado mundial"²⁹.

4 - Da Crise do "Antigo Sistema" ao Desenvolvimento das Relações e Das Forças Produtivas Capitalistas no Brasil

Iniciamos a nossa fundamentação teórico-metadológica e histórica, afirmando que a história do Brasil só pode ser entendida, exclusivamente, quando inserida na totalidade que é o processo de gênese do modo de produção capitalista e o seu desenvolvimento, isto é; como uma "parte" desse "todo". E isso não é verdade apenas, para o período do "antigo sistema", senão para sempre. Não podemos utilizar outro método para apreendermos a universalização dessa história - como de resto, toda a história - senão aquele que considera a totalidade, não como um todo homogêneo, mas como a unidade contraditória das partes.

Somente dessa forma, fica claro para nós, que não se trata de entender a história dos países que apareceram para o mundo no bojo do colonialismo moderno - e portanto do Brasil - como a simples projeção do movimento das contradições dos países mais adiantados e que estavam na hegemonia do processo de transição e desenvolvimento do capitalismo, como se a história aqui não tivesse contradições próprias. Tão pouco, podemos aceitar como correta, as formulações que insistem em ver as contradições da nossa história, como sem conexões orgânicas com as contradições dos países avançados. Na verdade, tais conexões podem mudar de forma, de qualidade, mas jamais deixarão de ser orgânicas.

A história da historiografia brasileira mostra que quase sempre se transitou de um polo ao outro, expressando a dialética do sim e do não. Muitos escreveram desse passado apenas aquilo que aparentemente ocorreu aqui a partir exclusivamente das causas internas. Outros, fazendo o movimento inverso, terminaram recriando nosso passado, como "consequência", exclusivamente de causas externas. No campo da economia, podemos pensar como exemplo desse movimento do sim e do não, o debate que se desenvolve entre alguns estudiosos "egressos" da escola cepalina fazendo ou ao menos tentando fazer a crítica desse pensamento e que sem dúvida, muito tem contribuído para o entendimento de nossa formação e desenvolvimento histórico, apesar do método que utilizam.

4.1 - O "Novo" Sistema ou a Constituição do Estado Nacional e da Ruptura do "Exclusivo"

Quando o capital domina o trabalho na Europa, o mundo realmente, entra numa nova fase de sua história. Na Inglaterra, o seu parque fabril se constitui na "oficina do Mundo", a partir da segunda metade do século XVIII. Isso exigiu uma mudança substancial nas suas relações com os diversos países, particularmente com os que tiveram sua economia gestada pela colonização moderna, qual seja: não mais produtos agrícolas e metais preciosos, mas alimentos em massa e a preços baixos, assim como também, matérias-primas. Essa mudança qualitativa se dá portanto, como consequência do processo de transição da acumulação primitiva para o padrão de acumulação baseado na produção industrial, isto é, quando a extração do lucro por trocas desiguais fica subordinada à apropriação da mais-valia correspondente a um valor real excedente, criada pelos operários industriais.

Dito isso, não nos parece possível concordar com Cardoso de Mello, quando ele afirma, que "a acumulação, doravante, poderá 'andar sobre seus próprios pés', deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas"³⁰. E continua:

"Este movimento, a passagem do 'capitalismo industrial', propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade, se transforma em oposição, o que era estímulo, se converte em grilhão. Economia colonial e capitalismo passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias"³¹.

De acordo com o que tentamos expor, pensamos que os países avançados não deixarão de precisar de apoios externos, porque a acumulação de capitais a partir da livre concorrência industrial (por empresa e por nações) através de sua lógica histórica implacável, faz duas exigências fundamentais aos países atrasados, que estão dialeticamente ligadas entre si: matérias-primas e produtos alimentícios em larga escala a preços baixos, não significam outra coisa senão maior produtividade e esta é uma necessidade histórica. A outra, são mercados consumidores ca

da vez mais amplos.

A lógica da acumulação se baseia na reprodução ampliada. Mas esta reprodução exige sempre maior produtividade. A elevação da produtividade, como exigência da acumulação de capital, tem que se dar nos países avançados, tanto quanto nos países atrasados. Isto porque no que diz respeito à Europa dos finais do século XVIII em diante, a incorporação de nova tecnologia deve ser feita não apenas em maior quantidade, mas com matérias-primas cada vez melhores. Porém, esta exigência não diz respeito somente à produção dos instrumentos de trabalho, mas como também, aos meios de produção em sentido amplo. Isto seria na verdade, fechando o círculo do raciocínio, o rebaixamento dos custos dos elementos do capital constante.

A reprodução ampliada exige também, para que se concretize o aumento da produtividade nos países adiantados, a sua elevação no que diz respeito à produção de alimentos nos países coloniais. Isto porque, grande quantidade de alimentos a preços baixos, representaria, a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, aumentando assim, a taxa de mais-valia, o que deveria compensar inclusive os gastos com inserção de tecnologia e enfim, ampliar a massa de capital para ser aplicado produtivamente, para dar continuidade a novos ciclos.

Ora; o fim da elevação da produtividade não é para a lógica da acumulação, as mercadorias em si mesmas, mas a realização da taxa de mais-valia nelas contida. Na medida em que a produção em massa de manufaturados estoura os limites dos mercados nacionais dos países industrializados, mais uma vez, apesar da acumulação já "andar sobre os próprios pés", e por isso mesmo, precisa-se de "apoios externos". É o que pode demonstrar ainda que a grosso modo a tabela seguinte:

TABELA 1
 ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERNO INGLÊS DE
 1814 - 1856

IMPORTAÇÕES %

ANO	MATÉRIAS-PRIMAS	BENS ALIMENTARES	PRODUTOS INDUSTRIAIS
1814-1816	54	35	11
1824-1826	64	27	9
1854-1856	61	33	6

EXPORTAÇÕES %

1814-1816	4	17	79
1824-1826	4	11	85
1854-1856	8	7	85

FONTE: BAIROCH, P. RIVOLUZIONE INDUSTRIALE E SOTTOSVILUPPO, TURIM (ENAUDI), 1967. Apud KRIPPENDORF, E. História das relações internacionais. Lisboa, Antídoto, 1979, p. 116

Na verdade, o próprio Cardoso de Mello, compreende a necessidade de mercados consumidores mais amplos, assim como também de produção em massa pelos países coloniais e diz que:

"Há contradição entre capitalismo industrial e monopólio do comércio colonial porque só a sua remoção permitiria que os mercados coloniais (depois periféricos) pudessem ser apropriados diretamente, eliminando-se o lucro comercial monopolista (...) e porque só a sua liquidação era a garantia de que se produzisse livre de restrições e de preços fixados monopolisticamente"³².

Seria possível se falar em "solidariedade" da economia colonial com o processo de transição para o capitalismo nos países avançados, se se reconhece o "obstáculo" que representou o "exclusivo colonial" para o desenvolvimento das relações propri

amente capitalistas entre as nações em jogo?

Diz ele: "Economia colonial e capitalismo industrial, passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias"³³. Como afirmar então que a acumulação doravante, deixará de necessitar de apoio externo? Só a partir de então as relações tornam-se contraditórias?

Para nós, o processo desencadeado a partir da revolução industrial não fez mais que aprofundar a interdependência entre as partes da economia mundial e particularmente, entre os países industrializados e os que surgiram em função do colonialismo moderno. As contradições que existiam antes, apesar de terem tomado novas formas, amalgamaram-se mais inextricavelmente ainda. Praticamente, entre o período que vai da primeira Revolução Industrial até a segunda (1760 a 1860 mais ou menos), coube quase que exclusivamente à Inglaterra a hegemonia no processo da acumulação industrial da livre concorrência. Mas isso lhe exigiu também um preço que terminou sendo pago. Diz-nos Ekkehart Kripendorff que:

"Para colocar lucrativamente as suas mercadorias e para manter a sua posição de 'oficina do mundo', e la estava, desde os primórdios do seu desenvolvimento e mais do que qualquer outro país, dependente do mundo como mercado e fornecedor de matérias-primas"³⁴.

Foram dois, os métodos utilizados pela Inglaterra no seu "câmbio livre": comércio e dominação indireta, quando possível; e comércio e domínio direto, quando indispensável. Alguns estudiosos consideram por isso mesmo, essa fase como sendo uma variedade do imperialismo, chamando-a de "imperialismo do comércio livre"³⁵. Na verdade, historicamente podemos verificar que o domínio direto não foi usado efetivamente pelos ingleses, senão como exceção no caso da Índia, para fazer frente à concorrência francesa. Como consequência, foi neste país que a Inglaterra mais provocou modificações estruturais e contraditoriamente, tornou-se dependente dele mais do que de qualquer outro país. Marx observou que com relação à Índia, o governo britânico dependia em "um sétimo do seu orçamento da venda do ópio aos chineses e que ao mesmo tempo uma considerável proporção da procura indiana de manufaturas britânicas, dependia da produção des

se ópio"³⁶. Porém, quanto mais dependentes se tornavam do mercado do indiano, tanto mais os industriais percebiam que era preciso criar novas forças produtivas na Índia; por ironia da história, depois de haver destruído a maior estrutura de produção de tecidos, antes da inglesa.

"Não se pode continuar a inundar um país com produtos manufaturados sem o tornar capaz de fornecer qualquer produto em troca. Os interesses industriais perceberam que seu comércio decrescia em vez de aumentar"³⁷.

Assim como não podemos entender o "exclusivo colonial" unicamente como um obstáculo ao desenvolvimento das relações capitalistas entre as diversas nações - já que ele foi uma das principais alavancas da acumulação primitiva de capital - não podemos "ler" *ipsis litteris*, o desfraldar da bandeira do livre comércio pela Inglaterra isto é, como algo absoluto. De fato, a exigência do comércio livre foi um "argumento" extremamente eficaz para que a burguesia industrial e comercial inglesa abrissem, cada vez mais, novos mercados. Mas este foi apenas um dos lados da moeda, e ficarmos por aí é romper com a dialética. O outro lado ficou com as medidas de proteção. Foi sob tais medidas que a grande indústria pôde desenvolver-se durante o último quartel do século XVIII, adentrando-se pelo seguinte. Os ingleses necessitavam das tarifas aduaneiras, para entre outras coisas, garantir o monopólio tecnológico. As guerras contra a Revolução Francesa vieram no sentido de reforçar as referidas tarifas, mantendo-se sob monopólio os novos mercados conquistados pela indústria inglesa. É, portanto, com a combinação das tarifas aduaneiras e do comércio livre, que a Inglaterra aprofunda sua distância da França e da Holanda, particularmente, incorporando sob o seu controle, antigos mercados dos referidos países. É essa combinação contraditória que coloca a Grã-Bretanha por volta de "1815, na posse, no que dizia respeito a todos os ramos importantes da indústria, virtual do comércio mundial"³⁸.

Dessa maneira, a nova forma sob a qual esse país recriou o "antigo exclusivo colonial", só pôde dar mais fôlego à sua indústria, tanto quanto ao seu comércio. Só que agora, o "antigo exclusivo" não tem mais a função de pulmão da acumulação primitiva, senão que de coração mesmo, propulsor da reprodução am-

pliada de capital. Equivale dizer que o "exclusivo" já não era mais obstáculo, já não era mais antigo. Realmente, nos diz Engels que:

"este monopólio foi ainda ampliado e fortalecido durante os anos de paz que se seguiram. A dianteira que a Inglaterra tinha obtido durante a guerra aumentava de ano para ano, e os seus possíveis rivais pareciam ficar cada vez mais distanciados. A exportação de mercadorias manufaturadas em quantidades sempre crescentes tornou-se de fato uma questão de vida ou morte para aquele país"³⁹.

No que diz respeito a América Latina, a nova etapa das relações entre os países avançados e os coloniais, guarda em essência, os mesmos fundamentos. Existe é claro, certas particularidades de capital importância para apreendermos sua especificidade.

De fato, o antigo sistema colonial começa a estalar em finais do século XVIII. Evidências externas (as guerras napoleônicas, a Revolução Francesa etc...) e internas no que diz respeito ao Brasil, a Revolução dos Alfaiates, Conjuração Mineira, etc...) econômicas, sociais e políticas, podem ser encontradas abundantemente, prolongando-se por todo o primeiro quartel do século XIX⁴⁰.

Porém, aqui, mais mercados cada vez mais amplos, foi uma necessidade fundamentalmente externa, nesse período. Já uma maior produtividade das colônias era algo desejado, tanto nelas como nos países ditos "centrais". Mas, ambas as exigências se depararam numa barreira intransponível a médio prazo: a racionalidade do trabalho compulsório. O início da crise das economias coloniais latino-americanas, apesar de já colocar em xeque o trabalho compulsório, não é suficiente para que essas economias façam a substituição imediata do seu núcleo estruturador último e ao contrário, reforça-o até que a situação se torne definitivamente insolvente.

O início da crise provoca, por determinações de dentro e de fora dos países coloniais, a criação dos Estados Nacionais e a quebra do "exclusivo". Em última análise, abria-se a possibilidade de ampliar a margem de excedente que deveria ficar nos países atrasados. Mas por que não se faz transitar todas as for

mas de trabalho compulsório, imediatamente para o trabalho assalariado, se este último seria necessariamente mais produtivo e ampliaria o mercado interno? Cardoso de Mello tenta responder:

"Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar porque a ele em nada afetaria a entrada dos produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, porque a transformação dos trabalho compulsório em trabalho livre era, agora uma decisão nacional"⁴¹.

Mais adiante, ao comparar o que ele chama de "poder de difusão do capitalismo" no continente asiático, particularmente na Índia, com o da América Latina e referindo-se a esta, diz que:

"o capitalismo industrial inglês nem tem o mesmo poder, nem maior interesse na reorganização das economias nacionais: não tem o mesmo poder, porque estava diante de Estados Nacionais, por mais fracos que tenham sido, e não de suas colônias; não tem maior interesse, porque não surgem por aqui oportunidades de inversão de capitais suficientemente atrativas, isto é, capazes de concorrer tanto como as colônias inglesas, quanto, e principalmente, com os países que atravessam vigorosos processos de industrialização (Estados Unidos etc.). Em outras palavras, o 'fraco poder de difusão' do capitalismo exercido sobre as nações latino-americanas há de ser explicado, em última análise, não pela ausência ou frouxidão da demanda externa, mas pelas dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas"⁴².

Sem dúvida alguma, o "poder de difusão" do capitalismo se ressentiu nestas plagas, da presença dos Estados Nacionais, expressão super-estrutural das relações de classes presentes, e não podemos nos enganar quanto a sua existência ou seja, quanto a sua legitimidade. Pensar que eles representavam apenas um braço da burguesia industrial e comercial inglesa, é desconhecer o processo violento que representaram as lutas pela independência na América Latina. Se os aparelhos de Estado foram construídos a partir de tanta luta, é porque realmente tiveram razão de ser;

é porque atendiam aos interesses, em última análise materiais, das classes dominantes da América, e ao que era o seu substrato real: a necessidade de aumentar a margem dos excedentes de capitais, ou seja, o lucro dos proprietários rurais e dos comerciantes nacionais. Esta foi a função última, dos novos Estados.

Mas a questão é: por que o trabalho assalariado não foi introduzido "imediatamente"? Por que será que ele foi reforçado? Não afetava ele a entrada de produtos ingleses? Não tinha a Inglaterra interesse em organizar economias vigorosas? Qual a autonomia dos Estados Nacionais? No que compete à parte da decisão nacional, quais os motivos que levaram o Estado, os proprietários de terras e os comerciantes, a optarem pelo reforço do trabalho compulsório?

Se um dos fundamentos da acumulação se expressa nas relações entre os países avançados e os atrasados, nesse período, exigindo necessariamente mais mercado e cada vez mais amplos, e se a introdução do trabalho assalariado seria a resposta a esta exigência, não nos parece fundado afirmar que a "entrada dos produtos industriais ingleses em nada foi afetada pela presença do trabalho compulsório". De outro lado, houve oportunidades lucrativas para os investimentos ingleses na América Latina, no período que vai dos finais do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Elas podem não ter sido tantas como a partir da segunda metade do século XIX, mas foram significativas.

É claro que a proteção que a Inglaterra dispensou às monarquias de Espanha e Portugal, quando da invasão francesa na Península, tinha objetivos precisos, que de fato se expressaram na abertura dos portos latino-americanos à burguesia inglesa. Sabemos nós que a Grã-Bretanha não ficou por aí. De fato, ela tornou-se diretamente interessada nas lutas pela independência dos "latino-americanos". A América espanhola está livre e se não cometermos erros, tornar-se-á inglesa"⁴³, foi a declaração de Lord Canning, Chanceler britânico, em 1824. A interferência direta em assuntos internos de países "latinos", era utilizada por diversos meios,

"logo que os interesses ingleses pareciam ameaçados, sobretudo na possibilidade de serem excluídos do acesso a mercados de matérias-primas. O Chile por exemplo, tornou-se uma colônia de fato da In-

glaterra, 'mais de 50% do comércio externo chileno passava pela Inglaterra', e no Chile foi iniciado, através de investimentos sobretudo no setor dos caminhos de ferro e dos serviços e nas minas, uma industrialização que agudizou e aprofundou o processo de subdesenvolvimento'...⁴⁴.

Outras regiões da América Latina conheceram relativo progresso e podemos lembrar localidades como a do Rio do Prata, a Venezuela, Costa Rica e as regiões açucareiras da costa atlântica, por exemplo, algumas antes consideradas marginais. Dentre tais regiões, torna-se de certo interesse o caso do México, já que para lá afluíram boa parte dos capitais britânicos no período imediatamente posterior à proclamação da república. A guerra de independência destruiu a organização da produção nas bacias mineradoras impingindo ao processo de reconstrução um pesado saldo negativo, sobretudo se considerarmos os capitais devora-dos pela guerra. Sem dúvida alguma, esses capitais seriam imprescindíveis para que a indústria da mineração pudesse assumir os índices anteriores ao período da crise independentista.

"Na parcial restauração econômica posterior a 1823, a função do capital britânico foi decisiva, embora o seu volume fosse insuficiente. As libras esterlinas são usadas para aliviar a sede fiscal pós-revolucionária e a produção mineral atingida pela guerra"⁴⁵, tendo a última, alcançado prioridade.

Desta maneira, existiram oportunidades para inversões tanto de capitais nacionais como de estrangeiros, e os ingleses mantiveram-se interessados em "organizar economias vigorosas" para a sua demanda, rompendo inclusive com o plano da circulaçã-ainda que em poucos casos na primeira metade do século XIX - indo de fato, investir diretamente na produção.

Não podemos esquecer, é claro, que foram muitos os países a conquistar a independência no século passado na América Latina e os resultados materiais das convulsões independentistas, não se fizeram apagar de imediato. Isso por si só - sem querer considerar outros problemas, particularmente o caráter especializado das economias latinas que relacionado com problemas climáticos ou de estrutura geo- física, o que tornava difficil conseguir produtos agrícolas ou matérias-primas novas ou

pouco exploradas em outras localidades do globo - deixou um pesado fardo que obrigou os ingleses a só investir quando, realmente, surgisse qualquer atividade produtiva compensadora das consequências dos "encargos" econômicos.

Diz-nos Donghi que a Grã-Bretanha não aspirava

"obter um domínio político direto, que implicaria em despesas administrativas e a comprometeria nas violentas lutas das facções locais. Ao contrário: propõe-se deixar em mãos dos americanos, juntamente com a produção e boa parte do comércio local, as honras e os ônus de governar aquelas vastas extensões de terras (...) Deve-se ter presente que o empenho britânico em fazer adotar uma política determinada será sempre limitado sempre que os resultados não forem imediatos, as situações difíceis serão abandonadas"⁴⁶.

Assim, onde as vantagens se mostravam imediatas, o capital inglês soube "ajudar" os Estados Nacionais, por assim dizer, no processo de reordenação econômica interna. Quer dizer: a presença dos Estados Nacionais, em última análise foi ao mesmo tempo obstáculo e motor para o processo de reprodução ampliado de capital e dessa forma, a sua autonomia, a sua capacidade própria de decisão, apesar de ser real, continuava sendo produto das determinações do "todo" e das "partes" e não apenas uma questão da "parte" exclusivamente nacional.

Onde apareceram oportunidades vantajosas e quando as classes dominantes locais não tiveram condições de organizar "economias exportadoras vigorosas", bastou que determinada produção fosse importante para as suas necessidades, para que o capital industrial e comercial inglês desse-lhes o vigor, senão necessário, ao menos o possível.

Por outro lado, é importante observar que a Inglaterra esteve praticamente sozinha, hegemônica no "novo sistema colonial", durante a maior parte do século dezenove. É evidente, que por mais robusta e motora que fosse a economia inglesa e por maior que fossem os seus excedentes de capitais, não seriam suficientes para atacar de uma só vez e no mesmo ritmo, a produção colonial sob sua influência, mesmo que havendo possibilidades lucrativas. Só a partir da segunda metade do século XIX é

que outros países como a Alemanha, a França, o Japão e os E.U.A., começam a demonstrar suas capacidades concorrenciais e, enfim, a ampliar suas influências efetivas, seus raios de ação material.

Esse aspecto deve ser enfatizado para podermos ter em mente um dos fatores que agiam provocando ritmos desiguais de desenvolvimento, nos países, então recentemente libertados. Mas, não nos devemos enganar, pois, o que a Grã-Bretanha necessitava mesmo, era manter a estrutura do seu comércio mundial de bens alimentares, matérias-primas e produtos industriais ou elevar - se possível - o seu volume.

"A hegemonia da Grã-Bretanha se apóia, nesse momento sobre o predomínio comercial, sobre a força naval, e sobre os tratados internacionais... A potência hegemônica, com o seu peso político, salvaguarda sobretudo os laços comerciais e não pretende intervir mais profundamente na economia da América Latina, arriscando capitais de que não dispõe amplamente"⁴⁷.

É certo que a Inglaterra nessa fase necessitava sobretudo de ampliar suas exportações e por conseguinte, nada mais correto que a constatação da subordinação das inversões diretas de capitais produtivos em países estrangeiros, à exportação de produtos industrializados. Será necessário um salto qualitativo nas relações econômicas mundiais para que o contrário se verifique: a subordinação da exportação de mercadorias à exportação de capitais. Tal fato se verificará, sobretudo, a partir de 1880.

Dessa maneira, a pouca "capacidade de difusão do capitalismo" na América Latina até a primeira metade do século XIX se deve sobretudo aos limites - apesar da crescente reprodução ampliada - dos excedentes de capitais ingleses e de outros países, que, associando-se às particularidades naturais dos diversos países e às dificuldades dos proprietários e comerciantes latino-americanos, produziu ritmos desiguais (mas combinados) de desenvolvimento nesses países, muito mais que a "falta de maior interesse na inversão de capitais e reorganização das economias nacionais" e/ou as "dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas". Assim, negamos que o "fraco poder de difusão do capitalismo na América Latina" antes de 1880, pos

sa ser explicado exclusivamente pelos problemas externos dos países avançados, tanto quanto negamos a possibilidade de explicá-los em última análise, "pelas dificuldades internas" dos países atrasados.

Referindo-se à análise empreendida por Mello, diz Salama que no momento em que aquele explica a passagem das economias coloniais à economia agro-exportadora como um movimento determinado em primeira instância por fatores internos, ele rompe com o método que considera a sobredeterminância das contradições dos países avançados.

"Essa ruptura é entretanto necessária para fornecer uma base homogênea à análise que ele empreende em seguida"⁴⁸.

Tal ruptura com os pressupostos da sobredeterminância, na verdade, já representa uma corrente de pensamento no Brasil.

4.2 - O Reforçamento do Trabalho Compulsório e a sua Racionalidade

Para que possamos completar o quadro do "novo" sistema colonial, não podemos deixar de tratar da questão da racionalidade do trabalho compulsório e nele, muito particularmente, do trabalho escravo tal como se deu aqui no Brasil.

De uma maneira geral, para todo continente americano, a passagem para a acumulação industrial baseada na livre concorrência e o início da crise do antigo sistema colonial, realmente colocam em xeque o sistema de trabalho compulsório. Na verdade porém, mesmo durante o interregno que vai da consolidação dos Estados Nacionais até a implantação do trabalho assalariado, ou seja, até mais ou menos os anos 70/80 do século passado, também de uma maneira geral, o trabalho compulsório tendeu a ser reforçado em vários países, e neles, numa região mais que noutras.

Em regiões de populações indígenas densas como no Peru, Bolívia, Guatemala, México e Equador, onde os colonizadores não expropriaram ou mesmo, onde não exterminaram de todo os índios, estes permaneceram com a posse dos meios de produção, particularmente a terra. Isso não significa que essas regiões não te-

nham cumprido um papel importante para a acumulação originária, nem tampouco para o período clássico da industrialização. Pelo contrário, elas desempenharam papel tão importante quanto as outras regiões.

A exploração do trabalho índio foi intensa e sempre, de alguma maneira, mecanismos de coerção supra-econômica eram utilizados para ampliar a margem de excedentes comercializados. Isso quer dizer que o sistema colonial moderno reinventou a corvêia medieval de várias maneiras, na América Latina. Ernesto Laclau, citando Gunder Frank, nos diz sobre a evolução do inquilino no Chile:

"Durante o século XVII, o ocupante obtinha a posse de suas terras em troca de uma taxa simbólica, mas este pagamento começou a adquirir uma significação econômica e a pesar cada vez mais sobre o inquilino à medida em que foi incrementando as exportações do trigo para o Peru... O século XIX assistiu a um agravamento deste processo determinado, novamente, pelas crescentes exportações de cereais; o trabalho exigido foi amiúde equivalente ao de um trabalhador permanente, paralelamente à redução dos direitos tradicionais do camponês, especialmente a queles relacionados aos campos de pastoreio. O salário que recebia em dinheiro era inferior ao de um trabalhador braçal ou de um jornaleiro. É preciso advertir que seria um erro ver neste processo a emergência de um proletariado rural; se fosse assim, o salário passaria a ser a parte substancial dos meios de subsistência do inquilino. Mas todos os sinais mostraram que, pelo contrário, o salário era meramente um elemento subordinado numa economia de subsistência baseada na posse da terra, ou seja, temos um camponês sujeito a obrigações servis e não um assalariado agrícola que completa a sua renda com regalias de consumo e com um pedaço de terra"⁴⁹.

De outra maneira, as áreas de agricultura desenvolvida e ligada ao mercado externo, não ocuparam sempre, os limites dos territórios nacionais, o que equivale a dizer que áreas sobra -

ram para formas de economias complementares e que alguns autores preferem chamar de setores marginais ao mercado externo.

Coube a Gunder Frank, o mérito de mostrar, que só raramente alguma produção não tinha ligação, ainda que indireta, com o mercado externo.

Dessa forma, os agricultores "autônomos" terminaram indo procurar produtos de que necessitavam e que não podiam produzir, nas cidades. Acontece que nelas, as trocas não se faziam de maneira favorável aos índios, mas pelo contrário, de forma crescentemente desvantajosa, particularmente com a intensificação do comércio no século XIX, sobretudo em regiões onde eles sofriam as pressões dos limites territoriais nacionais, o que obrigava as famílias e tribos indígenas a aumentar as horas de trabalho excedentes, se não quisessem perder as suas terras ou guerrear para mantê-las.

Outras formas de trabalho compulsório também se intensificaram. A peonagem, por exemplo, consistiu numa forma de trabalho em que, o patrão adiantava pagamento em dinheiro sobre o trabalho a ser prestado. Em diversos países americanos, sobretudo no México, esta forma de trabalhar foi bastante difundida até antes do último quartel do século XIX. Em O Capital, Marx nos diz que através deste método, a escravidão achava-se encoberta pela peonagem, porque

"mediante essas antecipações pagas com trabalho e que se prolongava de geração em geração, não somente o trabalhador individual e sim também sua família se converte com efeito em propriedade de outras pessoas..."⁵⁰

Em toda a América Espanhola por conseguinte, com variações na aparência, o trabalho compulsório foi reforçado para atender às exigências da acumulação industrial.

No Brasil, não foi diferente. Devemos acentuar logo de saída, a extensão do seu território como um dos fatores que impôs o tipo particular de colonização baseada no trabalho escravo. Outro fator foi dado pela função histórica da colonização que aqui se implantou, ou seja, viabilizar a acumulação primitiva na Europa, levando-se em conta o papel que o tráfico teve para esse processo. A rarefação da população indígena existente, seu estágio cultural nômade e todos os problemas relacionados com

as dificuldades de trazer imigrantes europeus dispostos a trabalhar nos trópicos como trabalhadores diretos, não deu outra saída para a colonização do Brasil.

Durante o século XIX, apesar do seu relativo crescimento, a população livre brasileira continuava com pouca significação para as exigências produtivas. Os problemas relacionados com as condições e a posição social na produção que os possíveis imigrantes deveriam assumir segundo os interesses dos proprietários, permaneceram insolúveis até praticamente o início dos anos 70.

Isso não quer dizer que na Europa não existissem condições propícias para que se pudesse fazer desencadear um ciclo permanente de imigração. Pelo contrário, o que se verificou a partir de 1760 foi a elevação das taxas de crescimento populacional na Europa, que aliada a outros fatores tais como, migrações dos campos para as cidades e as renovações tecnológicas incorporadas pela indústria, produziam o exército de desempregados do proletariado, que aliás, cumpria a sua função na reprodução ampliada⁵¹. Tanto Dobb quanto Hubberman, apoiando-se em vários outros estudiosos, são concordes em afirmar que a taxa de natalidade mantém-se quase sempre superior à de mortalidade, a partir da primeira Revolução Industrial. O último nos dá a seguinte proporção, relativa às populações da Cidade e do campo: "Em 1770 a população rural da Inglaterra era de 40% do total; em 1841, a proporção cairia para 26%"⁵². Dobb, de seu lado, esclarece que por volta de 1811 a taxa de mortalidade atingiu o seu ponto mais baixo, mas que ao findar as guerras napoleônicas ela começa a subir até cerca de 1840, incidindo sobretudo nas crianças das cidades⁵³. Gaskell da sua parte afirmou em 1836: "mais de um milhão de seres humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente..."⁵⁴.

Estes dados deixam implícito que a superpopulação das cidades inglesas, devia constituir um grande contingente humano com forte desejo de emigrar, sobretudo se tivesse certeza que as condições dos mercados de trabalho no exterior eram melhores. Mas para que parte dessa massa humana pudesse vir para o Brasil, seria necessário que os proprietários brasileiros estivessem dispostos a pagar salários altos, capazes de compensar o abandono da perspectiva de ocupação de terras devolutas pelos imigran

tes para o cultivo de subsistência, sobretudo em se tratando do nordeste - região que permanece como a mais importante durante a primeira metade do século XIX - dado o seu clima.

4.2.1 - A Racionalidade Escravista no Brasil

É claro que essa perspectiva não foi adotada. Simplesmente porque salários dessa natureza significaria um elevado custo de reprodução da força de trabalho livre nesse quadro, que em comparação com os gastos de subsistência do escravo, em *strictus sensus*, não era compensadora, ainda que considerando a reprodução da força de trabalho em seu sentido mais amplo, o fosse, sobretudo se atentarmos para fatores tais como: virtualidade técnica do trabalhador livre, produtividade do seu trabalho etc...

Pela tabela abaixo podemos perceber a correlação entre homens livres e escravos no Brasil, nos anos de 1798, 1817/18 e 1850:

TABELA 2
POPULAÇÃO DO BRASIL

ANOS	ESCRAVOS A	POPULAÇÃO TOTAL B	A/B %
1798	1.582.000	3.250.000	48,6
1817/18	1.930.000	3.818.000	50,5
1850	2.500.000	8.020.000	31,1

FONTE: GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978. p. 319.

Já na antiguidade, Aristóteles acentuou o traço fundamental da condição do escravo: a sua submissão direta como propriedade viva, alienável, de um proprietário. De sua parte Brian Davis sintetizou as características do escravo dizendo que "sua pessoa é propriedade de outro homem, sua vontade está sujeita à autoridade do seu dono e seu trabalho ou serviços são obtidos a

travês de coerção"⁵⁵, ao que Gorender acrescentou a "perpetuidade da sujeição e sua hereditariedade"⁵⁶. Assim, relacionado diretamente com a pessoa do escravo achava-se o trabalho forçado, o castigo nas suas diversas formas e a alimentação "exigida" como por qualquer homem.

Na medida em que o trabalho escravo é inadmissível sem toda ordem de coerções super-estruturais e muito particularmente, sem o chicote do feitor, isso por si sô, já confere à racionalidade do escravismo uma característica negativa àquilo que poderíamos incluir nos seus custos de produção, ou seja: as elevadas taxas gastas com a vigilância do trabalho e que constituem gastos improdutivos. Tais gastos sempre ocorrem onde existem relações de produção antagônicas, mas é no escravismo que eles se elevam ao extremo e no capitalismo onde se tornam, pelo menos, mais eficazes, sobretudo porque boa parte da coação dá-se impessoalmente e é regulada fundamentalmente por fatores econômicos (desemprego, excesso de mão de obra, fome...). É de fundamental importância reconhecer que o principal elemento constitutivo da categoria forças produtivas (o escravo) era profundamente averso ao trabalho e não manifestava nenhum interesse pela produção.

Considerando outros fatores, particularmente em relação à plantagem escravista no Brasil, verificamos que eram muitos os entraves ao desenvolvimento das suas forças produtivas. O uso da adubação orgânica por exemplo, não se adaptou à utilização de grandes extensões de terras,

"dissociado, ademais, da criação pecuária e cava - lar que servia apenas de força de tração. O sistema dos 3 afolhamentos anuais era incompatível com a especialização, sobretudo quando se tratava de plantas perenes, capazes de safras sucessivas. Por último, a destinação comercial predominante, com tendência à monocultura e as características do trabalho escravo impunham limites estreitos à economia natural coexistente e dificultavam seu florescimento no sentido da policultura..."⁵⁷.

Não é legítimo pensar a escravidão recriada pela transição ao capitalismo, como um simples absurdo histórico que não constituía nenhuma rentabilidade econômica para os seus agentes

mais diretamente interessados (proprietários e comerciantes) e que portanto, só poderia ser explicada pelas funções que desempenhou para os dois padrões de acumulação de capitais nos países dominantes, ou seja: as etapas da acumulação orgânica e a baseada na livre concorrência clássica. Tanto não foi "absurdo" que durou três séculos e encontrou profunda resistência para ser abolida. Porém, mais uma vez nos deparamos com o problema da escolha do método, para apreendermos a unidade das relações contraditórias entre o particular e o geral, entendida aqui como a racionalidade escravista e a racionalidade capitalista, de terminando-se mutuamente.

Pressupondo que para se organizar grandes unidades produtivas agrícolas se fez necessário aos proprietários de terras, a aquisição de escravos (pelo menos por uma vez), resta saber como funcionava a reprodução da força de trabalho no escravismo moderno e se havia possibilidades de uma reprodução natural.

Ao que tudo indica, a reprodução natural do escravo foi sempre uma variável inteiramente subordinada à variável reprodução artificial pelo tráfico. Genovese, um dos maiores estudiosos do escravismo do sul algodoeiro nos Estados Unidos, foi quem formulou a possibilidade da reprodução natural interna e especialmente ressaltando é claro, que a existência dessa variável correspondeu aos momentos imediatos à cessação do tráfico. Contudo, até hoje não se pôde comprovar a veracidade de tal hipótese, ou seja, a existência histórica de fazenda que se especializaram na reprodução natural de escravos nos E.U.A., com a finalidade de fornecer mão-de-obra para a plantagem algodoeira.

No que diz respeito ao Brasil, Cardoso de Mello sustenta que não se deve afastar de imediato a possibilidade da reprodução interna de escravos, admitindo-a como historicamente possível no período posterior à cessação do tráfico, mesmo nos quadros de uma economia de "plantation". É ele quem diz:

"1) para que se acumulasse, ou, ao menos, mantivesse se a produção no mesmo nível, após a interrupção do tráfico, era imprescindível 'produzir' escravos internamente; 2) a produção interna equivaleria à redução substancial da taxa de exploração; 3) deprimir-se-iam, tudo o mais constante, tanto a taxa de lucro das unidades em operação, quanto as perspec-

ctiva de negócio; 4) que a economia cafeeira fosse capaz ou não de absorver este aumento de preços de penderia da queda necessária da taxa de exploração e da taxa de lucro prévia a ele; 5) ainda que isto fosse inviável, a cumulação prosseguiria até absorver a totalidade da escravaria existente; 6) esta situação limite se alcançaria apenas se a economia cafeeira conseguisse suportar a elevação brutal e inevitável dos preços; 7) se não, o teto seria atingido muito antes, porque os preços subiriam até certo ponto e a partir daí 'explodiriam', no momento em que já se tivesse absorvido o 'excedente' depositado' nas outras células exportadoras"⁵⁸.

Da nossa parte, pensamos no porquê de não se ter registrado nenhum caso de sítios de produção interna especializada de escravos, não antes de 1850 - mesmo considerando que desde 1808 e muito particularmente após a independência, a Inglaterra travou uma luta sem quartel, perseguindo municípios até mesmo dentro do território brasileiro⁵⁹ - mas a partir da imposição inglesa da cessação do tráfico?

Considerando a racionalidade escravista per se, termina-se por admitir a possibilidade da reprodução interna dos negros escravos. Mas, tal método é ahistórico. É impossível pensar a racionalidade escravista sem estabelecer as conexões fundamentais com a racionalidade capitalista e sem considerar a sobre-determinância não mecânica, mas orgânica desta última, a cada passo do movimento interno.

Contrariamente ao que sucede no capitalismo, ou seja, a tendência a criação e a reprodução de uma super-população relativa ao capital, no escravismo moderno da "plantation", existe uma tendência à diminuição absoluta da população escrava até o escasseamento. Se excluirmos a ação dos variáveis fatores naturais, assim como também da variável renovação técnica (de resto pouco atuante), verificaremos que

"todo aumento da produção decorre do aumento do número de trabalhadores, uma vez atingido o limite possível da duração e da intensidade da jornada do trabalho"⁶⁰.

Na medida em que o escravo só possibilitava o retorno

do quantum empregado na sua aquisição a partir de dois anos e meio a três - e até mais, a depender da atividade produtiva e da conjuntura econômica enfrentada - sem dúvida, todos os proprietários deviam buscar o prolongamento da existência de seu plantel, ao máximo possível. Porém, tal motivação acha-se dialeticamente contrária à variável: "máximo de produção no menor tempo de vida útil do escravo"⁶¹, sobretudo se consideramos conjunturas vantajosas que exigiam o máximo de exportação e toda via, o máximo de extração de excedentes. O resultado em termos de vida média útil do escravo, era 10 a 15 anos, chegando a 20 no máximo.

Pela tabela 3, verificamos que nos anos de 1817/18, a população escrava correspondia a mais de 50% da população brasileira, e as cifras obtidas pelo balanço dos 3 séculos de tráfico, corresponde um total de 3.600.000 escravos introduzidos no Brasil, sendo que o número máximo atingido por essa população foi de 2.500.000 em 1850. Verifica-se um deficit de 1.100.000 mancipios em relação ao total introduzido.

Considerando que o pico de 2.500.000 foi alcançado no ano da cessação do tráfico (a partir do qual até cerca de 1856 foi intensificada a introdução, "clandestinamente") e considerando que foram registrados 1.542.230 escravos na matrícula de 1873, percebemos a diminuição assustadora dessa população no Brasil⁶². Achavam-se então os proprietários, mais do que na hora de proceder medidas para diminuir a taxa de mortalidade e porque não, para aumentar a natalidade entre os mancipios.

De fato, inúmeras medidas foram adotadas mas, nenhuma referente à "produção interna" e especializada de escravos com o fim de atender a demanda dos proprietários de terras. Estabeleceu-se leis proibindo castigos severos, procurou-se respeitar o descanso nos domingos e dias santificados, adotou-se métodos mais higiênicos e em certos casos, criou-se até sistemas de atendimento médico nas próprias fazendas, com proteção à mãe-escrava e aos recém-nascidos. "Ironicamente" chegou-se mesmo a castigar escravas que não procriassem. Todavia, mais irônico ainda, tornaram-se os casos de escravas que provocavam aborto, num gesto de auto-flagelação, mas também de vingança.

Depois da abolição do tráfico internacional de escravos continuou agir sobre o plantel escravista, a tendência à sua

redução absoluta, com um agravante: o incremento à produção e à exportação de café que passa a ser plantado em larga escala no Vale do Paraíba e posteriormente, em São Paulo. Mas, os proprietários de terras destas regiões não esboçaram nenhuma tentativa de criação de escravos, mesmo considerando o elevado custo para a aquisição de uma pela, seu encarecimento ainda maior depois da "quebra" da importação da África, e a possibilidade da extinção completa dos braços, o que equivale dizer, da produção. Muitos fizeram mesmo, tentativas de introduzir outras formas de trabalho através da imigração, como a parceria, o colonato, que terminaram redundando em fracassos pelo menos no que diz respeito às primeiras levas.

Continuou presente a necessidade de complementação do número de "africanos" e agora, talvez, mais do que nunca dado o período favorável que se abre para o café na segunda metade do século XIX, mantendo-se com alguns revezes, até o final do século. Porém, de que forma os cafeicultores atendem à necessidade de mais braços, à exigência de maior produtividade, em última análise uma exigência externa? Importando-os de regiões de economia regressiva, quer dizer; da região norte, do nordeste e do extremo sul do país. Eisenberg calcula que entre 1850 e 1880, os proprietários de engenhos de Pernambuco exportaram para a região sul, cerca de 1.000 a 1.500 escravos por ano, dando um total aproximado em 30 anos de 38.000 peças⁶³. É ele quem nos diz:

"os viajantes que estiveram no Brasil na década anterior à independência relataram que os senhores de engenho precisam de um mínimo de 40 escravos capazes para fazer açúcar; grandes propriedades empregavam de 100 a 150 e as maiores uns 300 negros. Nos primeiros anos do decênio de 1840, o número médio de escravos em 331 plantações era de 55. Dez anos depois, um levantamento em 532 plantações registrava a força de trabalho média de 20 escravos ..."⁶⁴

Entre 1850 a 1865 a Bahia e outras províncias do norte exportaram para o Rio de Janeiro, cerca de 43 mil escravos⁶⁵. São Paulo em 1883 tinha 174.622 escravos, sendo que em 1836 esta mesma população achava-se em torno de 78.955⁶⁶. O processo do tráfico do norte e nordeste para o sul do país só fez cres -

cer, sendo reduzido apenas durante o auge algodoeiro, provocado pela Guerra de Secessão. Todo esse processo não é possibilitado, senão pelo declínio das exportações de açúcar em relação ao café que nos anos 40 passa a ser o principal produto de exportação do Brasil e que na década anterior já havia tornado-se o principal produtor do mundo⁶⁷. É assim que a reprodução natural de escravos sempre se achou subordinada à reprodução "artificial" e no Brasil - como de resto em todos os países que passaram pelo escravismo moderno - nunca se conseguiu barrar a tendência ao decréscimo absoluto dessa população. Entre os motivos causadores desta tendência, encontram-se: a preferência por homens para a composição do plantel quer porque estes fossem mais eficientes no trabalho, quer porque as mulheres fossem mais caras; a difícil existência dos casamentos já que os escravos podiam ser vendidos a qualquer hora; as jornadas estafantes de 15 a 18 hs/dia tanto para os homens como para as mulheres que não trabalhavam no domicílio do proprietário; os curtos períodos de descanso; a alimentação desequilibrada e pouca; a promiscuidade das senzalas; as epidemias; as dificuldades de ampliar o plantel nas épocas de picos, em conjunturas especiais, ou nas fases estacionais; a consequente sobrecarga do plantel existente; a incapacidade de absorver e promover incessantemente renovações tecnológicas; as torturas sofridas pelos escravos; enfim o desgosto pela própria vida, fruto de toda sorte de opressão e coerções sobre o escravo, que se manifestavam de inúmeras formas, inclusive com o suicídio.

Mas, qual a causa dos "plantadores" não terem levado a cabo a "possibilidade" da "criação" interna de africanos? Logo de saída devemos considerar pari passu, a atuação da lógica escravista, pelo menos pressupondo-a. Assim, a máxima, máximo de produção no menor tempo de vida útil do escravo, devemos juntar: com o menor custo de produção possível - como querem alguns⁶⁸ - ou com a menor amputação da renda monetária escravista, como quer Gorender⁶⁹.

Ora; a aquisição de um único escravo já representava um alto investimento que exigia do investidor os fundos necessários para colocá-lo imediatamente no processo produtivo, outros tantos para alimentar a produção até que ela passasse a render liquidamente e a "paciência" necessária para esperar tal liqui-

dez. Nos períodos finais do escravismo no Brasil, para os cafeicultores do Vale do Paraíba, por exemplo, isso representou uma espera que variou de 6 a 7 anos⁷⁰. Para que conseguissem a reprodução natural internamente, seria necessário aos plantadores, desentoesourar uma massa considerável de dinheiro, capaz de possibilitar a compra de um número suficiente de escravos, (mantendo o equilíbrio entre o número de homens e mulheres) que se dedicariam exclusivamente à procriação. Outro recurso seria, a utilização de parte do próprio plantel (já em atividade produtiva) para a reprodução. Uma outra possibilidade seria a admitida por Mello ou seja: a redução da taxa de exploração e que nós achamos que não permitira aos proprietários a mão-de-obra suficiente a ponto de manter o sistema produtivo a longo prazo, sobretudo se considerarmos o período da necessidade da expansão cafeeira. Poderíamos admitir ainda, que os proprietários fizessem a aquisição de escravos, não com o seu tesouro (porque não tivessem o necessário ou porque não quisessem reduzir sua riqueza), mas com algum empréstimo tomado aos comerciantes, ou comprando a prazo do vendedor de escravos, ou mesmo, alugando de outros "senhores".

No entanto, qualquer que fosse a opção do agricultor, representaria não apenas um grande risco, mas também e antes de tudo, uma profunda sangria nos seus recursos monetários ou humanos e assim uma opção contrária à lógica da acumulação escravista, mesmo admitindo-se a "possibilidade de sucesso" da empresa. Mais difícil ainda fica se conceber a efetivação de uma das opções, quando consideramos que no escravismo, em períodos de conjuntura favorável, os proprietários tinham por norma, mobilizar todos os recursos disponíveis para ampliar a produtividade da "empresa" e consequentemente a margem de rentabilidade, o que só pode ser conseguido com a utilização de todo o plantel e a aquisição de novas peças. De outra parte, em fases depressivas, a política ficaria sendo poupar todo dinheiro-tesouro e a mão-de-obra, o que contraditoriamente significaria às vezes, desfazer-se de uma fração do plantel, não obstante o melhor mesmo devesse ser o permanecimento dele por inteiro, apesar do ônus da sua manutenção improdutiva (roupas, alimentos, remédios, etc...). à espera das fases de pico.

Se tomarmos em conta o fato de que no processo de repro

dução natural, a criação implicaria na redução do tempo de trabalho da escrava-mãe (se ela não tivesse a destinação exclusiva de procriar) no período de gravidez, parto e amamentação, além dos gastos com alimentação, remédios, roupas, abrigo para mulher e filho, e depois de tudo, a manutenção do rebento até a idade de 16 anos, para então vendê-lo ou aproveitá-lo na própria produção, é perfeitamente compreensível o fato de empiricamente se poder comprovar a preferência pela compra do negro já com a idade referida.

Dessa maneira, a criação de um filho-escravo representaria um longo e profundo investimento que poderia se perder facilmente e portanto, de destino imprevisível. Se depois de adulto a cria não for usada imediatamente na produção do seu proprietário ou se não for vendido logo, como consequência de períodos depressivos, terá que continuar a ser mantido pelo senhor.

"Mesmo que trabalhe para se sustentar, o retardo na venda implica progressiva desvalorização até o ponto em que o preço de mercado já não compense o investimento feito. Se a venda de escravos for a principal fonte da receita, as consequências podem vir a ser catastróficas. Por conseguinte, é evidente que a criação de escravos para a venda, faz o sistema escravista muito mais vulnerável às oscilações de mercado e, sobretudo, à cessação das possibilidades de expansão"⁷¹.

Se a "criação" de um simples negro ou a venda de alguns, nas diversas conjunturas, já apresentava tantas dificuldades, que dizer da reprodução especializada e em larga escala? Segundo Stein, entre 1857/58 o preço de um plantel nas fazendas de café de Vassouras equivalia a 73% do valor de uma fazenda, considerando-se na computação todos os bens⁷². De uma maneira absoluta, os gastos com o plantel representariam a maior parte dos investimentos dos senhores de escravos, durante todo o período escravista, o que equivale dizer como concluiu Gorender, que o aumento das possibilidades de acumulação - que se dava com a elevação do número de peças - era em primeiro lugar, o aumento de fato da desacumulação⁷³. Mesmo concordando quando ele afirma que isso não é o mesmo que dizer que a economia escravista estivesse sempre em déficit, não podemos extrair outra conclusão,

senão a de que as bases de sua racionalidade eram extremamente limitadas, inviabilizando por conseguinte, a reprodução ampliada numa escala sempre crescente.

Dito isso, podemos entender conseqüentemente, a falta de registro sobre "possíveis" fazendas especializadas na reprodução de escravos. São quando a decadência batia à porta é que um produtor qualquer cumpria a função, que poderia ter sido de um especialista, vendendo o seu plantel. Isso ocorre sobretudo quando da "quebra" do tráfico internacional, reforçando dessa forma a tendência ao desaparecimento natural dos escravos como classe.

4.2.2 - "Completa-se" a Transição no Brasil

O que devemos perseguir agora é a articulação dos principais móveis impulsionadores da transição para o trabalho assalariado no Brasil, tomando como ponto de referência, a economia cafeeira, desde quando foi a partir dela e muito particularmente, a que se desenvolveu no Oeste Paulista, que se estruturou o primeiro e principal complexo econômico capitalista brasileiro.

A partir de 1869 os preços do café no mercado internacional se elevam crescentemente. O produto já havia consolidado um amplo mercado consumidor, fazendo parte da cesta de consumo tanto dos trabalhadores, como das diversas camadas das classes intermediárias e da burguesia, ficando com a Europa e os Estados Unidos a demanda fundamental. Por essa época o Brasil já havia superado os outros principais centros de produção cafeeira.

Em 1873 as cotações do café alcançaram o dobro dos índices de 1868, elevação esta causada em parte, pela queda que se abate sobre os cafeeiros em 1870, mas já por volta de 1874 em consequência da primeira "grande depressão" mundial, os preços baixam obrigando à adoção de uma política de desvalorização cambista, para neutralizar os impactos sobre as cotações nacionais⁷⁴.

A tendência geral que se esboçou para o comportamento das exportações do café, foi favorável, não somente na segunda metade do século dezanove, mas durante todo o século a partir

de 1830 até a "grande crise" de 1929. É o que podemos constatar pela tabela abaixo.

TABELA 3
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR
1821 - 1930

TOTAIS DECENAIS	EXPORTAÇÕES TOTAIS MILHÕES DE LIBRAS - OURO		ÍNDICE LOS PREÇOS MÉDIOS EM LIBRA - OURO	
	CAFÉ	AÇÚCAR	CAFÉ	AÇÚCAR
1821 - 1830	7,2	11,8	100	100
1831 - 40	21,5	11,8	98	68
1841 - 50	22,7	14,6	58	59
1851 - 60	49,7	21,6	84	73
1861 - 70	68,0	18,3	104	67
1871 - 80	113,0	23,5	138	57
1881 - 90	135,7	21,9	112	44
1891 - 1900	187,9	17,4	112	53
1901 - 1910	244,1	5,6	83	35
1911 - 1920	364,8	20,4	134	133
1921 - 1930	561,0	11,4	178	58

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1939 - 1940 - IBGE - Rio.

Apud CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. P. 270.

Para que ocorresse esse rápido crescimento das exportações do café atendendo à pressão da demanda externa, vários fatores internos contribuíram e como já falamos do papel desempenhado pelo tráfico interno, citamos ainda a mecanização do beneficiamento do produto, a introdução das redes de estradas de ferro escoando a mercadoria para o porto, a incorporação de um sistema bancário e de casas de exportação e a própria introdução parcial do trabalho assalariado.

No que diz respeito ao processo de mecanização para o beneficiamento do café ele começa a ser deslançado a partir de 1870. Taunay, grande fazendeiro e estudioso do assunto, foi também quem com Silva Telles, inventou uma espécie de secadeira mecânica tão usada quanto os classificadores a vapor. Estes ins-

trumentos permitiram a elevação dos preços de venda, em consequência da melhoria do produto, assim como também, possibilitou poupar escravos.

Já com relação às estradas de ferro, as consequências não foram menores. Antes da implantação dos vários sistemas ferroviários, o processo de transportar a produção até o porto era feito por tropas de mulas, o que é suficiente para percebermos o quilate das dificuldades enfrentadas. Com as estradas, não mais se mediriam as vantagens ou desvantagens de se adentrar pelo interior paulista, na busca da implantação de novas fazendas. Tão pouco se correria o risco de ver a produção apodrecer sem antes poder ser escoada. Pelos cálculos de Taunay, o transporte ferroviário baixava os preços seis vezes em relação às tropas de mula⁷⁵.

Foi na verdade um admirável surto, bastante estimulado pelo Estado brasileiro. Isto porque tal movimento só foi possível, pela associação do capital comercial nativo com o capital financeiro inglês, e este último só investiu maciçamente quando conseguiu arrancar garantias de juros para seus capitais. Foi o Estado que arcou com esse encargo. Tem-se como resultado: a volta dos braços - antes utilizados nas viagens de mulas - para a lavoura; comunicações mais rápidas; maior capacidade de carga; melhor conservação do café; fretes baratos; preços mais altos no mercado mundial e enfim; mais lucros com reprodução ampliada de capital no país.

Também os bancos e as casas comerciais proliferaram e ganharam pelo individualmente. As transformações que ocorrem na economia cafeeira, são de uma só vez, consequência e causa de mudanças na economia nacional e internacional. Em São Paulo, isto é, a nível de região de estrutura produtiva mais avançada e em condições de desenvolvimento, o que se percebe é a ascensão crescente de uma fração de cafeicultores que termina exercendo funções do capital comercial, organizando assim o processo de circulação do café que já não pertencia apenas à sua produção, senão que ao conjunto dos produtores não tão bem sucedidos, comprando e financiando os "cafeeiros" destes últimos.

Esse movimento de capital se expressa primeiro nas funções do comissário até o final do século dezanove, quando começam a ser substituídas pelos grandes bancos e casas comerciais,

em grande parte originários dos capitais acumulados naquela atividade.

É esse movimento de capital a nível nacional, espraiando-se em várias direções, que cria as condições infra-estruturais e super-estruturais, para que florescesse nos finais do século passado, um relativo grande surto industrial e que antes disso, estabelece as bases para a utilização do trabalho assalariado na agricultura, promovendo contraditoriamente a abolição e a imigração.

Sérgio Silva diz que

"o capital cafeeiro tinha portanto diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos, corresponde a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes..."⁷⁶

É evidente que tais modificações não se realizaram linearmente, num evolucionismo ao sabor da concepção escatológica da história. Tão pouco foram transformações indolores. Pelo contrário, o que não devemos esquecer é que a pressão da racionalidade do capitalismo mundial agiu exigindo dos cafeicultores produção em larga escala e nestes termos, no amálgama das suas contradições, pressionando os exportadores do país a arrancarem dos produtores, maior volume exportável. Assim, em última análise - ainda que num primeiro momento - reforçando imediatamente o escravismo e mediamente o trabalho assalariado. Não perceber isso é transformar a dialética das relações internacionais dessa fase, numa partida de ping-pong e quebrar enfim, a correia de transmissão que liga a reprodução ampliada nos países avançados à reprodução ampliada do capital (cada vez mais baseada na produção do valor-trabalho) no Brasil, sem que percamos de vista os limites dessa reprodução nacional.

É a quebra da "correia de transmissão" que ocorre com a análise de Oliveira acerca da transição para o trabalho assalariado. Ainda que ele faça profissão de fé, pressupondo a organicidade das relações internacionais do Brasil - na medida de em que aponta a gênese histórica da produção nacional e na medida

em que a menciona na fase em que se completa a transição - em sua tentativa por romper com as análises cepalinas e as análises que se pretendem inspiradas no método dialético, mas que terminam transformando o imperialismo numa força onipotente, ele conclui rasgando com esses pressupostos. Senão, vejamos o que diz:

"a vantagem do trabalho livre começou a desenhar-se nitidamente na medida em que os encargos com a subsistência dos escravos, parte portanto do capital constante, ameaçam a própria forma de valor da economia agro-exportadora. Essa ameaça não é dada por um aumento dos padrões de consumo da massa escrava; ... O que ameaça a forma de valor por excelência da economia agroexportadora (...) é a própria relação que ela (...) mantém com os centros metropolitanos capitalistas (...): estes avançam no sentido da maquinofatura e, portanto, os bens que exportam para os países produtores de matérias-primas contêm agora mais "capital constante" puro. Por oposição, na composição orgânica do capital da economia agroexportadora predomina um tipo de capital constante que inclui o escravo, cuja subsistência, também capital constante, força para baixo a taxa de lucro. ... é a parte importada do capital constante, a qual toma a forma de fundo de subsistência dos escravos, que ameaça a forma de valor da economia agroexportadora. Em termos modernos, esse mecanismo dará lugar a uma troca desfavorável à agro-exportação.

A abolição resolve um dos lados dessa contradição, transferindo para fora dos custos de produção do bens agroexportados, conforme já se assinalou, o fundo de subsistência dos escravos, que, transformado em força de trabalho, deve cuidar agora de sua própria reprodução. E disto nasce a possibilidade de um modo de produção de mercadorias"⁷⁷.

Em uma passagem anterior ele nos coloca que:

"A expansão das culturas de exportação, sobretudo e indiscutivelmente do café, leva consigo uma expan

são mais que. proporcional do capital constante, constituído seja pelo próprio estoque de capital empastado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmo escravos. Principalmente a expansão dos últimos significava um incremento das importações que punham constantemente em risco a estabilidade da forma de valor do produto"⁷⁸.

Em primeiro lugar o que temos a dizer é que, o padrão de consumo dos escravos não apenas sempre foi baixo, como desequilibrado⁷⁹. Toda a subsistência era arranjada nas próprias fazendas em culturas feitas pelos próprios escravos. Sem dúvida que o tempo gasto com o cultivo de subsistência constituía uma redução das horas de trabalho excedentes, com as consequências arcadas pelos fazendeiros. Eram estes que cediam aos escravos a quilho quenno capitalismo é algo que pesa só sobre as costas do operário. Dessa forma, não faz sentido falar-se em relação aos escravos, que a elevação da parte constante das mercadorias importadas e compradas aqui pelos senhores, esteja encarecendo seus custos de produção. A alimentação e as mercadorias usadas pelos escravos não eram importadas.

Em segundo lugar, nada pesava mais sobre as costas dos proprietários, que os custos de inversão para a aquisição do próprio plantel, coisa que cada dia se tornava mais difícil dado os altos preços de cada peça e do seu escasseamento. Não podemos comparar tais gastos com aqueles que representariam os gastos com capital variável, por maior que fossem.

Em terceiro lugar, não é exclusivamente o processo de troca desigual desfavorável à economia agroexportadora que faz com que os produtores nacionais adotem o trabalho assalariado, jogando assim os custos de reprodução da força de trabalho nas costas dos trabalhadores. Embora tal enunciado seja verdadeiro, ele diz respeito apenas ao lado nacional esquecendo as necessidades e as exigências do lado dos países industrializados, e a sua sobredeterminância para as necessidades da reprodução ampliada no Brasil, qual seja: 1) produção de alimentos em escala cada vez mais ampla e apreços cada vez mais baixos para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho dos países industrializados em luta para compensar a queda tendencial da taxa média de lucro, já na etapa monopolista; 2) esta etapa alcançada

pelos países avançados pressupõe a produção de bens de capital em larga escala e portanto, a importação pelos países industrializados, de matérias-primas também em larga escala dos países atrasados; 3) o incremento da produção de bens de capital supõe a produção de bens de consumo leve, em nível nunca visto e por conseguinte, mercados cada vez mais amplos. Exige-se dos países atrasados enfim, maior produtividade e maior consumo, ou seja, trabalho assalariado. De qualquer forma a necessidade de compensar as importações com "mais capital constante puro", apesar de ser real como dissemos, não é mais forte que a necessidade de baixar os custos de produção nos países industrializados.

Sob outra forma Cardoso de Mello disse também, como vimos, que a utilização do trabalho assalariado depois da independência do Brasil era uma questão nacional.

Gorender de sua parte, foi quem melhor e mais profundamente estudou o escravismo no Brasil. Fez realmente uma exegese das obras sobre a escravidão, das mais variadas correntes e inspirando-se no método marxista produziu um rico trabalho de economia política do escravismo colonial, possivelmente o melhor até agora produzido sobre o assunto. Ao propor a história do Brasil Colônia como regida pelas leis de um modo de produção inteiramente novo na história da humanidade, também não deixa de pressupor as condições que lhe deram origem.

Uma vez pressuposto isto, Gorender elabora toda sua compreensão, como se o "o rebento brasileiro" deixasse de necessitar de apoios externos, podendo por consequência andar unicamente sobre os próprios pés. "Tudo" o mais que não seja produto das relações de produção nacionais, isto é, fruto da contradição escravo e plantadores, em síntese, dá-se fora da produção; é circulação e portanto, não serve necessariamente para explicar e apreender de fato nosso passado. Este só pode ser resgatado mediante o desenvolvimento dos seus "mecanismos" internos, nacionais. É nessa perspectiva que ele afirma:

"O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. ... A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional. ... O mecanismo de criação do excedente se explicitará na abordagem de outras leis. A esfera da circulação se autonomizou com re

lação ao modo de produção escravista colonial e, ao mesmo tempo, se adequou a ele, sem determinar suas leis internas, sua natureza essencial. Esta se consubstanciou nas relações de produção que, por sua vez, incorporavam a circulação mercantil como seu pressuposto e estabeleceram relações de distribuição intrínsecas ao modo de produção"⁸⁰.

Em outra passagem diz ele, tentando definir e criticar o que chama de lógica do integracionismo:

"as relações de dominância são sempre relações de integração identificadora: o termo subordinado integra-se no termo dominante e, desde logo, tem a mesma identidade substantiva dele. Não importa se os dois termos correspondam a estruturas internamente diversas e que sõ externamente se relacionam: o fato de haver entre eles uma situação de dominância-subordinação já os funde numa categoria única, definida sempre pela estrutura do termo dominante"⁸¹.

E mais adiante completa:

"Em qualquer caso, a circulação mercantil não é mais do que o prolongamento da produção, o processo de realização do valor produto, da conversão deste em dinheiro e, em sentido contrário, da conversão do dinheiro em mercadorias, a serem consumidas produtiva ou improdutivamente. Em última análise, não é a circulação que desvenda a organização da produção, mas o contrário"⁸².

O que se constata da leitura de seu trabalho, é que ele na luta por criticar os circulacionistas, transforma o comércio num deus ex machina e não obstante afirme que se deva explicar a circulação pela produção, deixa de ver as relações orgânicas que se estabelecem, não com os portos exportadores dos países avançados e atrasados, mas antes disso, entre as relações de produção desses países, que podem ser desiguais mas sempre combinadas e, dessa forma tendo uma delas a dominâncias, conectada através do comércio.

Em vão procuramos por todo o estudo uma menção explícita e voluntária acerca das referidas relações e mais do que is-

so, sua utilização efetiva como pressuposto do método. Quer dizer; a racionalidade do escravismo colonial passa a ser vista per se e não como uma racionalidade submetida à lógica das diversas etapas da acumulação de capital. Desse modo, também Gorerender quebra a "correia de transmissão" da qual já falamos, isto porque o método dialético e histórico exige que se considere a economia mundial não como uma simples soma de economias nacionais, mas como diz Bronstein, "como uma realidade que, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que na nossa época, domina os mercados nacionais"⁸³.

Não precisamos aceitar como certa a idéia da identidade categorial substantiva entre a estrutura de produção brasileira e a dos países avançados no final do século XIX, para discordarmos da afirmação de que uma estrutura só se relaciona com a outra, externamente. Se esse fato pudesse ser verdade para a primeira e a segunda etapa da acumulação de capital, jamais o poderia ser para a época das exportações de capitais.

Assim dito, e só assim, podemos perceber que embora desde os finais do século XVIII a Inglaterra exigisse maiores mercados consumidores e maior produtividade, ao esbarrar com a lógica da acumulação de riqueza do escravismo, ela produzia imediatamente o inverso. Isso explica o reforço imediato ao trabalho escravo com a expansão cafeeira, mas também explica o seu fim, mediatamente. Porém, como já foi visto, com a mudança qualitativa do padrão de acumulação a partir de 1880, a necessidade de transição para o trabalho assalariado em países como o Brasil, colocou-se na ordem do dia e de fato se cumpriu, ainda que desigualmente.

No reduto do Oeste-Novo, onde melhor do que qualquer região do Brasil, existiam condições maduras para que a transição se completasse mais homoganeamente, a contradição entre as exigências para desenvolvimento das forças produtivas entravadas pelas relações de produção escravistas, explodiu em luta de classe aberta⁸⁴, mas contrariamente ao que acredita Gorerender, a abolição não foi obra exclusivamente nacional.

A escravidão foi reforçada, mas como requisito de sua superação, tal qual a segunda servidão do leste europeu foi uma exigência da abolição da servidão. Completou-se a transição desigual e combinada, não somente porque ela no Brasil ocorre quan-

do na Europa já havia sido concretizada há mais de um século, mas também porque a desigualdade combinada, se manifesta dentro desta terra, entre regiões (Nordeste e Centro-Sul) e numa mesma região, mantendo relações de produção atrasadas (a parceria, o colonato, etc.), a serviço das mais avançadas na agricultura exportadora. É desigual e combinada porque proliferam, entre as regiões e num mesmo espaço em que já funcionava a grande indústria de "tecnologia limite", as oficinas artesanais e manufaturas; é desigual e combinada porque junto aos primeiros grandes bancos sobrevivem por muito tempo a figura do comissário que também empresta dinheiro; é desigual e combinada enfim, porque a estruturação de um mercado nacional é um processo heterogêneo e hierarquizado. Tudo isso só pode ser compreendido no quadro do período das exportações de capitais. Se o período da acumulação clássica não se tivesse efetivado por volta de 1880, sem dúvida alguma esse novo período da história do Brasil teria sido adiado por mais algum tempo.

NOTAS

- 1 . SALAMA, Pierre. O processo do subdesenvolvimento: ensaio sobre os limites da acumulação nacional nas economias sub-industrializadas. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 10, 12 e 24
- 2 . VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Théo Araújo, org. Capitalismo transição. 2.ed. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.
- 3 . Sobre tais equívocos ver MARTINS, José de S. Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo. São Paulo, Hucitec, 1974.
- 4 . Ver discussão sobre origem do capitalismo em DOBB, Maurice. Evolução do capitalismo. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976; SWEETZ, Paul. A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977; PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. São Paulo, Mestre Jou, 1963.
- 5 . Cf. MANDEL, Ernest. Introdução ao marxismo. 2. ed. Lisboa, Edições Antídoto, 1978. p. 52.
- 6 . MARX, Karl. O capital. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro I, v.2. p. 833.
- 7 . VILAR, op. cit., p.38
- 8 . MARX, op. cit., p. 830.
- 9 . Idem, O capital. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira , 1971. Livro I, v.1 p. 370.
10. Ibid., Cf. p.370.
11. Ibid., p.427.
12. Idem, O capital. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978. Livro I, Cap. VI (inédito). p.55-56.

13. CARDOSO, F. Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.110-111.
14. NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII). Edições Brasilense-CEBRAP, 3.ed. São Paulo, 17:5-47. 1977. p.12.
15. Ibid., p.12.
16. Idem, O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. - In: NOTA, Carlos Guilherme, Org. Brasil em Perspectiva. 8.ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p.51-52.
17. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978. p.119.
18. Ibid., p. 123.
19. COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. op. cit., p.68.
20. Idem, Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo, Editorial grigalbo, 1977. p.52.
21. MANDEL, Ernest. Tratado de economia marxista. Lisboa, Edições DELFOS, 1975. p. 363.
22. Idem, op. cit., p.84.
23. SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. Uma introdução à economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 62.
24. LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: LENIN, V.I. Obras escogidas. Moscú, Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1948. Tomo I. p. 962-963.
25. HILFERDING. El capital financeiro, p. 301. Apud LENIN, V.I. op. cit., p. 989.

26. BUJARIN, Nicolai I. La economia mundial y el imperialismo. 2.ª ed. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973. (cuadernos de pasado y presente, n. 21, p. 121-122).
27. Ibid., p. 123.
28. MANDEL, op. cit. nota 21, p. 424.
29. Ibid., p. 435.
30. MELLO, J. M. Cardoso de. Capitalismo tardio. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Mimeografado p. 35 (o grifo é nosso).
31. Ibid., p. 36
32. Ibid., p. 37
33. Ibid., p. 36
34. KRIPPENDORFF, E. História das relações internacionais. Lisboa, Antidoto, 1979. p. 127.
35. GALLAGHER, John & ROBINSON, Ronald. Der Imperialismus des Frei-handels. In: Wehler, 1970, 183-200. Apud KRIPPENDORFE, E. op. cit., p. 128.
36. MARX, Karl. Revolução na China e na Europa. In: MARX, K. & ENGELS, F. Sobre o Colonialismo. Lisboa, Editorial Estampa. 1978. (coleção Teoria n. 42, v.I. p. 29).
37. Idem, El Comercio inglés. In: MARX, K. & ENGELS, F. Materiales para la historia de America Latina. 2.ed. Córdoba, Ediciones pasado y presente, 1974. (curadernos de pasado y presente, n. 30, p. 126).
38. ENGELS, F. Medidas de proteção e comércio livre. In: MARX, K. & ENGELS, F. Sobre o colonialismo. Lisboa, Editorial Estampa, 1978

(Coleção Teoria n. 43, v.II, p. 127).

39. *Ibid.*, p. 128.
40. A esse propósito consultar: (América Latina) DONGHI, H. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, principalmente o cap. II. (Brasil) COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Editorial Grifalbo, 1977, cap. I. (Pernambuco) MOTA, C. Guilherme. Nordeste, 1817, estrutura e argumentos. Perspectiva, 1972. (Bahia) JANCSO, Istvan. Contradições, tensões, conflitos: a inconfidência baiana de 1798. Rio de Janeiro, mimeo., 1975. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de História do I.C.H.F. da U.F.F. TAVARES, L.H. Dias. O movimento revolucionário biano de 1798. Salvador, 1960. Tese para docência livre de História do Brasil da F.F. da Universidade da Bahia.
41. MELLO, op. cit., p. 38.
42. *Ibid.*, p. 40-41.
43. FRANK, A. Gunder. Latin America. Underdevelopment or Revolution. New York (Monthly Review Press) 1969. Apud KRIPPENDORF, op. cit., p. 113.
44. KRIPPENDORFF, op. cit., p. 118
45. DONGHI, H. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 105-109.
46. *Ibid.*, p. 93.
47. *Ibid.*, p. 93.
48. SALAMA, Pierre. /Texto sobre o Estado em Países subdesenvolvidos/. Paris. Université de Paris I, 1976. Mimeografado. p. 9. Artigo em que faz um esboço crítico a alguns "endogenistas" brasileiros, dentre eles; Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, sobretudo no que se refere às relações entre os apare

lhos de Estado de Países atrasados e avançados.

49. LACLAU, E. Feudalismo e capitalismo na América Latina. In: SANTIAGO, Théo A. org. América Colonial. Rio de Janeiro, Palhos , 1975. p. 49.
50. MARX, K. El peonaje, op. cit., nota 37, p. 176.
51. Para uma análise dos efeitos dos técnicos sobre as estruturas sócio-econômicas, ver DOBB, M. op. cit., cap. VII; MARX, K. op. cit., nota 9. cap. XIII. Ponto 3.
52. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 13.ed. Rio de Janeiro, 2 ahar, 1977. p. 192.
53. DOBB, op. cit., p. 334.
54. GASKELL. Artisans and Machinery. Londres, Parker, 1836. p. 35 - 38. Apud HUBERMAN, op. cit., p. 61.
55. DAVIS, D. Brion. The problem of slavery in western culture. Londres, Penguin Books, 1970, p. 46. Apud GORENDER, op. cit., p.61
56. GORENDEDER, op. cit., p. 61.
57. Ibid., p. 99.
58. MELLO, op. cit., p. 58
59. Ver PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo, Brasilense, 1976. p. 142 - 154.
60. GORENDER, op. cit., p. 321.
61. Ibid., p. 321.
62. Cf. GORENDER, op. cit., p. 319. Em São Paulo, entre 1813-1836 , a população livre cresceu 44,7%, enquanto a escrava foi incrementada em 80,1%, em consequência das vendas do açúcar paulista

(*ibid.*, p. 271).

63. EISENBERG, Peter L. Abolição da escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco. In: Estudos Econômicos. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1972. v.2, n.6 p. 185-186.
64. Idem, Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977. p. 169.
65. Cf. BASTOS, A.C. Tavares. Cartas do Solitário. 4.ed. São Paulo, NACIONAL/INL, 1975. Apêndice IV, p. 267-268. Apud GORENDER, op. cit., p. 326.
66. Cf. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p.36, GORENDER, op. cit., p. 327.
67. Cf. TAUNAY, A. d'E. Pequena história do café no Brasil (1727 - 1937). Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945. cf. 547-549.
68. CARDOSO, F. Henrique, IANNI, Octávio; MELLO, J.M. Cardoso de ; OLIVEIRA, Francisco de; etc.
69. Cf. GORENDER, op. cit., particularmente os capítulos IX e X.
70. COUTY. Lé Brésil en 1884. Rio de Janeiro, Foro & Lino. 1884. p. 88. Apud GORENDER, op. cit., p. 561.
71. GORENDER, op. cit., p. 331.
72. Cf. STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba. São Paulo, Brasiliense, 1961. p. 271-295.
73. Cf. GORENDER, op. cit., p. 544.
74. Cf. DELFIM NETO, A. O problema do café no Brasil. 2. impressão,

- São Paulo, 1966. (Boletim n. 5 da F.C.E.A. da USP). p. 3 e seg.
75. Cf. TAUNAY, A. d'E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, DNC, 1939-1943. v. IV, p. 405-406.
76. SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 60.
77. OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Edições gral, 1977. p. 23-24.
78. Ibid., p. 13.
79. Sobre a questão ver GENOVESE, Eugene. A economia política da escravidão. Rio de Janeiro, Pallas, 1976. p. 44-46; GORENDER, op. cit., p. 261-262 e 227-228.
80. GORENDER, op. cit., p. 171.
81. Ibid., p. 311.
82. Ibid., p. 501.
83. BRONSTEIN, Lev Davidovitch. La révolution permanente. Idées p. 20. Apud VALIER, Jaques. Sur l'imperialisme. Paris, François Naspero, 1975. p. 6.
84. Cf. MOURA, Clóvis. Reveliões da senzala (quilombos, insurreições e guerrilhos). Rio de Janeiro, Conquista, 1972. p. 191-210.

II - REGRESSÃO AÇUCAREIRA E REORDENAÇÃO AGRÍCOLA BAIANA

Na medida em que a quebra do exclusivo colonial se deu no Brasil com a manutenção do trabalho escravo, significou de uma parte, que o mercado brasileiro estaria "livre" para ser submetido à concorrência das nações industrializadas, mas sem que, de outro lado, o reverso fosse verdadeiro: ou seja; que os mercados europeus, dos Estados Unidos e enfim, do mundo, es tivessem "previamente" assegurados aos produtores brasileiros.

Apesar da lei do valor trabalho atuar na determinação dos preços das mercadorias produzidas na plantagem escravista, a sua atuação estava circunscrita às condições de monopólio. Quer dizer; uma mercadoria como o algodão, por exemplo, deveria ter seus preços no mercado mundial, não apenas regulado pelos gastos do produtor escravista, em compras de escravos, no escoamento da produção etc..., mas também, pela existência maior ou menor de outros concorrentes, da mesma região produto ra, de outras regiões do país ou de vários países diferentes.

Essa concorrência junto a maior ou menor demanda mundi al, assim como também, às condições gerais das bases produtivas nacionais (técnicas, sociais e naturais) atuando sobre as referidas bases e seus circuitos de comercialização, são de fundamental importância para a acumulação da renda-capitalizada extraída das exportações nos países atrasados, quando se trata de uma economia agro-exportadora escravista e para a acu mulação de capital, quando se trata de uma economia agroexportadora capitalista.

Busca-se sempre vender a produção muito acima do seu valor até o ponto em que as condições gerais do mercado o permitir. Na concorrência, quem estiver em situação desfavorável (poucos recursos naturais, menor proximidade dos centros consu midores, baixo aparelhamento técnico) muito provavelmente suc cumbirá ou na melhor das hipóteses, será excluído do grande mer cado. Isso é verdadeiro para uma unidade agrícola, tanto quanto para toda uma região que produza a mesma mercadoria sob bases semelhantes. Para a plantation escravista, as consequênci as desse mecanismo são exacerbadas. Isto porque ela não consegue a flexibilidade necessária, para diante de uma conjuntura

difícil, reduzir os custos de produção da "empresa" e assim tentar suportar a queda de preços mediante a concorrência, tal como fazem as empresas capitalistas.

Acceptar a sobredeterminância da variável demanda internacional e da variável concorrência mundial, com força de lei tendencial, justamente por isso, não equivale dizer que inexistente no quadro da agro-exportação primária, um movimento no sentido contrário, vindo desde o interior da plantagem, seja esta escravista ou capitalista. Os proprietários das fazendas, buscam sempre vender a produção pelo preço mais alto, mas logo encontram a resistência dos vários intermediários e dos comerciantes exportadores nacionais ou estrangeiros, lutando por achar os preços até o limite do valor-trabalho. Estes elementos por sua vez, sobretudo quando não têm "ligações de sociedade" ou acordos comerciais com as firmas importadoras dos países consumidores, fazem o movimento inverso ao que fizeram antes da compra das mercadorias, tentando elevar ao máximo a subida dos seus preços.

Mas, o que a história demonstrou foi, quase sempre, que a força dos países agroexportadores é menor que a força contrária dos países primário-importadores-industrializados, sobretudo de acordo com a alta especialização produtiva daqueles e do consumo monopolizado dos últimos, o que equivale dizer para os primeiros, alta vulnerabilidade por conta do mercado restrito, limitado. Foi esse mecanismo que, como exemplo, levou Marx e Engels à conclusão, de que se os Estados Unidos continuassem a elevar os preços de seu algodão no século passado, exercendo o monopólio de sua produção, a Inglaterra procuraria diversificar os seus fornecedores comprando em outros países, até romper a imposição estadunidense¹.

Entretanto, duas consequências estruturais distintas para os países dito atrasados, verificam-se pela ação das duas variáveis referidas, se consideramos os dois padrões de acumulação tipicamente capitalista: a acumulação da fase da livre concorrência e a acumulação monopolista. No primeiro padrão, quando a produção de uma determinada localidade de um país deixava de interessar aos países industrializados, que passavam a ver na produção de uma outra região do mesmo país ou de outro, melhor qualidade, preços menores, etc..., a antiga fonte produ-

tora estagnava e decaía. Nesse primeiro padrão entretanto, a região decadente, por ter deixado de se inserir com sua economia no mercado consumidor mundial, não se via depois submetida a nível nacional, a outra região. O mesmo não ocorre para o segundo padrão, pois o processo de ocupação espacial e "nacionalização" do capital, exige uma divisão do trabalho dentro de áreas de cada país e assim, a subordinação das regiões que assumem as formas de produção mais "atrasadas" àquelas regiões que assumem relações e forças produtivas mais avançadas. Estas últimas, são necessariamente as que conseguem manter seus produtos primários com demanda elevada no mercado mundial.

O nordeste e o sudeste brasileiro são exemplos típicos desse processo. A regressão açucareira nordestina, depois de uma ligeira recuperação nos finais do século XVIII e começos do século XIX, se dá no bojo do processo de transição para a segunda forma de acumulação nos países avançados, da consolidação da divisão internacional do trabalho, assim como também, de uma maior integração da economia nacional e portanto, da divisão nacional do trabalho.

Outro fenômeno que chega à transparência no processo de consolidação da divisão nacional do trabalho, é o relativo às economias camponesas ou quase camponesas, dos países atrasados. Estas formas produtivas "não permitem" uma acumulação interna, nacional de grande monta, e por mais que consigam manter estável a demanda internacional, assim como também, sobreviver à concorrência (nacional ou estrangeira), são incapazes de dar um maior dinamismo econômico às regiões nas quais se acham inseridas, e por conseguinte, não podem ser o móvel através do qual a dominação do capital se transforme numa realidade técnica, tipicamente capitalista. A exceção pode ocorrer, quando os produtos dessas economias conseguem uma demanda muito grande, sem ou com pouca concorrência, a ponto de interessar aos grandes proprietários nativos, aos comerciantes e/ou ao imperialismo, na medida de fazê-los investir na atividade. A transição para formas superiores de dominação de capital sobre o trabalho, em economias que se inserem dependentemente na divisão internacional do trabalho, só se realiza em grau relevante tendencialmente, com base em economias primárias de grande porte. Isso se explica na medida em que compreendemos ser os pequenos produtores e os pequenos proprietários agrícolas, extru-

mamente vulneráveis à dominação espoliadora do capital comercial exportador dos referidos países, cumprindo apenas a função de baixar os custos dos elementos do capital constante ou do capital variável das economias avançadas, embora possam cumprir esta função nos países atrasados, como de fato ocorre no Brasil. O capital comercial, age desta forma, imediatamente como mantenedor das relações de produção não capitalistas (porque o seu interesse é arrancar todo o trabalho excedente) a partir das quais faz sua acumulação, ainda que contraditoriamente de forma mediata, possibilite a nível geral da estrutura produtiva, a transição para relações capitalistas. Quer dizer: tanto a dominação do imperialismo, como a hegemonia do capital comercial sobre outras formas de capital ou mesmo de renda capitalizada nos países inseridos subordinadamente na divisão internacional do trabalho, são ao mesmo tempo, "motor" e "obstáculo" de seu desenvolvimento. As origens da indústria no Brasil provou isto.

1 - A Regressão Açucareira

Já no século XV e portanto, um século antes do Brasil ser descoberto, Portugal se achava na posição de maior produtor de açúcar, fruto de sua experiência nas plantações das ilhas-colônias da África. Considerando os portugueses toda uma sorte de fatores, desde as necessidades de ocupação até as condições ecológicas do Brasil², optaram pela plantação da cana nessas terras, como uma solução para a colonização.

Assim, com a criação de imensas plantagens canavieiras no Brasil, este pôde exercer o monopólio mundial da produção de cana e através de Portugal, de sua comercialização. A situação de monopólio produziu sem dúvidas "inveja" às outras nações emergentes da Europa, que terminou manifestando-se em invasões ao território brasileiro com finalidade à ocupação, como foi o caso da invasão holandesa.

Os holandeses foram expulsos de uma vez por todas, em fins da primeira metade do século XVII. Tal fato produziu graves consequências para a economia brasileira e de modo particu

lar, à economia do açúcar, isto porque eles detinham a técnica de fabricação de equipamentos³. Encontraram facilidades tão grandes nas Antilhas inglesas e francesas, que além desta técnica, propiciaram todos os recursos necessários à produção. Com menos de 10 anos da expulsão do Brasil, produziram nas Antilhas uma vigorosa economia açucareira exportadora, beneficiada pela localização em relação aos centros consumidores e pela tecnologia.

É justamente durante o século XVII que o açúcar brasileiro encontra seu período mais promissor, e a Bahia e Pernambuco como seus centros produtores por excelência. Porém, já no século XVIII, ao mesmo tempo que passa a ser eclipsado pela extração e exportação aurífera, já não suporta a concorrência do açúcar antilhano.

Nos finais deste século e começo do século seguinte, a guerra de independência norte-americana; a revolução industrial; as revoltas dos escravos da Jamaica, de São Domingos e de outras ilhas; o bloqueio continental francês, provocaram a retomada das exportações agrícolas. É no bojo desse processo que o açúcar da Bahia e o de Pernambuco voltaram a ser exportados em maior escala, encontrando pelos primeiros anos do século XIX, condições favoráveis.

É importante lembrar que por essa época a região da Baixada Fluminense despontou como uma região promissora, sendo impulsionada pelos capitais do comércio aurífero do período anterior. Em 1807 o porto carioca assumiu temporariamente a liderança das exportações, sendo seguido pela Bahia e depois por Pernambuco⁴. Isto ocorre como indício e como resultado do deslocamento da dinâmica da economia brasileira para o centro-sul, preparando o terreno para a implantação das raízes da dependência do nordeste. São Paulo já produzia açúcar desde os finais do século XVIII. Por volta de 1789, o porto de Santos funcionava no embarque de açúcar para exportação e a partir de então, foi criada uma infra-estrutura que seria de bastante utilidade posteriormente, para a expansão cafeeira, sem falar que parte dos capitais dessa última vieram do açúcar paulista.

Com relação particularmente às exportações do açúcar baiano, o período promissor não foi longo. É o que nos diz Goes Calmon em seu ensaio sobre o comércio e a economia da Bahia,

quando assinala a queda brusca das exportações do açúcar que passa de 48.814 caixas de 40 arrobas cada, em 1821, para 10.272 caixas em 1823⁵. Mesmo admitindo que os produtos baianos estivessem em alta nos mercados estrangeiros, é impossível não se perceber as consequências imediatas das lutas pela independência, na Bahia, ainda mais considerando que foi aqui onde elas de fato se radicalizaram. A utilização do escravo nas lutas, os gastos improdutivos com as tropas⁶, representou não apenas (para os proprietários escravistas e os comerciantes) a desorganização da produção, mas a própria destruição de importantes forças produtivas que exigiram novas inversões para que fossem recompostas.

Na verdade, a época do açúcar brasileiro e particularmente do açúcar baiano, já havia passado definitivamente. O que persistiu foi uma crise prolongada por todo o restante do século, entrecortada por curtos períodos de melhora. Em 1837, o preço do açúcar baiano em libras esterlinas achava-se a um terço do preço de 1821 e só foi retomado o antigo nível, um século depois, mas por breve tempo⁷.

Encontramos a principal causa da queda das exportações baianas, na concorrência exercida por outros países agroexportadores, mas também na produção européia de açúcar. Não era mais apenas as Antilhas com o seu açúcar de cana a exercer a inexorável pressão da concorrência. O Bloqueio Continental provocou a carência do produto e como decorrência, a busca de um substituto que de fato foi encontrado no açúcar de beterraba. Seus produtores logo conseguiram um amplo mercado e os preços decresceram progressivamente.

"Os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840) ficaram reduzidos a menos de 50% da demanda universal, pelo início do século XX"⁸.

É justamente a partir da década de quarenta que o Brasil perde praticamente todo o mercado europeu. Restou o mercado consumidor inglês para adquirir a maior parte da produção brasileira. Entretanto, isso também durou pouco tempo, pois na década de 70, o açúcar de beterraba começou a ser introduzido na Inglaterra.

Semelhante processo termina ocorrendo com o consumo nor

te-americano do nosso açúcar. Caem as vendas para a Grã-Bretanha, aumenta a demanda estadunidense e no final dos anos 80, os Estados Unidos consumiam a maior parte do açúcar brasileiro. Numa tentativa de aumentar as exportações, a República do Brasil, firmou com o governo americano um tratado comercial. Tal tratado não impediu que este último assumisse compromissos do mesmo quilate com a Espanha, visando o açúcar de Cuba e de Porto Rico. Mais tarde, com o Havaí e Porto Rico anexados aos E. U.A., Cuba independente e com tratado de reciprocidade assinado com estes, que também já eram grandes consumidores do açúcar de beterraba, onde iria haver espaço para a produção brasileira? Nos mercados consumidores latino-americanos? Eles procuraram desenvolver cedo a sua própria produção. Assim, não restou muita coisa para o açúcar brasileiro, além do mercado interno. O mercado externo só estava "aberto" nos períodos de entressafas dos países produtores mundiais nas fases de intempéries naturais e nos períodos de crises políticas violentas ou guerras, nesses países.

Para o plantador baiano, os limites ainda eram mais estreitos, dado que devia considerar seus concorrentes nacionais. Da sua participação nos mercados externos podemos ter uma idéia, ao menos aproximada, ainda da primeira metade do século XIX, a partir das medidas de vigilância adotadas pelo Governo no sentido de tornar o produto do recôncavo, acreditado nos mercados externos. Diz-nos Goes Calmon:

"Vinha sendo grave a crise do assuçar; a concorrência da beterraba ia cavando fundo o prejuizo no commercio e na lavoura. Varias medidas foram postas em pratica, e o edital de 1825 era renovado sob a forma de um acto do Governo Geral. Sendo o assucar um dos que já não goza de crédito que antes mercia, em razão da fraude que se há infelizmente introduzido, (...) ordenava que os trapicheiros em um dos tópos das caixas ponhão com marca de fôgo o nome do Trapiche etc."⁹.

A preocupação do Governo em combater os efeitos da concorrência, atravessa a primeira metade do século XIX, indo na verdade, por todo ele. Já em 1852, Francisco Gonçalves reafirmava a necessidade de adotar medidas para evitar o colapso.

"A decadência da nossa lavoura canna e do seu producto, a preponderancia que parece tomar actual - mente nos mercados d'Europa o assucar das Colonias Estrangeiras, e o proprio da beterraba, devem merecer séria e urgente atenção da Assemblêa, do Governo e dos Proprietários que encontrarão sua infalível ruína na deste primeiro genero de produção Bahiana"¹⁰.

Com relação à concorrência nacional, o que se pôde verificar foi Pernambuco como principal produtor brasileiro pois de lá saiu a maior quantidade das exportações, sendo que mais de três quartos do seu açúcar era para os mercados externos¹¹. É justamente a debilidade dos outros concorrentes nacionais, que permite a Província pernambucana manter algum dinamismo na sua economia interna. Eisenberg nos diz que:

"A província teve sua participação na média das exportações de açúcar do Império aumentada de 45%, no início do decênio de 1850, para 53%, no final da década de 1880. Esta última participação era o dobro da correspondente ao concorrente mais próximo, a Bahia, e quase o sêxtuplo da atribuível ao Rio de Janeiro e a São Paulo"¹².

Pernambuco e Bahia foram de fato as Províncias que mais contribuíram na segunda metade do século XIX, para as exportações de açúcar do Império. Porém, o movimento percentual de participação de ambas comparativamente, demonstra um crescimento da primeira e um movimento inverso da segunda. É sobretudo, a partir da década de 70 que esse quadro se verifica, sendo reduzida a participação da Bahia de 34,2% na década anterior, para 23,8% a partir de 71. Pernambuco, de seu lado, aumenta de 40,7% para 49,9%, no referido período, ou seja; até 1876. Apesar disso, no que diz respeito à pauta de exportações baianas, o açúcar figurou como o principal produto exportável, sendo superado em algumas conjunturas apenas pelo fumo¹³. Entre os anos 70, 80 e 90, a crise açucareira do Recôncavo baiano só fez agudizar-se e todas as medidas que foram tomadas no sentido de sustã-la, pouco o nenhum efeito tiveram, mesmo com a subida dos preços a partir de 1892. Nem a isenção de impostos, incentivos a invenções técnicas, adoção de tecnologia nova. criação de u-

sinas modernas, construção de estradas de ferro, utilização parcial da força de trabalho imigrante e nem a queda do câmbio, conseguiram dar vigor aos canaviais, que sô reascendem no período da primeira guerra.

1.1 - Formas de Trabalho

A partir de 1850, com a cessação do tráfego internacional de escravos, a lavoura canavieira do Recôncavo baiano começa a sofrer os reflexos do tráfico interno em direção ao centro-sul, absorvido pela expansão cafeeira. Entretanto, desde antes da interrupção do tráfico, já conviviam com o trabalho escravo, algumas formas de trabalho livre, que passam a assumir certa importância. É isso que ocorre com as figuras do meiro, rendeiro, e até colonos de parceria que vinham da Europa com a finalidade de cultivar a cana. Na Falla do Presidente da Província Tibério de Moncorvo, de maio de 1856, encontramos referência à tentativa de montar uma Colônia em Jequiariã, com aproximadamente 200 famílias de europeus para trabalhar no cultivo do café e da cana, sendo que o encarregado da contratação das famílias se comprometeu em dar terras gratuitamente. "Adiantará passagens, comedorias, instrumentos agrícolas, proverá de commoda habitação em casa de campo assoalhada, e sob mais bases, o que tudo vos será presente"¹⁴. Não obstante, é o próprio Presidente que dá as margens do resultado desses núcleos coloniais.

"O Relatório do digno Antecessor nada deixou à de sejar sobre o estado das Colonias que existião na provincia; dando a historia resumida de todas ellas tornou manifesto, que hoje nenhuma temos, por que mesmo a Leopoldina que se considera florescente, não pode como tal ser mais considerada, desde que sua producção não é sô resultado de trabalho livre, sabendo-se que a sua lavoura está quase toda entregue a braços escravos"¹⁵.

Encontramos ainda, referência citada por esse mesmo Presidente, acerca dos esforços do Governo Imperial, no senti-

do de contratar os famosos "trabalhadores chineses", para fazer progredir a Colonização na Bahia, dirigida especialmente para os "Fazendeiros e Senhores d'Engenho d'assucar, considerando que o emprego delles tem produsido os melhores resultados em paizes semelhantes ao nosso clima e producação"¹⁶.

É de se esperar, que no quadro de uma estrutura produtiva escravocrata, a presença do trabalhador livre em menor número que a de escravos, tivesse efeito quase nulo quanto a produtividade e a qualidade do produto, mesmo porque não podemos nos esquecer, que embora os novos trabalhadores entendessem a liberdade como a necessidade de vender sua força de trabalho a quem eles julgassem "conveniente", os proprietários agiam dentro dos marcos super-estruturais do escravismo, produzindo reação no trabalhador que não se indentifica com o comportamento dos assalariados, qual seja: a aspiração da liberdade como liberação de toda atividade produtiva, que é de fato, o comportamento do escravo. Isso deve ser levado em conta para explicarmos casos como o acima citado, sobre a Colônia Leopoldina, e a própria insubordinação do liberto. Isso também explica, em parte, o fato de ainda em 1889 a lavoura canavieira ser ainda fundamentalmente trabalhada por escravos. Deve ser também levado em conta para explicar o fato de muitos engenhos de açúcar terem sido abandonados pelos "trabalhadores livres" antes e após a abolição, muito mais que a explicação proposta pelo Vice-Presidente de província Aurélio Espinheira, em 1889, dizendo que o abandono dos engenhos pelos trabalhadores livres após a abolição, foi consequência da sua falta de treino com trabalhos de fabricação do açúcar¹⁷. É na verdade, com desolação, que Joaquim Lima fala em 1895 com relação aos resultados da Coloni-zação.

"Nesse particular, a Bahia já tem colhido os frutos sazonados da experiência, dos quaes lhe ficaram amargas reminiscencias, pela improficuidade total dos esforços que empregou"¹⁸.

1.2 - Estrutura Produtiva e Protencionismo Fiscal

Já vimos que a atividade produtiva do escravismo moderno se implantou através de estruturas de extensas propriedades de terras cultiváveis, assim como também, as razões que impuseram ser desta forma a ocupação das terras brasileiras. Não existiram, na verdade, margem de "opção" para que pudesse ter sido muito diferente.

Apesar disso, presume-se que a partir da segunda metade do século dezanove, as extensões das propriedades canavieiras haviam sido reduzidas. Para essa hipótese pode-se colher confirmação em fontes secundárias, mas pela lógica da racionalidade escravista é possível perceber que esse fenômeno se explica pela decadência das exportações, que impediu a incorporação de novos meios de produção e criou o círculo vicioso da fixação em solos que vinham sendo utilizados sem escrúpulos ecológicos, durante séculos, acompanhados de um progressivo desmembramento das propriedades como consequência das partilhas de heranças. Se houvesse movimento inverso para as exportações, ainda que os desgastes e a partilha do solo fossem inevitáveis, tais processos seriam necessariamente compensados pela possibilidade efetiva de se incorporar novas terras.

Não foi esse o caso da cana-de-açúcar do Recôncavo baiano no século XIX, mas o inverso: o desgaste e o desmembramento das propriedades territoriais, em última análise, foi consequência da perda dos mercados externos. Encontramos no trabalho de Mattoso, sobre Salvador no século XIX, uma minuciosa análise sobre os efeitos provocados pela cultura e pela exploração da cana-de-açúcar no Recôncavo, onde se concentrou a maior parte dessa atividade. É ela quem diz:

"... os solos plantados com cana desgastam-se lentamente... No Recôncavo os solos argilo - arenoso são mais frequentes que os massapês concentrados. .. Os solos do Recôncavo foram lavrados como se fossem minas... Ao jogo da partilha(..) Somam - se as consequências da lei de 13 de novembro de 1827 que aboliu a exigência de uma licença de Engenhos e precede de oito anos aquela que abolia o morgado. Se a safra de açúcar é insuficiente seja porque a superfície de cada engenho se reduza após cada nova partilha, seja ainda porque o solo empô

breceu-se definitivamente, o Engenho não pode mais viver, e seu senhor é obrigado a pedir emprestado..."¹⁹.

Dessa maneira, à existência natural de pequenas propriedades territoriais onde se plantava cana - ainda que estivessem voltadas para o mercado interno produzindo açúcar grosso e rapadura - juntou-se no bojo desse processo (desmembramento e desgaste do solo), inúmeros engenhos que apesar de seu número representaram muito mais decadência que progresso.

A estes fatores internos da Província, não podemos esquecer de juntar as condições técnicas de trabalho. Em várias "Fallas de Presidente de Província" encontramos referências aos processos ainda rudimentares predominantes sobre os novos métodos da estrutura produtiva açucareira baiana.

Segundo constatação de Almeida, ainda na segunda década do século XIX, foi experimentado o primeiro engenho moderno da Bahia, sendo que a máquina a vapor foi trazida para o engenho de Caldeira Brandt Pontes, exemplo depois seguido por outros proprietários que terminaram por reconhecer as vantagens da máquina a vapor²⁰. Entretanto, os exemplos não foram muitos. Se compararmos os dados obtidos da "Falla de João Wanderley" com os fornecidos por Eisenberg sobre a tecnificação dos engenhos de Louisiana e dos Cubanos, podemos sentir o atraso do Brasil e da Bahia.

Diz-nos Wanderley que em 1855,

"... o número de engenhos em toda a província sobre a 1651, incluídas as chamadas engenhocas que fabricão rapadura e aguardente, apenas suficientes ao consumo interno dos logares em que estão situadas. D'estes engenhos 253 trabalham com água, 144 a vapor e 1.274 com animaes (bois e cavalo)"²¹.

Antes disso, no ano de 1840, em Louisiana, os engenhos movidos a vapor já superavam aqueles de tração animal. 70% dos 1.358 engenhos cubanos, em 1860 já usavam o vapor²².

Na Bahia, depois de uma série de medidas visando "acender o fogo dos engenhos de açúcar" que na prática geral da produção açucareira, quase nenhum resultado produziu, em 1848 observamos talvez, a primeira manifestação de interesse do gover

no provincial, no sentido de mudar a estrutura técnica de transformação da cana em açúcar. A junta da lavoura, organismo criada por lei para introduzir melhoramentos na agricultura, requer ao Presidente da Província, visando poupar braços e aumentar a produtividade, uma moderna máquina alemã de fabricar açúcar²³. Esse interesse persiste por toda década dos anos 50, com a elaboração de análises sobre a situação da cultura, compra de máquinas, estudos e criação de projetos para a implantação de "Fazenda Modelo", até culminar com a primeira instalação de engenhos centrais em 1880. Entre 1880 e 1889 foram instalados 6 engenhos centrais, todos financiados por capitais estrangeiros (franceses e ingleses) concedidos com garantias de juros.

Mas como,

"O objetivo da criação de engenhos centrais era promover a divisão do trabalho entre a lavoura e a indústria" e como tal perspectiva não se efetivou dada a "baixa produtividade das lavouras que não permitia fornecimentos regulares aos engenhos centrais" e dada a "qualidade inferior da matéria-prima fornecida, as fábricas centrais estenderam sua atividade também às lavouras"²⁴.

Este fato, significou a falência dos empreendimentos por engenhos centrais na Bahia, ao qual sucedeu um processo de concentração de capitais e construção de modernas usinas. Se prosseguirmos até 1905, constataremos entretanto, que essas usinas também não renderam o esperado dinamismo. O Governador do Estado ao referir-se a três usinas construídas, alegava que assim ocorreu por conta da "lei 255 de 4 de agosto de 1898, em matéria voltada, e ainda em pior executada..."²⁵. Todas elas achavam-se bem aparelhada com tecnologia da mais moderna e devidamente instalada. Mas além das dívidas, estavam mal servidas de matéria-prima e uma delas, sem via férrea para o escoamento. A usina ITAPETINGUY, terminou sendo tomada pelo Estado de seu proprietário, como pagamento de dívida contraída por este, e pelo fato de estar abandonada. Embora consideremos desolador para a economia baiana tais fatos e reais indicadores da sua situação, e apesar do próprio governador da época também o achar, verificamos que se nutriam esperanças de que essa situação fosse revertida e na verdade, não se mediu esforços para

fazer refluir a crise.

Tendo como meta transformar a dita usina em grande fonte de renda, abre o governador concorrência para venda ou arrendamento, e como nenhum pretendente aparecesse, resolveu fazê-la funcionar por conta do próprio Estado. Mais do que isso, ele pretendia transformá-la numa usina modelo. Para tal, beneficiou a casa da instalação, o maquinismo (fazendo planos para completá-lo com o que de melhor existia em Java e no Havai) e também ordenou estudos para a construção de um ramal de estrada de ferro para servi-la no escoamento da produção. Tudo deveria funcionar com os melhores processos de cultura intensiva, pois era o que podia

"nos habilitar com elementos vantajosos para a grande luta da concorrência, no mercado mundial. Desejo (...) ver se assim contribuimos para reerguer a lavoura de canna do nosso Estado, que já teve nella a sua maior e quasi unica fonte de riqueza"²⁶.

Como vemos, ainda por essa época alimentava-se a esperança de - se não da reconquista - uma boa participação no mercado consumidor mundial. De fato, além dessas usinas, a partir de 1902 foram fundadas mais vinte e uma, das quais, apenas dezesseis conseguiram chegar até 1930 e mesmo assim, com muitas modificações na estrutura interna

"de cada uma delas, com afastamento total ou parcial dos primitivos fundadores. Também se acentuou a tendência para o desaparecimento dos proprietários individuais, em lugar deles surgindo empresas que englobavam grupos de Usinas"²⁷.

É importante notar que sobretudo a partir da segunda metade do século passado, o açúcar foi um produto privilegiado no que diz respeito a arrecadação de impostos pelo governo, isso fazia parte da política de incentivos à lavoura, assim como de outro lado refletia as pressões e as queixas dos plantadores locais. Na verdade, muitos foram os Presidentes de Província que defenderam essa política protecionista, embora reconhecessem que ela não poderia fazer variar muito a situação geral da lavoura, como explicitou Gonçalves Martins em 1852, alertando os proprietários para não colocar suas esperanças exclusiva

mente na proteção. Mas de outra parte, alguns Presidentes não se colocaram muito de acordo com tal política, alegando a necessidade do imposto para o Governo Provincial, queixando-se também das reações advindas de plantadores de outras culturas.

Mesmo assim, entre 1850 e 1889, o imposto sobre a exportação do açúcar, efetuado pelo Governo Imperial, variou de 5% a 9%, sendo que as taxas provinciais, variaram ainda mais, particularmente nos períodos mais críticos²⁸, tentando sempre favorecer a lavoura e em parte, denotando o poder político que ainda restava para os produtores de açúcar.

1.3 - Meios de Escoamento

Analisando os efeitos depressivos do crescimento dos monopólios nos Estados Unidos, Baran e Sweezy, no clássico estudo sobre o "Capitalismo Monopolista", sustentam que se a economia deste país tivesse seguido sem a adoção de certos mecanismos de estímulos "externos" à produção, certamente, antes do fim do século XIX a depressão chegaria à estagnação e na segunda metade do século XX, o capitalismo provavelmente sucumbiria. Tais estímulos são de dois tipos: a) invenções revolucionárias; b) guerras e suas repercussões.

Não seria desnecessário que fixássemos a noção do que eles denominam "invenções que marcaram época" e o destaque que dão a uma delas:

"aquelas que abalam toda a estrutura da economia criando, além do capital que absorvem diretamente, vastos mercados para investimentos.

A fim de que mereça esta designação, é preciso que a inovação afete profundamente tanto a localização da atividade econômica quanto a composição do produto.

A estrada de ferro, (...), ocupa um lugar singular na história do capitalismo... Dados censitários sobre o crescimento dos ativos das firmas (...) sugerem que, de 1850 a 1900, os investimentos nas estradas de ferro excederam os investi

mentos em todas as indústrias manufatureiras juntas...

... durante as últimas duas décadas do século XIX, (...) aproximadamente 40 a 50% da formação de capital privado surgiu nas estradas de ferro"²⁹.

Realmente, a implantação dos caminhos de ferro provocou uma profunda revolução na economia mundial e provavelmente, nunca ou pouquíssimas vezes na história do capitalismo, um setor provocou tamanha concentração de investimentos.

No que diz respeito ao Brasil, já nos referimos ao importante papel desempenhado pelo trem de ferro na economia cafeeira. Em São Paulo, as ferrovias funcionaram com um grau de eficácia jamais conseguido pelas outras regiões do país. Tinha sido a eficiência, que foram utilizadas não apenas para rebaixar os custos de produção do cafeeiro mas como um setor por si só de investimentos, para os excedentes de capitais, extraídos tanto no processo de produção como no dia circulação da economia cafeeira, assim como também para capitais provenientes de outras áreas nacionais e estrangeiras, com a finalidade de reprodução.

Contudo, devemos observar que em São Paulo ocorreu a predominância do capital cafeeiro sobre os investimentos de outros capitais. Poderíamos dividir a rede ferroviária brasileira em três grupos principais, que seriam: o das ferrovias do café, o da cana-de-açúcar e o grupo das ferrovias estratégicas ou de integração. Se seguirmos a divisão proposta por Célia Castro, que separa a construção dos caminhos de ferro no Brasil em duas grandes ondas - a primeira de 1852 a 1880 e a segunda de 1906 a 1913³⁰ - ficará claro que a primeira onda dá-se no bojo do processo da implantação dos trens de ferro, impulsionado pela Inglaterra, e que o segundo ciclo corresponderá à fase de construção de conexões e terminais das estradas implantadas no período anterior, numa tentativa de integrar o espaço nacional, anunciando a consolidação de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil. A primeira etapa é portanto, aquela na qual se implantam as bases do sistema ferroviário nacional e toda uma série de "peças" componentes da ampla infra-estrutura que como causa e consequência, permitiria a

São Paulo, acumular vantagens sobre as demais regiões.

Diante disso, não foi gratuito o fato de que em um setor tão importante como o da infra-estrutura ferroviária, ter havido uma forte participação do capital cafeeiro. Segundo Wilson Cano, das vinte estradas existentes em São Paulo, em 1910, "apenas duas eram de propriedade do Governo Federal, uma do Estadual, uma do Capital estrangeiro, e as 16 restantes de propriedade nacional privada"³¹. Pode-se argumentar dizendo que apesar disso, boa parte delas só puderam concretizar-se através da contração de empréstimos em Londres. Isso não diminuiria o significado das inversões de capitais nativos, que não deve ser visto exclusivamente no aspecto quantitativo, mas sobretudo no seu aspecto qualitativo: difusora de relações capitalistas de produção e alimentadora da reprodução ampliada "nativa".

Também não podemos considerar gratuito o fato de que o capital estrangeiro tenha penetrado em maior escala na construção das ferrovias do açúcar e depois, no extremo sul, nas que tiveram função de integração. Ainda que não tenhamos condições imediatas de testar, poderíamos arriscar a hipótese de que tal fato se deu por conta de uma maior resistência dos ricos cafeeiros desejosos de manter sob controle as ferrovias e utilizá-las como fonte de acumulação, contra o capital externo, muito mais que uma opção de preferência dos capitalistas estrangeiros em investir na construção de estradas em regiões de economias menos dinâmicas³², como a nordestina, por exemplo. Isso fica mais claro se considerarmos as garantias e direitos assegurados pelo Estado como parte da política de incentivos à ampliação da infra-estrutura nacional. A partir de 1857, o governo estabeleceu lei garantindo 7% de juros sobre o custo previsto das ferroviárias. Em caso de déficit, a empresa teria como retorno, a diferença efetivada pelo Estado, assim como também, em caso de superavit além de 8%, destinaria uma parte para este. A garantia dos juros variava de 50 a 90 anos. A isso junta-se os subsídios para a importação de trilhos, máquinas, etc..., o direito de exploração por 90 anos das adjacências da estrada numa área que ia até 30 km de cada lado dos trilhos, direito de utilização de recursos minerais porventura descobertos, e outros mais. Investimentos nesse setor portanto, deveria implicar em concorrência, por menor que fosse.

Dito isso, podemos tentar explicar o maior volume de capital inglês no nordeste, de acordo com a fraqueza de sua economia, já que os capitais da região não tiveram condições de concorrer para a exploração do setor ferroviário, em proveito próprio.

Pernambuco teve a segunda ferrovia construída no Brasil (a Recife - São Francisco) que foi iniciada em 1855, pela companhia inglesa Recife and São Francisco Railway Limited, e tanto o Governo da província como alguns proprietários de terra acrescentaram-lhe quillômetros de trilhos de vias secundárias. Na década de 80, a Great Western Railway Company Limited fez crescer mais duas linhas ligando a Recife - São Francisco em direção ao noroeste da Província e por volta de 1901, já havia ligação com uma outra ferrovia que ia até o sul da Paraíba. Em 81, o governo do Império atendendo a pressão dos senhores de engenho, plantadores de algodão, e do governo provincial, começa a construção da Estrada de Ferro Central de Pernambuco³³.

O desenvolvimento do sistema ferroviário em Pernambuco, possibilitou que antes de findar o século XIX, três quartos de todo o açúcar que ia para ser embarcado no porto de Recife, fosse transportado por trem. De outra parte, reduziu a participação das caravanas de animais de carga a menos de 5% depois de 1885 e provocou a queda da participação das barcaças para um quinto, por volta da década de 1910³⁴.

Todavia, a eficiência e a lucratividade proporcionada pelas ferrovias pernambucanas, não podem ser comparadas com a do complexo econômico cafeeiro. Apesar de terem contribuído para fazer baixar os fretes das caravanas de mulas e dos transportes em geral, de terem feito baixar os salários de várias categorias de trabalhadores rurais em consequência do desemprego de uma grande quantidade de caravaneiros, não conseguiram cobrar fretes que viessem ao encontro das expectativas dos agricultores, nem prestar o serviço igualmente esperado. Como consequência, as companhias inglesas tornaram-se alvo de pressão dos produtores, já que não baixavam as taxas dos fretes onerando-os tanto quanto o Império, sobretudo porque este era obrigado a manter-se como importante fonte de subsídio. Segundo Eisenberg, entre 1858 e 1883, a empresa lucrou no total 7.530 contos e obteve subsídios no valor de 14.576 contos³⁵. Os servi

ços decresciam de qualidade e os fretes aumentavam. O resultado foi o resgate feito pelo Governo Federal da Recife and São Francisco em 1900 e em 1901 da Recife-Limoneiro (Great Western Railway).

Já com relação à Bahia, o que se tem a dizer é que os sistemas de transportes de escoamento da produção da Província, foram também bastante deficientes, refletindo muito o estado geral da economia. Não conseguiu causar-lhes grandes modificações, a implantação dos novos sistemas, particularmente o ferroviário.

Sabe-se que em outubro de 1819, Felixberto Caldeira Brandt Pontes (o Marquês de Barbacena) inaugurou uma empresa da navegação a vapor que serviu ao Recôncavo durante certo tempo³⁶. Goes Calmon, ao referir-se sobre o movimento portuário de 1826, lembra que apesar da tendência negativa da economia baiana, a indústria da construção naval crescia, existindo então, além do importante Arsenal da Marinha, muitos estaleiros particulares³⁷. Não nos interessa discutir agora, o conceito de indústria utilizado pelo autor, porém, é de certa importância reter o fato de que a Bahia desde o período colonial já se utilizava bastante da navegação marítima, a ponto de ter produzido "em casa" diferentes portos de embarcações a vela.

Por volta de 1850, a Bahia já contava com o funcionamento da empresa Navegação Baiana (desde 1836) e a Companhia Bonfim (1847). Em 1852 fundara-se mais uma companhia (Santa Cruz) e até 57 são ampliados os serviços das já existentes, como resultado da fusão das 2 mais novas. Passam a chamar-se Cia. de Navegação a Vapor Bahiana e usava cerca de 20 vapores em percursos marítimos e fluviais³⁸.

De certa forma, esses vapores já prestavam um serviço indispensável ligando as regiões produtoras ao porto explorador da capital. De outra parte, o aumento da velocidade do intercâmbio, obrigou a construção de novos e maiores caminhos terrestres, ligando as regiões mais distantes aos pequenos portos de despachos para a capital. Em todo o movimento do Recôncavo para o litoral, que não prescindia dos veleiros, é segundo Câmara, de se notar a comparação entre o Rio de Janeiro e a Bahia:

"O movimento portuário era mais intenso em número

de barcos (...) de longo curso e de cabotagem, as sim como em embarcações registradas no próprio por to, sobrepujando ao Rio também em unidades e pes soal com seus 14 estaleiros navais para a constru ção de fragotas, corvetas, brigues, escunas, pa ta chos, mais tarde canhoneiras a vapor. A província mantinha 3 navios a vapor em linhas para os por tos do Recôncavo e no litoral entre Recife e Cara velas. Perto de vinte trapiches, alguns providos de prensa para enfardamento, serviam para o despa cho e armazenamento das variadas mercadorias ex portadas ou importadas..."³⁹ para a maioria dos portos do mundo e do Brasil.

Nesse sentido, mesmo levando em conta a implantação do sistema ferroviário e de outras modalidades de transportes de carga (como as tropas de mulas por exemplo) a navegação marítima e fluvial permaneceu sendo a modalidade mais usada por todo o século passado e por boa parte do século XX.

No que diz respeito às estradas de ferro, a Bahia se a dianta em relação a São Paulo. A primeira estrada de ferro bai ana é inaugurada nove anos antes que a primeira pulista. Foi i niciada sua implantação a partir da chamada lei básica de N. 641 de 26 de junho de 1852 do governo Imperial. Chamou-se, E stra da de Ferro da Bahia ao São Francisco e segundo Joaquim Wan derley de Araujo Pinho pertencia a uma firma inglesa do mesmo nome, sediada em Londres⁴⁰.

Sob esse impulso construiu-se ainda a Estrada de Ferro Central da Bahia, o ramal do Timbê, a Estrada de Ferro Santo A maro, a Tram Road de Nazaré e a Estrada de Ferro Bahia e Minas, além do prolongamento da primeira. Já no período republicano, sob a lei n. 37 de 7 de julho de 1893, são implantadas a cen - tro-oeste da Bahia e a Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista.

Segundo Wanderley de Pinho, em função do decreto N. 7.308 de 29 de janeiro de 1909, as estradas federais são arren dadas ã Companhia Viação da Bahia. As ferrovias terminam assim, arrendadas ou sendo exploradas por companhias concessionárias com garantia de juros, prolongando-se até a década dos anos vin te, sob estes dois regimes. É o que se extrai da citação do re ferido autor, ao dizer que nessa época, tanto o Estado como a

União, não administravam diretamente as Estradas da Bahia⁴¹.

Em algumas falas presidenciais, pode-se colher o principal motivo pelo qual moveram-se os incentivos para a implantação das estradas de ferro. Sem dúvida alguma, o que se tentava era soerguer a principal cultura da Província. Pensava-se também em outras culturas, atividades econômicas situadas no Recôncavo e em menor grau, nas regiões interioranas mais distantes. Dentre os produtos que mais constam nas pautas de embarque das diversas estações ferroviárias, podemos citar: açúcar; fumo; algodão; café; mandioca; cacau; couro; peles; carnes de boi, de cabra e de porco; carbonato e diamantes; produtos estes que iam em sua maior parte para Salvador, afim de serem redistribuídos para outras províncias ou para serem embarcados para o exterior. Da estação de Salvador iam: materiais de construção, tecidos, ferragens, líquidos, farinha de trigo, azeite, bacalhau, sal, charque, etc.

Não podemos deixar de considerar o relativo intenso comércio das cidadezinhas entre si, que em alguns casos convergiu para as regiões mais importantes, em certos períodos, como por exemplo, a da Chapada Diamantina. Sua contribuição não foi desprezível para o movimento comercial baiano e de alguma maneira, o trem de ferro acelerou a velocidade do circuito do intercâmbio, por mais deficientes que tenham sido os seus serviços, assim como também, por menor que tenha sido a quantidade dos produtos intercambiados. Todavia, o sentido último da implantação do sistema ferroviário foi sobretudo, salvar a cultura canavieira, tanto quanto tiveram os mesmos objetivos, os Engenheiros Centrais e as Usinas.

Aqui, concordamos com a formulação de Lindinalva Simões, quando ela afirma haver uma relação de continuidade entre a Estrada de Ferro Santo Amaro e o aparecimento dos Engenheiros Centrais⁴². Essa relação é na verdade, premente necessidade para os produtos agrícolas, principalmente. Em 1872, o Desembargador João Antonio de Araujo, dizia ser a grande lavoura canavieira a que mais desafiava a sua atenção e além de dar incentivos às associações, concedeu prioridade à construção de estradas, e à navegação. Dizia ele:

"A falta de estradas, a sua insuficiência ou imperfeição, é de todos os onus que peçam sobre os

productos da nossa agricultura e industria, o mais funesto à prosperidade e mais nocivo às transacções commerciaes.

Aproximar a produção do consumo, facilitar o acesso das materias primas no logares onde devem ser transformadas e enviar ao longe os productos manufacturados, multiplicar as permutas, accelerar a circulação dos capitais, servir os logares inacessiveis e ligal-os às grandes arterias de movimento commercial, attingir enfim esses grandes resultados como soccorro da barateza e rapidez dos transportes, é o principal (...) para um bom programma...

A Bahia não pode continuar assim sob pena de ir pouco a pouco distanciando-se das demais provincias, que porfiam o progresso"⁴³.

Como vemos, não se sentia nessa época, apenas necessidade de estradas, mas tinha-se perfeita consciência de causa quanto ao papel que poderiam desempenhar. De fato, se as estradas de ferro que foram construídas aqui (particularmente a de Santo Amaro) não conseguiram dinamizar na medida esperada a economia baiana, mantiveram acesos os Engenhos Centrais e depois as usinas, evitando a total estagnação da economia da cana, que termina encontrando algum alento, quando da primeira guerra mundial.

Não poderiam ter sido maiores os efeitos da implantação das ferrovias para a nossa economia. Seu raio de ação não poderia substituir as consequências de variável independente de manda externa em relação à economia nacional. Se a atuação do trem de ferro deveria ser de coletor dos produtos agrícolas, na medida em que o principal produto do complexo econômico baiano se encontrava sem mercados internacionais, a tendência das próprias estradas seria manter os seus antigos limites.

Isso deve explicar também, a falta de mais inversões das companhias estrangeiras na exploração de todo um espaço praticamente vazio e o desleixo com que deixavam as ferrovias já implantadas, motivo de inúmeras queixas dos proprietários de engenhos. Para as companhias inglesas de construção de estradas, não faria tanta diferença os locais onde deveriam criar

caminhos de ferro, já que o seu principal interesse era vender serviços e bens de serviços. Mas isso exigiria que alguém comprasse os referidos serviços. Se os produtores locais não tinham condições, restaria a opção do Estado investir ou conseguir empréstimos no exterior, que na verdade seria a única opção, se considerarmos a crise crônica do tesouro nacional. Entretanto, além de outros fatores, os governos dos países avançados, levavam em conta não apenas a situação das economias carentes de capitais, tanto quanto o tipo de produção a ser "financiado", já que o que se queria também era o barateamento de matérias-primas e alimentos a serem exportados para os países de onde fluíam os empréstimos.

Comparando-se com São Paulo, podemos ver a distância e atraso da Bahia. Já em 1906, segundo dados de Miguel de Teive e Argolo, aquele Estado possuía 4.026 km e 838 m de estradas de ferro em tráfego, ou seja: 13 m por km² de superfície, enquanto a Bahia possuía apenas 1.374 km e 314 m, correspondendo 3 m por km² de superfície⁴⁴.

Se levarmos em conta que em 1907, a receita das ferrovias paulistas chegava a 84.000 contos e que equivalia a 71% do valor bruto da produção industrial do Estado e que de outro lado, as receitas de duas delas (Paulista e Mogiana) ainda nesse ano, representavam 95% do valor da produção têxtil⁴⁵, teremos bem a medida de quanto era importante o setor ferroviário como fonte de acumulação, sem considerar aqui todas as consequências de sua presença, no quadro da economia cafeeira.

Essa diferença que só fará se aprofundar e também aquela existente entre o grau de desenvolvimento das relações e forças produtivas capitalistas entre os dois estados, só poderá ser explicada em última análise, pela ação da referida variável independente - em relação a economia nacional - a qual se deve juntar a concorrência nacional e estrangeira, traduzida em função do café para São Paulo e do açúcar e outros produtos, para a Bahia. É o que continuaremos a tentar demonstrar.

Em grau de importância historicamente dado, a produção do açúcar, sucede a do fumo, para a economia baiana do século XIX. Apesar de ser de origem americana, acredita-se que foi por volta de 1660 que foi iniciado o cultivo desta planta, com finalidades comerciais. Do Recôncavo baiano, se exportava a maior parte da produção fumageira para Portugal, que monopolizando a distribuição do produto na Europa e particularmente na África, criou um considerável mercado para a economia da Bahia. No que diz respeito ao comércio da Bahia com os entrepostos africanos, foi o fumo da maior importância, porque se transformou num eficaz instrumento de acumulação originária de capital e através do escambo (troca por escravos), num repositório de forças produtivas para o Brasil colônia, até a cessação do tráfico internacional em 1850.

2.1 - A Produção

A estrutura da lavoura fumageira se caracterizou via de regra, pela pequena unidade agrícola cultivada por famílias de lavradores, com baixo índice de inversões de capitais e na qual os plantadores desenvolviam também culturas de subsistência, particularmente de milho, feijão e mandioca⁴⁶.

Junto com o algodão e o cultivo de cereais, o fumo figurava entre os ramos de lavoura trabalhada de preferência por braços livres. Tal fato ocorria, como consequência das próprias características da cultura. Na medida em que dava resultados rápidos, não precisando de longos períodos de maturação, podia ser tratada com poucos cuidados, requerendo dessa maneira apenas as técnicas rústicas e fáceis de serem dominadas, que iam passando de geração em geração. Além do mais, foi sempre, dos poucos produtos coloniais a permanecer com demanda externa e interna praticamente estável. Isso explica a referência de Goes Calmon considerando o fumo, produto certo de todos os tempos, para a economia baiana⁴⁷.

Tais vantagens traziam para os pequenos lavradores, a contra-partida constituída pelo quadro geral da estrutura social produtiva. Toda produção que não é de subsistência, tem que

ser levada ao mercado e consumida, para que o ciclo produtivo seja "reiniciado". No que diz respeito ao fumo, essa lei geral, terminava por colocar os produtores diretos submetidos a alguns outros agentes econômicos. Dois são fundamentais: os proprietários de terras e os comerciantes. Mas, quase sempre se interpunha entre o lavrador e o comerciante, a figura do intermediário, também uma espécie menor de comerciante.

Quando a terra não era de propriedade legal dos agentes efetivos da produção ou quando não havia sido ocupada como terra devoluta - coisa que cada vez mais ficava difícil, sobretudo a partir da lei da terra 1850 - a sua utilização se dava mediante arrendamento de pequenas parcelas aos proprietários de fazendas, que recebiam como pagamento uma parte do trabalho excedente sob a forma de renda-dinheiro ou mesmo, plantando a cultura principal da fazenda, forma de pagamento que representaria a renda-trabalho. O arrendamento explica por conseguinte, a necessidade das culturas de subsistência praticadas paralelamente à cultura fumageira, na verdade única garantia de sobrevivência para a "família camponesa", sobretudo se considerarmos os limites da extração de todo trabalho excedente. Explica também em parte, o fato dos "camponeses" não conseguirem introduzir melhoramentos técnicos. Em 1865, Burlamarqui dizia que o cultivo do tabaco entre todas as culturas tropicais, era a que menos necessitava de capitais.

"O pobre que não tem mais que um rancho por elle feito, de parede de sopapo e coberto de sapê, e uma pouca terra que lhe derão ou aforou, para a sua roça de mandioca, possui já quase tudo quanto basta para ser cultivador de tabaco e vir a concorrer com um pequeno contingente para o augmento das riquezas de exportação do paiz e para poder receber, em permuta, algum dinheiro com que compre os artefactos do commercio externo que necessita"⁴⁸.

Se individualmente esse cultivador pouco concorre para o aumento da riqueza da Província da Bahia, o conjunto dos cultivadores de fumo não pode ser desprezado. Se de outro lado, eles conseguem pouco dinheiro com as suas vendas, deve-se como vimos, a todo o mecanismo de exploração a que estão submetidos.

Mas, ao menos supõe-se, a possibilidade mesma, deles introduzirem algumas modificações técnicas. Se isso não ocorre - apesar da presença dos "artefactos de mercados externos", em Salvador - é porque não podem acumular cabedais suficientes.

Disso decorre ao menos em parte, os métodos grosseiros de plantio e principalmente de tratamento do produto, com a secação pela ação dos raios solares, que terminava também expondo-o às chuvas, à umidade da noite, possibilitando o apodrecimento das folhas e enfim, a queda dos preços no mercado. Mas disso também decorre, o emprego quase exclusivo da foice, machado e enxada, da utilização de sementes não selecionadas e do método das queimadas, esterilizador dos terrenos gastos.

Apesar disso, mesmo depois de perder os mercados africanos os quais se fazia o escambo⁴⁹ e experimentar sua mais grave crise por causa da abolição do tráfico de escravos, em pouco tempo, o fumo normaliza suas exportações aumentando-as num crescendo em consequência do fato de já haver consolidado um relativo seguro mercado consumidor na Europa, sobretudo através do comércio com a Alemanha. Mas foi o surgimento progressivo das fábricas de cigarro e charuto, que impulsionou verdadeiramente a produção baiana.

Este novo fato, recolocou a necessidade de se melhorar a qualidade do produto. mas nem sementes de qualidade superior passaram a ser utilizadas, como também nenhuma modificação substancial foi incorporada no que diz respeito aos procedimentos de cultivo. No que se refere às sementes, algumas tentativas foram feitas para introduzir as da Virginia e as Cubanas⁵⁰, mas ao que tudo indica foram procedimentos esparsos e sem continuidade.

Se a produção foi estimulada fundamentalmente pela demanda externa, internamente continuavam a agir os mecanismos de extorção do trabalho excedente "camponês", acompanhados da falta de financiamentos oficiais ou de créditos bancários, que permitissem aos lavradores aliviar a espoliação feita pelos seus tradicionais credores: os comerciantes e os fazendeiros. Isso fica muito claro, sobretudo se considerarmos a espécie de agiotagem que se fazia. O dinheiro só era emprestado pelos comerciantes, colocando-se como garantia a colheita. Estes por sua vez, valendo-se do prestígio, da confiança adquirida junto

aos bancários e oferecendo a segurança da produção colhida e entregue, conseguiam o empréstimo dos bancos repassando-o ao pequeno plantador por curto prazo e a juros altos. O Presidente da Província Sã e Albuquerque em 1863 deixa registrado em sua "Falia" que:

"as instituições de crédito da província, embora numerosa e possuidoras de avultados fundos, quase nenhuma utilidade prestam à lavoura. Para ellas o crédito territorial não existe, e, por uma deplorável aberração de arithmética mercantil, o crédito pessoal é o único sobre o qual ellas depositam confiança..."⁵¹.

Se considerarmos que o fumo durante a segunda metade do século passado foi o produto que mais contribuiu no pagamento de impostos para a Província - 6% sobre o valor exportado⁵² - e de outro lado, se levarmos em conta as variações dos preços no mercado externo, diante de todo mecanismo a que estavam submetidos os lavradores, não será sem fundamento a dedução de que, quase raramente eles conseguiam algum lucro nas suas vendas aos comerciantes exportadores, pois por seu turno, estes agentes faziam toda pressão possível para jogar sobre os primeiros, as consequências dos referidos fatores.

2.2 - A Comercialização

Até a Independência em 1822, o comércio do fumo se dava sob o monopólio português. A partir de então, as consequências do movimento independentista privou a Bahia não apenas do mercado da ex-metrópole, como também do mercado espanhol e de toda a demanda européia suprida por Portugal, por algum tempo. Mas, por outro lado, permitiu o estabelecimento de relações comerciais diretas com outros países até que caísse sob o monopólio da Alemanha.

Os alemães que haviam-se atrasado em relação a outros países, como a Inglaterra e a França, viram-se privados de muitas colônias e por conseguinte, de fontes produtoras de alimentos e matérias-primas, tanto quanto de mercados consumidores.

Sendo estes fatores de fundamental importância para a expansão da estrutura produtiva do país, não tiveram outra opção os alemães, senão tentar recuperar o terreno perdido, através da incorporação de mercados e de fontes produtoras não exploradas pelos seus principais concorrentes. O fumo apareceu como uma boa oportunidade.

Já em 1836 eram doze o número de firmas alemãs existentes na Bahia e no Rio de Janeiro, e em 1860, só na Bahia, funcionavam 8 casas no comércio de exportação do fumo⁵³. Na verdade, a Bahia foi mais uma região que caiu sob o monopólio alemão do fumo, na América. Esse monopólio vinha de várias cidades dos Estados Unidos, passando por Cuba, Porto Rico, México, São Domingos e pela Venezuela, até chegar ao Brasil. Tal monopólio foi possível, em parte porque os alemães começaram mais cedo que os capitalistas de outros países, o processo de concentração e centralização de capitais, transformando-se não apenas em beneficiadores do fumo, mas também em fabricantes de cigarros, charutos, rapês e com suas frotas de navios mercantes, em grandes distribuidores destes produtos, recolhedores da matéria-prima e de preferência, da matéria bruta.

As firmas que se instalaram na Bahia, eram geralmente filiais das firmas que haviam surgido em Bremen. Agiam sempre procurando reduzir os intermediários entre os produtores diretos e suas matrizes, com a finalidade única de comprar o produto pelo preço mais baixo possível. Mesmo assim, conseguiram interpor-se entre as filiais exportadoras alemãs e os lavradores, pequenos comerciantes portugueses e brasileiros, que funcionavam como agentes das referidas filiais, ou explorando a atividade do enfardamento do fumo.

Alguns empresários, entretanto, preferiam fazer suas "compras" enviando representantes, mas também gostavam de chegar pessoalmente aos produtores, já que assim seria mais fácil o controle dos preços e da qualidade das colheitas. As grandes empresas iam mais além, praticando elas mesmas o enfardamento do fumo, eliminando assim, os custos de mais uma atividade, pela qual teriam que pagar.

É importante lembrar, que as firmas alemãs que aqui se instalaram, não se limitaram ao comércio com o fumo. A medida que iam obtendo sucesso nos negócios, muitos comerciantes ex-

portadores procuravam penetrar em outras atividades econômicas. Não apenas buscavam embarcar em seus vapores todo tipo de produtos primários consumidos na Europa, como fundaram representações de companhias de seguros e de navegação agindo também como credores e financiadores⁵⁴. Mas é bom não esquecer também, que a hegemonia do capital comercial alemão foi possível, pelo fato da Inglaterra preferir explorar a produção fumageira de outras regiões, como a dos Estados Unidos, por exemplo.

Por volta de 1850, a Bahia exportava fumo para vários países europeus como a Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça, Rússia, e principalmente para a França, que importava grande quantidade do produto, segundo Gonçalves Martins⁵⁵. Mas as relações comerciais que vinham sendo cultivadas com a Alemanha, desde o século XVIII, são intensificadas nas primeiras décadas do século XIX e já em 1848, pertencia aos alemães, o monopólio da compra do nosso fumo.

Já nos referimos à capacidade da cultura manter-se sempre com demanda externa e interna. Quanto a participação da produção baiana no total das exportações do Império, sabemos que é entre 1861 e 1862, que esta entra com a sua maior percentagem, ou seja; 90,17% pelo menos até 1881, quando cessam as informações na fonte consultada⁵⁶. Na verdade, as variações do percentual de participação ficam dentro da margem dos 70 a 90%, sendo que apenas por quatro vezes - segundo a mesma fonte - os índices ficam abaixo dos 70%. Quer dizer: a Bahia, pelo menos até 1881, é realmente a principal produtora e exportadora de fumo.

Num outro ângulo, entretanto, se quisermos a participação média do fumo nas exportações baianas da segunda metade do século passado, veremos que só por sete vezes, os índices referentes a este produto, ultrapassam os relativos ao açúcar, atingindo o ponto máximo entre 1875/76, com 40,7%, enquanto o açúcar só participa então, com 20,4%. Este índice alcançado pelo açúcar, fica sendo o seu ponto mais baixo e se observarmos desde 1851, quando a sua participação é de quase 70%, constatamos que decai vertiginosamente, variando os seus índices entre 20,4% e 49,4%, sem jamais alcançar a quota de 1851⁵⁷, apesar de permanecer como principal produto na pauta de exportações da Bahia.

Considerando o período seguinte, particularmente entre os anos de 1896-1902, verificar-se-á um acentuado aumento na participação do fumo que chega ao elevado índice de 47%, em 1898. Para o período imediatamente seguinte, 1903-1913, observa-se uma queda relativa para o produto que termina fixando sua presença na pauta total das exportações, com o índice de 20%. Até o período da crise de 1929, ocorre um crescimento sem pre restrito da participação do fumo que, apresentando-se como o produto mais resistente à crise, atinge o índice de 31%, em 1930⁵⁸.

Com relação aos seus preços, podemos dizer que também não escapam às determinações estruturais que lhes submetiam, in terna e externamente. Já na década de 40, percebe-se uma melhoria considerável dos preços do fumo que sobe - em réis - de 132\$000 em 1821-30, para 189\$100 em 1841-50. Entre as décadas de 60 e 70, em consequência da conjuntura criada pela Guerra de Secessão, alcança-se os preços médios mais altos: 381\$300 réis e 390\$600 réis, para a primeira e para a segunda, respectivamente. Entre 1880 a 1890, os preços do fumo caem consideravelmente⁵⁹.

Atravessando o século XIX e a primeira década do século XX, a tendência ao crescimento verificada para o fumo, no que diz respeito ao volume exportável, não é acompanhada pelo aumento dos preços no mercado mundial, senão em 1919, de maneira excepcional. Apesar dele manter a tendência para os anos seguintes, com a crise de 29 o valor da exportação do fumo, de 1.394.840 libras em 1928, caía para 764.400 libras em 1930. In versamente, o volume exportado passa de 26.500 toneladas em 1928, para 31.199, em 1930⁶⁰.

Apesar do fumo ter sido elemento sempre constante na pauta das exportações baianas - contribuindo consideravelmente para os cofres da Província e depois do Estado através da taxa ção dos impostos - e além disso, ter sido também um produto muito dinâmico para os vários setores da economia da Bahia, possibilitando inclusive o aparecimento de fábricas, dado às condições estruturais a que estava historicamente submetido, so bressaindo a hegemonia do capital comercial e muito particularmente do capital comercial alemão, não pôde gerar a internalização dos capitais em função dele acumulados. Possibilitou ape

nas a acumulação monopolista aos capitalistas alemães, ou seja: bareteamento dos custos de um dos elementos do capital constante da indústria de cigarros (a matéria-prima) e como o uso de charutos, cigarros, etc... difundia-se crescentemente nos hábitos das diversas camadas sociais, contribuiu para baixar os custos do elemento variável do capital, sobretudo nos países avançados.

3 - Café

3.1 - A Produção do Sul da Província e do Recôncavo

A cafeicultura também teve considerável importância para a dinâmica da economia da Bahia. Desde os finais do século XVIII, começou a ser cultivado no sul da Província e já em 1818 é fundada a colônia Leopoldina. Esta viria ter grande peso nas exportações baianas e quase que a hegemonia absoluta nas exportações de seu café, durante o século XIX, sendo superada apenas no final do século, pelas exportações do Recôncavo, que já produzia desde a primeira metade.

O sul da Bahia permanece praticamente despovoado até a segunda metade do século XIX, quando se instalam várias colônias de brasileiros e estrangeiros. Apropriando-se de terras devolutas e estimulados pelo relativo sucesso da Colônia Leopoldina como produtora de café, os novos lavradores aliando-se à plantação de subsistência, começam a plantar café e cacau na perspectiva de comercialização destes produtos.

Entretanto, a política de colonização não foi sistematicamente empregada, mesmo através da população brasileira. Num primeiro momento, duvidava-se muito dos resultados e imaginava-se os gastos com tal política, no que significava: criação de infra-estrutura, fornecimento de ferramentas, financiamento de passagens, doação de terras, sustento preliminar do colono, etc. Num segundo momento, no quadro geral da economia torna-se mais difícil os investimentos do Estado, a nível de Bahia e a concorrência imposta pelos cafeeiros do sul, dirige quase to-

dos os esforços para esta região, a nível do Governo Imperial. Se considerarmos principalmente a imigração estrangeira, dá para imaginar o quão difícil se tornou para os Presidentes da Província, alimentar uma política dessa natureza, no quadro de uma economia com pouca receita.

Nessa medida, sem facilidades para a aquisição de financiamentos do grande comércio ou dos grandes proprietários que viam suas fazendas de cana irem a "pique", não se pôde generalizar as experiências das colônias de pequenos proprietários, nem muito menos, do tipo da Leopoldina, que era fundamentalmente exportadora e de grandes proprietários. Baseada no trabalho escravo, depois da cessão do tráfico, os custos de produção se elevaram violentamente e junto com a produtividade da terra relativamente pouca, não entusiasmou inversões, mesmo em se tratando do café.

Assim, com caráter sobretudo de agricultura escravocrata de exportação, a Leopoldina permanece ímpar. As outras, assumiram uma estrutura de pequena propriedade, nas quais era cultivada a policultura de subsistência e algum produto para a pauta das exportações⁶¹.

De fato, foi a Colônia Leopoldina a exportadora por excelência. Em 1842, sua produção representou 60% da produção cafeeira da Província. Em 1852, suas exportações alcançam os índices de 90% da produção cafeeira baiana, que saiu de Salvador⁶². E não podia ser muito diferente. No quadro geral de uma economia baseada no trabalho escravo e com terras devolutas em abundância, para se conseguir uma produção expressiva - pelo menos na fase de disseminação da cultura - só poderia ser sob base escravista. O trabalho livre dos colonos, jamais imprimiria a mesma energia à produção, privilegiando como ocorreu, a subsistência. Fica mais claro ainda, quando consideramos os problemas ligados à distância dos centros de consumo e escoamento, tanto quanto os compromissos do Estado e contratantes com os colonos, dificilmente satisfeitos.

Por volta de 1870, a Leopoldina começou, entretanto, a enfrentar uma série de problemas e conseqüentemente a perder o peso que tinha anteriormente, nas exportações de café da Bahia. Os cafezais já haviam envelhecido e a população escrava começou a decrescer sem condições de ser facilmente resposta, devi

do a cessação do tráfico e o conseqüente aumento do custo da peça. Por volta de 1860 existia lá, cerca de 2.000 escravos e já em 1872 o censo arrolou 1.458 para o município onde funcionava a Colônia. Outro limite a que se achou presa, foi a falta de terrenos férteis sobre os quais ela pudesse expandir-se⁶³. De qualquer maneira, a fertilidade dos terrenos da Leopoldina não era grande. Se compararmos os dados fornecidos por Canabrava, sobre São Paulo, com os dados sobre a referida Colônia, fornecidos por Santos, teremos uma margem de comparação: na Província de São Paulo, as grandes fazendas tinham mais de cem a duzentos mil pés de café, tratados por 15 a 20 escravos⁶⁴. Já a Leopoldina, com suas fazendas consideradas grande propriedade, dava uma média de 54.837 para cada escravo⁶⁵.

Junta-se aos problemas citados acima, os relativos às condições infra-estruturais, particularmente no que respeita a um sistema eficiente e barato de transportes, agravado pela distância da capital da província. Como consequência, o escoamento era feito demoradamente - causando estrago à mercadoria - sob altos custos, que somados aos custos de armazenamento e embarque, aumentavam os problemas para a realização do valor. Isso levou os produtores a escoar a mercadoria para os portos fluminenses, especializados em exportação de café. Contudo, mesmo que a Colônia tivesse sobrevivido, se assim continuasse, para a economia baiana não reverteria em maior dinamismo.

Assim, a decadência da cafeicultura do sul da província, veio em parte reforçar a produção do Recôncavo que foi implantada na primeira metade do século dezenove.

No recôncavo, fundamentalmente, o único problema que não incidiu sobre a cultura do café aí realizada, foi a falta de braços. Pode-se afirmar inclusive o contrário, se se levar em conta: os lavradores de fumo que passaram a plantar café, a mão de obra que ficou sem ocupação quando esgotaram as larvas diamantinas, e a força de trabalho açucareira sub-empregada devido a crise da cultura de cana.

Dessa maneira, a estrutura produtiva do café no Recôncavo, tomou o caráter de pequenas unidades agrícolas, em sua maioria, trabalhadas por meeiros, rendeiros, passeiros e pequenos proprietários. A produção desses camponeses era de tal modo considerável, que não se sentiu diferença na pauta das ex -

portações de café da Bahia, quando a Colônia Leopoldina faliu. Mas também no Recôncavo, permaneceram as dificuldades para o escoamento da produção cafeeira, aliás já referidas para outras culturas. Esbarrou-se logo também, da mesma forma que no sul da Província, com o problema básico da falta de terras apropriadas para a cultura e dessa forma, não se conseguiu nem de longe, acompanhar a produtividade excepcional da terra roxa do Oeste Paulista.

3.2 - As Exportações

As exportações do café baiano no quadro das exportações brasileiras do produto, variaram em termos percentuais médios entre 1,7% e 3,1%, o máximo alcançado no século XIX. Em 1863/64, quando se atingiu esse percentual, o valor das exportações brasileiras havia caído para 54.130:844\$000 (mil réis) quando em 1861 atingira-se 79.663:552\$000 (mil réis). Na década de 50, o café assume o terceiro lugar na pauta das exportações da Província, com 4,6% do total, contra os 80% do açúcar e do fumo, juntos⁶⁶.

Já os preços médios do café ascenderam a 38% e a produção a 85%. Acredita-se que a elevação da participação do café na pauta exportadora, foi causada pelo aumento dos preços e fundamentalmente, pelo aumento da própria produção baiana. Com a safra de 1875/76, o produto se coloca em segundo lugar na pauta das exportações, atingindo 3.518:449\$000 (mil réis), valor superado com as 1879/80, quando se alcança 3.682:656\$000 (mil réis)⁶⁷.

Se considerarmos o período que vai de 1889 até 1895, para o conjunto dos produtos agrícolas baianos exportados, verificaremos uma forte participação do café dominando as exportações, que em 1895 atinge a quota máxima de 57%, para já em 1902 alcançar o percentual de 6%. Com esta queda, só pela segunda metade do século XX é que ocorrerá uma expansão, tanto do volume físico exportado, como do valor das exportações do café da Bahia. Mas isso por pouco tempo, pois em 1928, houve um decréscimo de 1/3 no volume exportado e outro maior que 2/3 em rela-

ção ao valor⁶⁸.

No que diz respeito às variações dos preços médios obtidos para o produto no Brasil, o que se verifica é que, pelo menos até 1870, os preços do café baiano tenderam acompanhar o "movimento" sulista, sendo que a diferença máxima girou em torno de 11%. Não obstante, dez anos depois, a diferença desfavorecendo o café baiano já era de 68%, quando a média da diferença dos preços fica em 37%. A tendência, daí por diante, foi o "desequilíbrio" causado fundamentalmente, pela introdução do trabalho assalariado e dos processos de beneficiamento do café sulista, criando assim, vantagens estruturais que sô fizeram reforçar o dinamismo da economia paulista, reafirmando crescentemente a sua então tendência hegemônica.

Também para a produção cafeeira baiana, sobretudo aquela praticada pelos pequenos camponeses, verifica-se que a estrutura geral a que estava submetida, agiu no sentido de forçar os preços de produção o máximo possível para baixo, fazendo com que os produtores diretos arcassem com a maior parte das consequências das variações dos preços internacionais, dos aumentos dos fretes dos transportes, da taxaço dos impostos (que teve no café um dos primeiros contribuintes). O produtor de café baiano, permaneceu durante todo o tempo, também com o elo mais fraco de uma cadeia, que passando pelos vários intermediários e casas exportadoras, submetia-o às leis da acumulação monopolista e por conseguinte, às relações de produção dos países avançados.

A dialética dessas relações agia no sentido da apropriação de todo trabalho excedente, com o agravante da concorrência de produtores nacionais, que pelo seu porte e suas origens históricas, foram capazes de internalizar grandes margens de capitais em benefício da acumulação "nacional", ainda que realizada ampliamente, apenas numa região.

4 - Algodão

4.1 - A Estrutura Produtiva

Enquanto no restante do nordeste o algodão foi cultivado em "associação" com a cana-de-açúcar ou com a criação de gado, na Bahia, ele foi plantado próximo às áreas de criação bovina. Na primeira forma portanto, dá-se mais o regime de grande propriedade. Já na segunda forma, a plantação é de médias e pequenas propriedades, na sua maioria, sendo cultivado no entanto, também em grandes fazendas.

Na Bahia, é por volta de 1587 que a atividade algodoeira tem início nos municípios de Caetité, Jacobina, Vale do São Francisco, Inhambupe, Itapicuru estendendo-se no século XIX a Andaraí, Juazeiro, Serrinha, Urubu, Rio de Contas e outras cidades, nas regiões de caatinga e sertão⁶⁹.

Até 1850, usou-se a mão-de-obra escrava, mas com a abolição do tráfico, dado o encarecimento da peça e às próprias características econômicas do algodão, sobretudo o seu valor, e de outra parte, dado às características naturais (pequeno ciclo vegetativo), não precisou de cuidados durante todo o ano. Por outro lado, se os pequenos proprietários não podiam incrementar a produção algodoeira com a incorporação de escravos para atender a demanda externa, o inverso passa a ocorrer com os grandes fazendeiros que não tendo outra forma para elevar os índices da produção do açúcar, são obrigados a pagar elevados preços para a aquisição de mancipios, fazendo a transferência dessa mão-de-obra das lavouras menos rentáveis.

Já com relação à produção algodoeira, o que se pode concluir desse processo de transferência, apesar de ter trazido benefícios imediatos para os antigos proprietários da força de trabalho servil através dos capitais auferidos nas transações, é que os resultados mediatos não puderam ter sido promissores, pois considerando a baixa rentabilidade da cultura na Bahia, estes proprietários jamais conseguiriam pagar salários exclusivamente, pois seriam menos compensadores que manter os escravos, dada a abundância de terras e a escassez de população livre, sobretudo se se levar em conta que aqui, o algodão "acompanhou" o boi no sertão e na caatinga, deixando o Recôncavo à sua tradição.

Conquanto quase não existam referências sobre o assunto, tudo parece indicar, que o quadro lógico acima referido, verificou-se historicamente e é ele que poderia explicar a afir-

mação do Desembargador Freitas Henriques em 1872, de que o algodão, junto com o fumo e os cereais "tem constituído ocupação de gente livre"⁷⁰. Deve também explicar a própria decadência da cultura, colocando a falta de plantadores como uma das causas da baixa crescente da produção que se verificará em seguida.

Junte-se a esse fator, as péssimas condições de acesso a transporte, o que dificultou profundamente a comunicação entre as áreas produtoras e Salvador. A maioria dos rios que passam pelas antigas regiões da lavoura, não permitiam longas viagens, por causa do seu pequeno curso ou por terem quedas d'água interrompendo-os constantemente. Assim, grande parte do processo era feito em lombos de mulas, o que junto com as várias baldeações inevitáveis, eleva muito os preços do produto ou então, nas épocas de pouca demanda, mantidos os preços médios, reduzem a nada ou quase nada os lucros dos lavradores baianos.

4.2 - Comércio e Exportação

Dependendo a seu modo das determinações externas, o algodão também, tanto em termos de volume de produção, como em volume exportado e em preços, variou ao sabor da maior ou menor concorrência externa, tanto quanto da demanda. Nesse sentido, agiram positivamente, a primeira revolução industrial que aumentou a produção de tecidos de lã, a guerra de independência dos Estados Unidos, as guerras napoleônicas e no século XIX, sobretudo a Guerra de secessão.

Devido a sua importância industrial, rapidamente, com a expansão da indústria têxtil na Europa, várias regiões do globo passaram a se dedicar ao cultivo do algodão. No Brasil a cultura assumiu certa importância como fator de equilíbrio da balança comercial, sendo que Maranhão, Pernambuco e Bahia eram as Províncias de maior produção e comércio. Em consequência das guerras napoleônicas, também no Brasil, passou-se a produzir em Goiás, Minas Gerais e no Pará, sendo que a Bahia chegou a alcançar o segundo lugar na produção brasileira⁷¹.

Uma vez conseguida a paz na Europa e avançando as exportações norte-americanas, a produção nacional começou a de-

cair chegando o produto a ser plantado como apêndice das lavou-
ras de subsistência. Essa fase crítica, se estende até a explo-
são da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e o advento dos
seus reflexos aqui no Brasil. Se acompanharmos a participação
do algodão na exportação total da Província da Bahia, veremos
que para a década de 1850, o maior índice alcançado situou-se
em torno de 3,6%, sendo que entre 1860/61 desceu-se ao percent-
ual mais baixo, 0,1%. A partir de então, começam subir nova-
mente as exportações, que atingem em 1867/68, o pico máximo do
séclo, com 20,6%. Esta margem deixa a Bahia em 29 lugar entre
as Províncias exportadoras do país. Para a década de 50, encon-
tramos uma variação do preço médio por arroba que é de 5\$000 (
cinco mil réis) a 8\$000 (oito mil réis). Para a década seguin-
te situa-se entre 7\$000 (sete mil réis) e 21\$575 (vinte e um
mil, quinhentos e setenta e cinco réis)⁷².

Depois de 1873/74, os índices de participação do algo-
dão na pauta das exportações baianas caem vertiginosamente, e
ao findar a década ele desaparece por completo como contribuin-
te para as exportações. Tal fato só pode ser entendido, como
resultado da concorrência dos produtores brasileiros e antes
de mais nada, como consequência da retornada dos Estados Uni-
dos como primeiro produtor mundial. Estes, utilizando técnicas
modernas e portanto, conseguindo maior produtividade e melhor
qualidade, empurra os preços para baixo, fazendo com que os
preços médios se situassem 30% abaixo dos verificados no come-
ço do século XIX⁷³.

É importante observar, que a partir da década de 30 do
séclo passado, começam a aparecer indústrias têxteis na Bahia
que pôde assim se transformar no principal centro produtor de
tecidos do Brasil, permanecendo com liderança até 1875, pelo
menos. No entanto, as fábricas baianas não constituíram estím-
lo significativo às lavouras de algodão da Província. Isto por-
que, dado às dificuldades de transportes já referidas e quali-
dade da maior parte do algodão regional, os industriais prefer-
iam importá-lo de outros centros produtores como Sergipe e A-
lagoas, através da navegação costeira a vapor, feita pela Cia.
de Navegação Bahiana.

Nem todo o algodão baiano foi entretanto de má qualida-
de. A produção de Vila de Urubu por exemplo, era de excelente

qualidade. Foi escoado sempre para Minas, afim de ser consumido nas fábricas têxteis daquela Província, quando poderia ter sido utilizado totalmente na Bahia, internalizando sempre a acumulação de capitais em benefício desta região. De qualquer forma, o algodão baiano seguiu a tendência geral da produção brasileira. No final do século XIX, a indústria têxtil do Brasil consumia cerca de 60% do algodão nacional, e com a expansão da indústria de tecidos no centro-sul, surgiu o mercado consumidor fundamental das exportações nordestinas até os anos 20 deste século. Por essa época em São Paulo, realizam-se pesquisas de classificação que lhe possibilitam expandir sua produção interna, e através da utilização de técnicas mais eficientes, assume a hegemonia como primeiro produtor nacional.

Antes disso, na Bahia foram feitos alguns esforços no sentido de melhorar a situação da cotonicultura do Estado. Uma das tentativas partiu de particulares que com seus capitais procuraram estimular a produção algodoeira, com a criação do Centro Industrial do Algodão iniciativa dos comerciantes aqui estabelecidos. Entretanto, não foram bem sucedidos⁷⁴ e segundo relatório enviado ao Congresso Nacional por Artur Bernardes, a safra de algodão de 1922/23 colocou a Bahia em penúltimo lugar entre os Estados produtores. Visando melhorar a situação desse produto na economia nacional, o Governo Federal adquiriu 302.000 kg de sementes escolhidas para distribuir com as diversas regiões e só a Bahia recebeu 49.420kg, colocando-se como o segundo Estado melhor atendido⁷⁵. Em 1925 Bernardes assinou com o Governador da Bahia, comprometendo a federação a adotar a cotonicultura baiana com subvenções em dinheiro e com serviços de propaganda e beneficiamentos.

Se na gestão de 1923/26 o Governo Federal através de seu Ministério da Agricultura, mostrou-se preocupado em melhorar o padrão do algodão brasileiro visando as exportações, o mesmo parece ter sucedido no período de Washington Luis, pelo menos é o que podemos apreender de sua mensagem ao Congresso Nacional. Complementando as medidas tomadas na presidência anterior, como a criação em 1924 da "Secção de Classificação Commercial", instalou na "Secção Technica", laboratório especializado com modernos aparelhos com a finalidade de... "fixar na planta caracteres nobres" e procurando "produzir em larga esca

la, sementes seleccionadas..."⁷⁶.

Esta Secção de Classificação, seleccionou 90% da safra de 1928/29 e entre os 15 Estados contribuintes para os fardos internacionais a Bahia ficou com o nono lugar⁷⁷, ganhando melhor posição apenas para os Estados de produção tradicionalmente baixa. É importante assinalar, que a partir de então a produção algodoeira começa a aumentar de volume e com a melhoria da qualidade da fibra, começou a ganhar mercados externos concorrendo inclusive com o similar norte-americano, no mercado inglês. Segundo o relatório de Getúlio Vargas assinado em 1937, ocorreu uma elevação de 197% no volume da produção e outra referente ao valor das safras, de 469% entre 1930/34. Mesmo sendo preciso notar que as indústrias nacionais absorviam grande parte da produção, o surto de 1933/34 colocou "... o algodão em segundo lugar no conjunto de todos os nossos produtos exportáveis"⁷⁸, no que diz respeito ao valor.

É claro que o maior beneficiado dessa ascensão foi São Paulo. A Bahia junto a outros Estados do nordeste, tendo perdido os mercados internacionais, só marginalmente mantinha-se no mercado nacional.

5 - Cacau ou Completa-se a Reordenação Agroexportadora da Bahia

Além das atividades produtivas anteriormente abordadas, participando também do setor primário, pelo menos mais três delas merecem relevância: a exploração do diamante, a criação de gado e sobretudo, a cacauicultura.

A primeira delas, desenvolveu-se na região que ficou conhecida como Chapada Diamantina, num período em que a decadência da principal produção da Província ocorria vertiginosamente. Em função do bastante animador desempenho imediato da exploração das Lavras Diamantinas, surgiram várias cidades que cresceram junto à intensificação dos fluxos migratórios para a região. Tais fatos são o reflexo da relativa importância que assumiu o diamante para a economia baiana na segunda metade do século passado. Em documentos oficiais e em trabalhos sobre a

economia da Bahia, encontramos referências que colocam o valor anual da produção das Lavras correspondente ao das exportações do açúcar e do fumo junças para alguns anos, ou acima de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis)⁷⁹.

Assim, numa área até então sem importância econômica e onde se praticava a agricultura de subsistência e pequena criação de gado, implantou-se um significativo centro comercial que foi devidamente explorado pelos comerciantes da Província, avidos por realizar negócios que viessem no sentido, de ao menos atenuar a crise de realização enfrentada pelo açúcar. Dessa forma, quer através das exportações, quer através da venda de artigos de consumo geral na região, foram eles os principais beneficiados com o surto diamantino.

Todavia, o dinamismo econômico encontrado pela Chapada, durou pouco, pois logo o diamante de aluvião começou a esgotar e também foram descobertas minas na África que passaram a deslocar a produção baiana, já a partir de 1867. Mantiveram-se as explorações, em função dos carbonados, sobretudo a partir da sua utilização industrial e até a Primeira Guerra Mundial, a Bahia deteve seu preço de monopólio. Mas com a crescente substituição por semelhante produto industrializado, quase que os carbonados desapareceram das exportações, posteriormente⁸⁰. Dessa maneira, pela incidência das variáveis referidas (hegemonia do capital comercial, esgotamento das minas, concorrência internacional e substituição por produto industrializado), tampouco as explorações minerais na Bahia no século passado e no começo do século XX, foram capazes de dar maior dinamismo à economia baiana e fazê-la transitar para a forma superior de dominação do capital, o que aliás não ocorreu nem nas próprias Lavras.

A criação de gado, apesar da sua efetiva importância, também não foi capaz de mudar a tendência geral da economia da Província, nem posteriormente, do Estado. Talvez se possa afirmar que sua principal contribuição deu-se "involuntariamente", como instrumento de interiorização produtiva e povoamento de áreas mais distantes do litoral e do Recôncavo, que terminaram sendo incorporadas às rotas comerciais de Salvador, através das próprias picadas abertas pelo gado. Exigindo poucos custos produtivos (dada a baixa utilização de mão-de-obra e da exis-

tência de vastas extensões de terra sem uso e sem propriedade) e como a sua expansão produtiva implicava necessariamente na incorporação de novas faixas de terra para pastagens, a criação de bovinos cumpriu o papel de fonte de abastecimento ali mentar da população baiana em crescimento e também ampliou o espaço da produção e circulação do capital em geral. De outro lado, como os transportes ferroviário e fluvial, além de não a tenderem os mais diversos pontos da Província mantiveram altos os seus fretes, o comércio do boi em pé e a busca de novas pas tagens, determinaram a abertura de inúmeras vias terrestres que se tornaram muito úteis.

A pecuária contribuiu a seu modo, através das expor tações de couros e peles para o exterior, para reduzir também, a queda da participação da Bahia nas exportações do Império. Com uma percentagem na pauta do comércio externo⁸¹ brasileiro quase sempre inferior a 6%, jamais conseguiu a importância reservada ao Rio Grande do Sul, constituindo-se a criação de gado baiana, numa atividade fundamentalmente voltada para o mercado interno. Esse quadro não se modificará substancialmente nas primeiras décadas do século XX.

Nenhuma atividade primária das que abordamos até agora, entretanto, teria podido impedir a Bahia de se colocar como pertencente a uma região subordinada na divisão nacional do trabalho, mais que a cacauicultura, já que foi ela de maior peso para a balança comercial baiana, no período republicano, tendo contribuído decisivamente para a economia do Estado com exportações para o exterior. Sua relevância, agiu no sentido de reduzir o significado do processo de decadência da economia açucareira, assim como também, o fato das outras não conseguirem reverter o quadro produtivo e comercial nos seus aspectos fundamentais.

5.1 - A Estrutura Produtiva

Depois de haver sido introduzido na Bahia no século XVIII, o cultivo do cacau foi retomado por volta de 1822, pelos alemães que fundaram a Colônia de S. Jorge dos Ilhéus. Dessa

vez consegue beneficiar-se de terrenos apropriados, boa localização para o escoamento das safras e em consequência, desenvolve-se através de pequenas plantações, responsáveis pela expansão definitiva da cultura na região sul da Província⁸².

Até 1890 mais ou menos, o cacau permaneceu sendo plantado em pequenas unidades produtivas de caráter familiar, em sua maioria constituída por imigrantes que engrossaram o campesinato ou quase-campesinato desbravador e pioneiro no seu cultivo, que migrou para a região, atraído pelo sucesso da lavoura das primeiras levadas. Mas já por volta de 1860, enquanto a produção e exportação do cacau paraense declinava como consequência provável da ascensão da borracha para a economia do Pará, os cacauzeiros baianos iniciam uma progressiva expansão.

Por essa época, a cacauicultura quase que não necessitava de capital. O camponês fazia o cultivo das sementes paralelamente às culturas de subsistência, sem muito gastar com instrumentos de trabalho por serem rudimentares e baratos, etc. Para fazer expandir a cultura principal, via-se de qualquer forma, obrigado a reinvestir todo o excedente de uma safra, o que deve ter impossibilitado por essa época, qualquer acumulação significativa.

Com a utilização de um tipo mais resistente de procedência do Maranhão e do Pará, a cultura pôde adaptar-se a solos de qualidade inferior em relação às antigas plantações, libertando-se assim das margens dos rios, das quais até então havia dependido. Tal fato, aliado à crescente demanda nos mercados europeus e americanos, bem como às qualidades inerentes ao produto (alta composição calórica) agiram no sentido de expandir o cultivo no sul da Bahia incorporando novas áreas. Outro fator que sem dúvida deve ter atuado no sentido de ampliar a produção baiana, foi a existência de poucas fontes produtoras no mundo, o que significou para aquela uma menor concorrência⁸³ e por conseguinte, possibilidades de deter algum monopólio no mercado mundial, onde os preços cresciam.

Apesar destes fatores atuarem como propulsores para a economia do sul da Província, muitos entretanto, foram os que atuaram em sentido contrário. Dentre eles podemos resumidamente destacar: a) o caráter desbravador da plantaçaõ da cultura, em que fundamentalmente apenas os braços enfrentavam as adver-

sidades; b) o desconhecimento de técnicas adequadas ao cultivo; c) falta de meios e vias de escoamento ligando sobretudo as regiões interioranas, mantinham os produtores preferencialmente ligados ao cultivo nas margens de rios que periodicamente transbordavam, embora utilizassem as sementes mais resistentes; d) o apodrecimento das colheitas dado a demora no seu escoamento determinava variação nas cotações; e) a demora para o florescimento dos cacauais e a exigência de trabalhos continuados terminaram desestimulando muitos colonos; f) a recusa dos grandes proprietários de cana em investir na cacauicultura, atitude dada apenas quando o sucesso de suas exportações fica patente⁸⁴.

Dentre todos esses fatores, talvez nenhum tenha emperado tanto a expansão cacauera, como o relativo às condições infraestruturais, mais particularmente, a falta de estradas, portos, transporte terrestre e marítimo. Praticamente, até a segunda metade do século passado, a região sul da província não havia sido integrada economicamente. As populações que a aí habitaram até então, fizeram sobretudo cultivos de subsistência baseados na policultura. Além da parca criação para o auto-consumo, criou-se gado bovino e como em outras áreas, também aí foi fator ampliação e de interiorização do povoamento, possibilitando o surgimento de cidades que se tornaram posteriormente importantes. Mas de resto, antes do cacau começar a se expandir, essa região quase que se fechava sobre si mesma. Assim, fora os caminhos abertos pelas picadas do boi e as vias de comunicação possibilitadas pelo Jequitinhonha, nada mais sobrava para facilitar o escoamento das safras, além do precário serviço prestado pela Cia. Navegação Bahiana, que desde 1870 fazia linha entre Salvador e a região, mediante contrato celebrado nesta data. Só muito tardiamente, por volta de 1904 é que o Governo do Estado toma algumas providências no sentido de melhorar as condições infraestruturais da região ao iniciar a construção de uma ferrovia ligando Ilhéus a Itabuna que só foi inaugurada em 1913, reorganizando em 1908 a Cia. Navegação Bahiana e em 1926 realizando obras no porto de Ilhéus que visavam a exportação direta do cacau para o exterior.

É sintomático o fato dessas modificações só ocorrerem já no século XX. Com a expansão das exportações ratificadas a partir de 1890 o cacau passa em 1903 ao primeiro produto de ex

portação do Estado. Sua participação na pauta das exportações da Bahia passa de 17% em 1896 para 28% em 1899⁸⁵ e sua contribuição para a arrecadação de impostos públicos do Estado ia a mais de 20% nos primeiros anos do século XX⁸⁶. Estes dados são apontam no sentido do aumento de importância da economia cacaueteira.

Passo a passo com esse movimento, segue outro em relação à estrutura das terras que deixa crescentemente de se organizar em pequenas unidades produtivas geridas por famílias camponesas, passando a assumir dimensões de grandes propriedades. A maior parte destas são montadas através da ocupação das terras do Estado ou da invasão a propriedades legalizadas. Esse processo de ocupação sistemática das terras vai explodir às vezes em conflitos violentos, ora colocando grandes fazendeiros contra pequenos lavradores, ora grandes proprietários em luta entre si, conquanto fossem conflitos em menor número. Grandes propriedades também foram implantadas por via legal através de solicitação ao Estado, realizados por pessoas de influência e que dispunham de fundos para gastar com todo o processo de legalização⁸⁷. Os pequenos proprietários procuraram expandir suas terras e sua produção, incorporando aos seus antigos terrenos novas porções incultas ou comprando de um outro lavrador, a sua produção.

O quadro da estrutura geral ao qual se achou submetida a produção cacaueteira determinou certas características particulares ao seu modo de desenvolvimento que inverteu o modo verificado para a produção canavieira. Esta última formou-se desde o início da colonização através da grande propriedade latifundiária, passando gradativamente a se fracionar, sobretudo se considerarmos a região do Recôncavo baiano no período de declínio da produção da cana. Neste caso, o decréscimo das exportações, a própria falta de terras desocupadas e os processos de repartição por herança, impuseram o minifúndio. No caso do cacau, entretanto, a demanda crescente dos mercados externos exigindo a expansão produtiva, aumenta o tamanho das propriedades como método para ampliar a taxa de lucro. Mas o fato de haver limites naturais para a anexação de terras incultas, conjugado à necessidade do aumento da produção, provocou uma mudança de qualidade na forma de apropriação de novas terras. Passou-se à incorporação de pequenas propriedades, o que terminou levando

a concentração da terra nas mãos de poucos fazendeiros.

Todavia, na medida em que os cacauicultores continuaram a utilizar métodos esterilizadores tradicionalmente usados nas plantações de cana e em outras culturas, sem recorrer à adubação sistemática e a outros recursos de beneficiamento do solo, apesar de conseguirem elevar o volume da produção ainda que de forma oscilatória, não conseguiram efeitos idênticos para a produtividade. Pelo contrário, a tendência que se aprofunda depois de 1930, é a do decréscimo da produtividade mais ou menos inversamente ao aumento da produção. Se utilizarmos os dados colhidos por Seligshou para o período de 1920 a 1945, verificaremos que a produção de cacau seco e fermentado por pé/safra, de 900 gramas para 1920 baixa para 450/500 em 1945. Já a produção aumenta em mais ou menos 100%. De 59.616 toneladas em 1920, sobe para 106.341 em 1945. Esta tendência é também confirmada por Pinto de Aguiar, o que faz Garcez e Freitas concluir corretamente que o aumento da produção decorria do aumento proporcional na área produtiva⁸⁸.

O processo de expansão da cacauicultura a partir dos finais do século passado, traz em seu bojo uma outra modificação a nível da estrutura produtiva: a crescente utilização de mão-de-obra alugada ou contratada, mesmo nas unidades produtivas onde dominava o trabalho da família camponesa. Tal fato atesta por si só o grau de expansão e ocupação da terra que já não permitia aos novos imigrantes antes mesmo de 1930, a posse de terrenos produtivos, obrigando-os ao aluguel de seu trabalho e durante as três primeiras décadas, essa modalidade de relações de produção teve grande importância para a economia do sul do Estado.

5.2 - Comercialização e Exportação

É a partir de 1834 que as exportações do cacau baiano tornam-se frequentes na pauta da Província. Mas por essa época sua importância econômica não tem peso para a Bahia e é esse fato que faz explicar a inexistência de casas exportadoras especializadas na venda do cacau, tal qual existiam para outros

produtos, como o fumo, o café e o açúcar, ainda que muitas delas vendessem concomitantemente os diversos gêneros da economia local.

Se pudéssemos estabelecer duas fases para a produção e exportação do cacau baiano, consideraríamos o período anterior a 1890, como de afirmação do produto nos mercados externos e de implantação das bases produtivas na Província. O período seguinte, caracteriza-se como de expansão de ambas. Considerando na primeira fase, a pouca relevância da cultura, a distância e as dificuldades de transportes para a região produtora, foram poucas as transações com as casas exportadoras da capital. A aquisição do produto se fazia passando pelas mãos de inúmeros pequenos comerciantes que vendiam mercadorias de consumo corrente e que funcionavam também como agentes de empréstimo. Dessa forma, passando de mão em mão, o cacau chegava às firmas nacionais que faziam a intermediação para as exportadoras estrangeiras.

É justamente no segundo período que se dá o aparecimento de casas especializadas na exportação do cacau. Em 1890, a C.F. Keller que já comercializava antes com o produto, acha mais conveniente abrir filiais na zona produtora. Por essa época, as exportações baianas de cacau atingem 3.502 toneladas, subindo para 6.732 t. em 1895 e 5 anos depois, alcançam 13.131 t.. Esse volume está muito longe das 26,8 t. constantes em 1825, no primeiro registro oficial das exportações do produto para a Província⁸⁹.

Sem dúvida que, tal como ocorreu com as demais culturas de exportação, entre os agentes produtores e os de comercialização, foram os últimos os que mais auferiram lucros. Isto pela simples razão dos proprietários - sobretudo os pequenos camponeses - não exercerem nenhum controle sobre os meios de realização da produção cacauzeira no mercado consumidor mundial, na verdade sempre ignorando-os. Esse processo fica mais claro ainda, quando constatamos também a dependência destes produtores, alimentada pelos financiamentos realizados pelos comissários e outros intermediários, que não raro comprometiam antecipadamente toda uma safra. Junte-se ainda a ação das casas exportadoras que sendo economicamente mais fortes, aprofundam o endividamento e a dependência geral dos produtores face ao ca-

pital comercial.

Se continuarmos acompanhar o comportamento das exportações baianas, comparando os dados fornecidos por Prado Junior e Araújo Pinho, verificaremos neles um movimento ascendente para os volumes exportados. Para 1910 registrou-se 25.142 toneladas de cacau, alcançando em 1920 53.667 t.⁹⁰. Antes de 1930 o maior volume exportado pesou 70.944 t., isto em 1928. A elevação persistente da significação econômica da cacauicultura, faz com que em termos percentuais, sua importância relativa passe de 12% do valor total das exportações do Estado em 1889, para 53% no ano de 1927, tornando-se responsável assim por mais ou menos 2/5 do valor total das exportações na última fase da República Velha⁹¹. Esse crescimento efetivo, apesar da queda sofrida quando da "grande crise", permanece por todo o período posterior.

Já no que diz respeito aos preços do cacau nos mercados externos, o que podemos observar é que apesar deles macharem ascendentemente, o seu ritmo de crescimento em relação ao crescimento do volume físico exportável, é sempre inferior. Isso deve ser explicado pela concorrência de outros centros produtores, que é acirrada logo nas primeiras décadas da República, sobretudo pelas exportações da Costa do Ouro. Aí os ingleses investiram seus capitais em tão larga escala, que já por volta de 1915 havia ultrapassado todos os seus concorrentes com uma exportação de 78.574 toneladas, sendo que apenas há vinte anos atrás sua exportação ficou em 13t.⁹².

Em 1921, contribuindo a Bahia com cerca de 90% das exportações de cacau do Brasil, permanecerá em segundo lugar na produção mundial. É o que comprova o quadro seguinte:

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS REGIÕES EXPORTADORAS DO CACAU

1912/1921

REGIÕES PRODUTORAS	ANOS	TONELADAS	%
Costa do Ouro	1921	133.909	35,5
Brasil	1919/20	66.883	17,8
Equador	1921	41.086	11,0
Trindade	1921	34.843	9,2
São Tomé	1921	29.276	7,8
Rep. Dominicana	1921	28.700	7,6
Venezuela	1921	22.000	5,8
Lagos	1921	20.000	5,3
TOTAL	-	376.697	100,0

FONTE: BARBOSA, M. FERREIRA. A Bahia através cem annos. Diário Oficial do Estado da Bahia, Ba., Ed. Especial do Centenário. 1923 p. 155.

Como vemos, já por essa época, a Costa do Ouro é de longe a maior produtora mundial e a julgarmos pelos dados fornecidos por Prado Jr. para o ano de 1935, tendo o Brasil exportado 100.000 toneladas contra 260.000 t. daquele país, no conjunto exportações dos dois países, 72% aproximadamente pertence à Costa do Ouro⁹³.

Diante dessa concorrência, os preços não podiam nunca acompanhar os aumentos dos volumes exportados e existia de facto uma tendência a que eles permanecessem "atrasados" com relação aos últimos. Assim, a única saída para os pequenos e grandes produtores era procurar aumentar ao máximo o volume da produção individual, com a finalidade de compensar a queda tendencial dos preços nos mercados consumidores e por conseguinte, lutar por manter com alguma estabilidade, a taxa de lucro. Se considerarmos o volume e o preço para 1907 com índice 100, desde ano até 1930, apenas uma vez o índice dos preços suplanta o

do volume, isto em 1927. Nesse ano subiu para 45.826 toneladas o volume exportado no valor de 4.346.345 libras, ou seja, índice 221 para o volume junto com o índice 320 para o valor em libra. No ano seguinte, a regra geral volta a se verificar, sendo que em 1930, exporta-se 37.566 t. no valor de 674.136 libras, o que equivale dizer, conservando o índice 100 para 1907, respectivamente 181 para o volume e 50 para o valor⁹⁴.

Os principais mercados consumidores, situaram-se sempre na Europa e nos Estados Unidos. Não obstante, a tendência já apontada no século passado foi confirmada no século XX, colocando os Estados Unidos como os principais importadores do cacau baiano. Acrescente-se a isso, o fato deles serem responsáveis pelo transporte de considerável quantidade do produto. É bom que se diga, entretanto, que outros países se tornaram importadores, passando os seus mercados a serem explorados sobretudo em períodos de crise de superprodução. Na América Latina, tiveram alguma importância, os mercados do Chile, do Uruguai e da Argentina.

Por todo o período da República Velha, a persistência de tradicionais problemas de infra-estrutura (estradas terrestres, de ferro, portos), de falta de crédito, de assistência técnica e de um contingente humano suficientemente grande para garantir trabalho assalariado constante, bem como as elevadas taxações dos impostos públicos combinados com o aumento da produção mundial, frustraram o sonho dos baianos que acreditaram que o cacau assumiria importância próxima, ou até mesmo superior ao café paulista, como fonte de acumulação de capitais para a região. Com o cacau, foi-se a "última" oportunidade para a Bahia inserir-se, ao menos com alguma dominância, no quadro da divisão inter-regional do trabalho que se consolidará no Brasil, no período posterior a 1930.

Todavia, juntamente com a cafeicultura, com o plantio do fumo e em menor grau, com a exploração do diamante da Chapa da, a cacauicultura baiana impede-nos de considerar a produção primária da Província e depois do Estado, como em decadência absoluta. O mais correto seria tratar o período até 1930, como de transição para uma nova reordenação agrícola, que termina colocando o cacau como a principal fonte de acumulação da Bahia.

Esta afirmação se torna mais evidente quando se leva em conta a sua conjugação com o processo da internacionalização/nacionalização da acumulação de capital, iniciado nos finais do século passado. A decadência do açúcar e o relativo ascenso do cacau, não se verificam no período da livre concorrência. Se assim fosse, havia sucedido outras consequências para a economia baiana, no que diz respeito aos seus aspectos fundamentais, estruturais. Mas a Bahia só veio encontrar um substituto para a cana, quando se combinavam hierarquicamente, a estruturação "definitiva" da divisão internacional do trabalho e a hegemonia do café; este, como principal móvel da acumulação interna, que em São Paulo apontava para o aprofundamento da divisão social do trabalho, entre a agricultura e a indústria. Tal processo significou a nível nacional, a estruturação de uma divisão inter-regional do trabalho, sob a dominância do centro-sul.

Assim, a Bahia não consegue reverter essa divisão em seu favor, não apenas porque o cacau expandiu sua produção somente nas primeiras décadas do século XX, nem tampouco por causa dos problemas infra-estruturais de produção e escoamento. Junte-se a isso, o fato do café, desde a década de quarenta do século XIX, ter-se mantido como o principal produto de exportação do país, refletindo sobre o complexo econômico paulista, como nenhum outro produto em nenhuma outra região conseguiu refletir, em termos de diversificação econômica. Porém, mais do que isso, é esse movimento desigual da produção de valor no país, combinado com a transição para o capitalismo monopolista nos países avançados, que irá engendrar uma divisão por regiões no Brasil, sob a liderança da que tinha a estrutura produtiva mais avançada. É claro que esse processo não se completa automaticamente. Atravessará os anos 30 deste século, mas as suas raízes acham-se plantadas entre a segunda metade do século passado e a "grande crise de 29".

Se na fase da acumulação sobretudo baseada na extração da mais-valia absoluta (período da livre-concorrência), a divisão nacional do trabalho foi anunciada, na fase onde a extração da mais-valia relativa se tornou dominante e foi exacerbada, ela se tornou numa necessidade para a acumulação nacional e internacional de capitais.

NOTAS

- 1 . Cf. MARX, K. & ENGELS, F. La esclavitud en America. In: MARX, K. & ENGELS, F. Materiales para la historia de America Latina. 2. ed. Córdoba, Ediciones Pasado y Presente, 1974. (Cuadernos pasado y presente, n. 30, p. 156-157).
- 2 . Cf. SODRÉ, N. Werneck. Formação histórica do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 62-63.
- 3 . Cf. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 12. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974. p. 25
- 4 . ARRUDA, J.J. de Andrade O Brasil no comércio colonial (1796 - 1808). São Paulo, mimeo., 1972, p. 324. Apud MENDES JUNIOR, A. et alli. Brasil História. São Paulo, Brasiliense, 1977. v.2. cf p. 50.
- 5 . Cf. CALMON, Francisco M. de Góes. Ensaio retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia de 1823 a 1900. Diário Oficial do Estado da Bahia, Ba. Ed. Especial do Centenário. 1923. p. 376.
- 6 . Cf. AMARAL, Braz do. História da Independência na Bahia. Bahia, Imprensa Oficial, 1923. p. 299.
- 7 . Cf. ALMEIDA; Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Planejamento, Salvador, 5(4): 19-54, out./dez. 1977. p.30.
- 8 . EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.46.
- 9 . CALMON, op. cit., p. 381.
10. FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da

Assembléa Legislativa da mesma Província no 1 de março de 1852. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852. p. 60.

11. Cf. EISENBERG, op. cit., p. 41.
12. Ibid., p. 54.
13. Cf. SECRETARIA do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. A inserção da Bahia na evolução nacional . 1^a. etapa: 1850-1889. Salvador, 1978.v.2, tabelas 5 e 6, p.23 e 24, respectivamente.
14. FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pe lo Presidente da Província, o doutor Alvaro Tiberio Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da Fran ça Guerra e comp., 1856. p. 80.
15. Ibid. p. 79.
16. Ibid. p. 79.
17. Cf. FALLA Com que o Exm. Sr. Des. Aurelio Ferreira Espinheira , 1. Vice-Presidente da Província, abriu a 2. sessão da 27. Legis latura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 3 de abril de 1889. Bahia, Typ. da gazeta da Bahia, 1889. p. 157.
18. MENSAGEM e relatórios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima Governador do Estado, em 7 de abril de 1895. Bahia, Typ. do Correio de Notícias, 1895 . p. 77.
19. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978. p. 47 e 50.
20. ALMEIDA, op. cit., 7, p. 23 e 30.
21. FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pe lo Presidente da Província, o doutor João Maurício Wanderley, no 1. de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e

Comp., 1855. p. 38.

22. Cf. EISEMBERG, op. cit., p. 62.
23. Cf. FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 25 de março de 1848. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848. p. 48.
24. SECRETARIA..., op. cit., p. 21.
25. MENSAGEM apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1. sessão ordinária da 8. Legislatura pelo Dr. José Marcellino de Souza Governador do Estado. Bahia, of. do Diário da Bahia, 1905. p. 45.
26. Ibid., p. 46.
27. TAVARES, L.H. Dias. O problema da involução industrial da Bahia. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1966. p. 13-14.
28. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 28.
29. BARAN, Paula. & SWEEZY, Paul M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974. p. 219-221.
30. Cf. CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1930. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1979. p. 127.
31. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 52.
32. Cf. A tese da preferência dos capitais estrangeiros por áreas menos dinâmicas é sustentada por CASTRO, Ana Célia. op. cit., p. 56.
33. Cf. EISEMBERG, op. cit., p. 72.
34. Ibid., Cf. p. 72-73.

35. Ibid., Cf. p. 73.
36. Cf. ALMEIDA, op. cit., p. 23.
37. Cf. CALMON, op. cit., p. 378.
38. Cf. PINHO, J.W. de Araújo. Aviação na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia. Bahia, Edição Especial do Centenário. 1923. p. 140-141.
39. CÂMARA, A. Alves. A Bahia de Todos os Santos com relação dos melhoramentos desse porto. Rio, 1911. Apud AZEVEDO, Thales O. G. de. A. A economia baiana em torno de 1850. Planejamento, Salvador, 5(4):7-18, out./dez. 1977. p. 10.
40. Cf. PINHO, op. cit., p. 132-133.
41. Ibid., p. 132.
42. Cf. SIMÕES, Lindinalva. As estradas de ferro do recôncavo. Dissertação de mestrado apresentada à Coordenação da pós-graduação em ciências humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1970. mimeografado. p. 68.
43. FALLA com que o excelentíssimo Senhor Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1. sessão da 19. Legislatura da Assemblêa Provincial da Bahia em 1. de março de 1872. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1872. p.141.
44. ARCOLO, Miguel de Teive. Memórias sobre as estradas de ferro do Estado da Bahia. Citho. Tipo e Encadernação, Bahia. 1908. Apud SIMÕES, Lindinalva, op. cit., cf. p. 19.
45. Cf. CANO, op. cit., p. 53.
46. BORBA, Silza F. Costa. Industrialização e exportação de fumo na Bahia. Salvador, U.F.B.A., 1975. p. 12. Apud SECRETARIA... op. cit., cf. p. 68.

47. CALMON, op. cit., apud ALMEIDA, op. cit., nota 7, cf. p. 32.
48. BURLAMARQUI, F.L. Cesar. Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco. Rio de Janeiro, Typ. Ind. Nacional de Cotrim e Campos, 1865. p. 98. Apud SECRETARIA..., op. cit., p. 69.
49. Cf. ALMEIDA, op. cit., p. 32.
50. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 71.
51. FALLA que recitou na abertura da Assemblêa Legislativa da Bahia o Presidente da Província Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque no dia 19 de março de 1863. Bahia, Typ. poggetti , 1863. p.87. Apud SECRETARIA..., op. cit., p. 70.
52. Cf. SECRETARIA..., op. cit., nota 13, p. 88.
53. WESTPHALEN, Bach e KROHN. Centenário 1828 - 1928. Bahia, 1928. p. 24-30. Apud SECRETARIA..., op. cit., cf. p. 32.
54. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 76 e 89.
55. FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins n'abertura da Assemblêa Legislativa da mesma província em 4 de julho de 1849 . Typ. de Salvador moitinho, 1849. p. 52-53. Apud SECRETARIA... , op. cit., nota 13, cf. p. 79.
56. Cf. SECRETARIA..., op. cit., tabela nº 1, p. 80.
57. Ibid., cf. p. 82, tabela 4.
58. Cf. JANCSO, Istvan M. As exportações da Bahia durante a República Velha (1889-1930); Considerações preliminares. Paris, Colloques Internationaux du C.N.R.S., sîd. Mimeografado n. 543, p. 340.
59. CANABRAVA. Alice e P. A grande lavoura. In: História Geral da Civilização. O Brasil monárquico. São Paulo, DIFEL, 1974. t. 2,

- v. 4, p. 118. Apud SECRETARIA..., op. cit., cf. p. 84-85.
60. Cf. JANCSO, op. cit., p. 341.
61. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 135.
62. Ibid., cf. p. 136.
63. Arquivo do Estado da Bahia, Colonias - março 4.606. Apud SECRETARIA..., op. cit., cf. p. 137.
64. CANABRAVA, op. cit., p. 98 apud SECRETARIA..., op. cit., cf. p. 138.
65. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 138.
66. Ibid., cf. p. 147.
67. Ibid., cf. 149.
68. Cf. JANCSO, op. cit., p. 340-341.
69. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 184.
70. FALA com que o excellentissimo Senhor Dezembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1. sessão de 19. Legislatura da Assemblêa Provincial da Bahia em 1 de março de 1872 . Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1872. Apud SECRETARIA..., op. cit., p. 187.
71. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 188.
72. Ibid., cf. p. 194.
73. Cf. CANO, op. cit., p. 94.
74. Cf. SANTOS, Mario Augusto da S. Comércio português na Bahia 1870 - 1930. Salvador, Artes Gráficas, (1977). Centenário de Manoel Joaquim Carvalho & Cia. p. 21.

75. Cf. MENSAGENS PRESIDENCIAIS; presidência Arthur Bernardes, 1923-1926. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. p. 289-290.
76. MENSAGENS PRESIDENCIAIS; presidência Washington Luis, 1927-1930 Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. p. 819.
77. Ibid., cf. p. 821.
78. MENSAGENS PRESIDENCIAIS, presidência Getúlio Vargas, 1933-1937. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. p. 410-412.
79. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 125.
80. Cf. ALMEIDA, op. cit., p. 36.
81. Cf. Para uma análise mais detalhada da pecuária baiana na segunda metade do século XIX, ver SECRETARIA..., op. cit., p. 49-64.
82. Cf. PINHO, A cultura do cacauzeiro na Bahia, op. cit., p. 234 - 235.
83. SECRETARIA..., op. cit., p. 171.
84. Cf. GARCEZ, A.N. Rolim & FREITAS, A. Guerrereiro de. História e econômica e social da região cacauzeira. Rio de Janeiro, Carto. - Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975. p. 18.
85. Cf. JANCSO, op. cit., p. 34.
86. Cf. PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo, Brasilense, 1976. p. 242.
87. Cf. GARCEZ, op. cit., p. 26.
88. Ibid., cf. p. 31. É feita uma comparação entre os dados fornecidos por Seligshon e por Pinto de Aguiar.
89. Cf. PRADO JUNIOR, op. cit., p. 241.

90. Cf. PRADO JUNIOR, op. cit., p. 243; PINHO, A cultura do cacaueiro na Bahia, op. cit., A cultura do cacaueiro na Bahia, op.cit. p. 234.
91. Cf. JANCSO, op. cit., p. 339.
92. Cf. PRADO JUNIOR, op. cit., p. 242.
93. Ibid., cf. p. 243.
94. Cf. JANCSO, op. cit., p. 350, tabela 3.

III - A GÊNESE E O CARÁTER DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA BAHIA

A nível de cada nação, a indústria surge a partir de um movimento próprio, sem que tenha que repetir o modelo clássico europeu de formação. Mas, na realidade, as particularidades da sua implantação em cada país, trazem a originalidade dos traços fundamentais de sua construção nas nações pioneiras. Nas várias regiões, a depender da forma como estas se colocam na divisão internacional do trabalho, a ação das variáveis estruturais de cada economia é dada de acordo com a dominância assumida por uma delas, determinando assim o grau e as formas das especificidades do aparecimento do capital industrial, embora sejam todas determinadas em última instância, pelas relações mundiais de produção.

Sob o capitalismo e muito particularmente sob o capitalismo monopolista, a industrialização das regiões do globo que se incorporam subordinadamente à divisão internacional do trabalho é feita a partir da "resolução" de certas contradições secundárias dentro da constelação à qual se acham submetidas, mas que são a expressão crescente da unidade da economia mundial.

No Brasil, como na América Latina, da forma como tentamos mostrar, uma característica própria de desenvolvimento foi dada pela constituição do Estado-Nação. Não deixamos nem podíamos deixar de lhe dar a sua real importância, desde quando sabemos que não foi um "peso morto" criado mecanicamente pela base infra-estrutural. O que não fizemos - porque isso implicaria em abandonar o método proposto - foi deixar de considerar o Estado, como um instrumento de progresso ou de reacionarismo, situado no âmbito superestrutural. Seu raio de determinação e sua importância categorial não podem ser apartados e aquele não é maior que o das relações de produção, já de muito articuladas a nível mundial.

A independência nacional conferiu ao país certa autonomia política que deixou sua marca no desenvolvimento histórico da nação, mas jamais rompeu o elo que a prende à produção mundial de valor, mesmo nos momentos de crise internacional. Pelo contrário, o que se verificou como tendência geral,

foi uma maior unidade de suas relações com o mundo via capital comercial e financeiro. A sua industrialização, por mais paradoxal que pareça, foi a seu modo, a manifestação exacerba da dessa unidade, ainda que e por isso mesmo, contraditória. A especificidade de sua formação, constituiu-se na combinação concentrada de desigualdades universais.

1 - Agroexportação e Divisão Social do Trabalho na Bahia e em São Paulo

1.1 - A Teoria e as Evidências do Caso Baiano

No Brasil, o capital industrial é gestado pelo amálgama das contradições entre o capital agrário e o capital comercial e financeiro, no quadro de uma economia nacional onde a forma hegemônica de produção de valor tem base agrária, dado o modo de inserção da economia como um todo na divisão internacional do trabalho. Assim, os diversos tipos de capital, mantêm entre si ligações orgânicas, mas contraditórias, refletindo a forma de produção ou de circulação a partir da qual são acumulados.

Se considerarmos que foi com a grande indústria que o capitalismo se implantou realmente como um modo de produção especificamente definido, devemos considerá-la na verdade, como um marco indicador do grau de desenvolvimento das forças e relações sociais de produção tipicamente capitalistas, de um país ou de uma determinada região de um país.

O aparecimento de unidades fabris e muito particularmente da grande fábrica, independentemente de seu número, não pode ser um acontecimento fortuito. É sem dúvida a manifestação formal de potencialidades vivas, concretas, que denotam a medida da maturidade atingida por um "ambiente" econômico, ou ao menos, a possibilidade de atingir-se uma divisão social entre indústria e agricultura, num grau a permitir a acumulação autônoma de capitais nos dois setores. Dadas as particularidades da gênese da industrialização dependente, ela se faz

"mistruando-se" ao artesanato e às manufaturas. Isso entretanto, coloca do ponto de vista da investigação, um problema de relativa importância, dado que os documentos em geral agregam numa mesma categoria, artesanatos, manufaturas e indústrias, sendo que os estudiosos por sua vez, absorvem em seus trabalhos, via de regra, a mesma concepção, sem adotar um critério aproximativo da realidade histórica.

Todavia, as três unidades produtivas se diferenciam não apenas no nível quantitativo, mas também e sobretudo, no nível da qualidade. A grande indústria exige a subsunção real do trabalho ao capital, o que tornando-a diferente das outras unidades produtivas, atesta a presença de relações sociais de produção capitalistas por excelência.

A adoção desse método possibilita como consequência à análise do capitalismo dependente, a perspectiva de tratar a formação industrial e suas relações com a agricultura, sem entender a predominância da agricultura como um critério absoluto. Isto porque as transformações a nível das relações de produção apontam para uma nova fase que por seus fundamentos diz menos respeito à acumulação agrícola através do trabalho escravo e do trabalho assalariado, do que à acumulação industrial¹. Entretanto, para facilitar o nosso trabalho adotaremos a classificação proposta por Sampaio², que de resto foi a mais rigorosa até agora empreendida no estudo das origens da indústria baiana, aproximando-se dos critérios acima referidos.

Ao que tudo indica, foi na Bahia onde se construiu boa parte das primeiras "fábricas" do país, já na primeira metade do século passado. Por essa época, São Paulo não se apresentava como a Província promissora que a partir da década de 1870 torna-se a principal responsável pela expansão cafeeira. Ainda em 1852-57, o porto de Santos não escoava mais que 6% da produção brasileira do café, contra 92% das exportações do mesmo produto pelo Rio de Janeiro. Este, em 1867-72, escoava 81% com a produção do Vale do Paraíba³ embora houvesse começado um movimento que o levaria a ser superado pela Província de São Paulo como resultado do processo de deslocamento geográfico da cultura, da mecanização da produção e da introdução do trabalho assalariado etc...

Desde a década de 40, o Vale do Paraíba participa com

o principal produto da pauta das exportações brasileiras. Antes mesmo, nos anos 30, o Brasil já era o maior produtor mundial de café, havendo superado Java e Ceilão. A Bahia pelo contrário, enfrentava grandes dificuldades em suas atividades agro-exportadoras, sobretudo com o açúcar, seu principal e tradicional produto de exportação.

Entretanto, desde a década de 1830 a Bahia já contava com duas fábricas de tecidos. Incluíram-se entre as primeiras do Brasil e até a fundação da última delas (N.S. da Conceição em 1835) só existiam fora da Bahia, uma em Pernambuco fundada em 1825 e outra no Rio de Janeiro fundada em 1831⁴. Sem contar com os 47 engenhos movidos a vapor que poderiam ser agregados no ramo da agroindústria açucareira, na década de 1850, funcionavam na Província baiana vinte e cinco fábricas.

Conquanto tenha sido no ramo têxtil onde se situam as empresas mais importantes, a composição do setor secundário da Bahia tendia à diversificação e até 1889, acham-se registrados em vários documentos cerca de 11 ramos, que se dividiam entre a fabricação de tecidos grosseiros e a fabricação de caixas, máquinas, vidros, louças, telhas, tijolos, papel, velas, sabão, carvão, aguardente, álcool, cerveja, vinagre, cigarros, charutos, chapéus, mármore, etc...⁵

Por volta de 1872, de acordo com o primeiro Censo Demográfico do Brasil que foi realizado neste ano, a Província baiana tinha 13% da população brasileira⁶, sendo Salvador na época, a segunda capital mais populosa do país e a primeira do nordeste. Para a indústria nascente na Província, decorreu daí certa facilidade na compra de mão-de-obra livre e barata e um relativo mercado consumidor local. Salvador tinha na época cerca de 129.109 habitantes contra os 31.385 habitantes da capital paulista.

Se juntarmos à relativa densidade demográfica, outros fatores como a proximidade das principais fontes de energia local (lenha e água) e a vizinhança das bases produtoras das principais matérias-primas, teremos mais duas importantes variáveis que contribuíram para que entre os anos 1850 e 1870, brotasse na Bahia o primeiro surto manufatureiro e industrial do Brasil.

No ramo têxtil como exemplo, por volta de 1866 a Ba-

hia possuía 6 fábricas das 10 existentes no país. Ao redor de 1875, ainda nesse mesmo ramo, a Bahia se achava com 10 das 29 fábricas em funcionamento no Brasil. Às vésperas da instauração da República, a Província balana contava com 135 fábricas, destacando-se entre os ramos de maior número, o de alimentos e bebidas com 38 unidades produtivas, o de química com 35 e o de transformação do fumo com 21 unidades⁷. No entanto, dos ramos existentes, apenas o de tecidos e o de metalúrgica se aproximaram ou pertenceram efetivamente aos quadros da típica indústria, considerando o número de operários, o capital empregado e a tecnologia. A maioria das unidades produtivas pertencentes aos outros ramos, ou estavam no estágio de transição entre o artesanato e a indústria (manufatura) ou tinham caráter de oficinas artesanais.

Para que surgissem essas oficinas, manufaturas e fábricas, outros tantos fatores se conjugaram aos citados, direta ou indiretamente. Alguns de caráter estrutural, já outros, de natureza mais conjuntural. Enumeremos alguns:

- as quedas do câmbio que provocavam efeitos negativos para o comércio de importação de mercadorias;
- as dificuldades do Tesouro Nacional que obrigavam a elevação das tarifas alfandegárias;
- a Guerra de Secessão nos Estados Unidos impede estes de abastecer o mundo com seu algodão, provocando o encarecimento dos tecidos por nós importados, sobretudo os ingleses;
- a cessação do tráfico de escravos que apesar de tornar crítica a lavoura da cana, o processo de fabricação do açúcar e por conseguinte, seu comércio de exportação, "libera" duas vezes o capital comercial (enquanto capital empatado no tráfico de escravos e enquanto capital com dificuldades de acumulação) para investimentos na produção industrial;
- a queda vertiginosa das exportações do algodão em consequência da retomada do mercado mundial pelos E.U.A., obrigando a internalizar-se o uso desta matéria-prima;
- a proteção governamental conquistada pelos industriais, como a cobrança de impostos suplementares so-

bre os produtos exportados embalados com sacaria estrangeira.

Vale a pena lembrar que o fator referente à proximidade de das fontes de produção de matéria-prima no que diz respeito às indústrias de tecidos, só em termos relativos podemos considerá-lo para a Bahia, pois como já vimos no capítulo anterior, sua produção interna era escoada para outros Estados devido às dificuldades de acesso às zonas produtoras. Isso obrigou à importação do algodão de outras províncias, constituindo-se assim, num fator de descapitalização para a Província.

As metalúrgicas também funcionaram com matéria-prima importada, só que do exterior. Apesar disso desempenharam um importante papel para a produção açucareira baiana, produzindo maquinário a vapor e peças de reposição para os engenhos baianos, para as fábricas e para os navios das companhias de navegação. Conquanto não se possa afirmar que todas as fábricas desse ramo aqui existentes fossem de capitais estrangeiros, sabe-se que 7 das 14 unidades arroladas tinham nomes estrangeiros, na sua maioria ingleses. Esse fato parece ser confirmado pela observação de Graham⁸ de que as primeiras fábricas aqui implantadas com capitais ingleses foram de fundição de ferro. Se considerarmos que a tecnologia usada deveria ser das mais complexas, e esta, juntamente com a matéria-prima importada deveriam requerer custos de produção relativamente elevados, concluiremos acreditando na predominância do capital estrangeiro, no ramo metalúrgico.

Apesar disso, a importância das indústrias têxteis foi ainda mais relevante. Utilizaram o maior número de operários e até a década de 1870 detinham o primeiro lugar em volume de capitais empregados no setor secundário. A maior parte desse capital era utilizado na aquisição de máquinas que pelas características referidas nos diversos documentos situavam-se entre a tecnologia de ponta, o que explica a predominância da grande indústria.

O seu mercado consumidor na Bahia constituía-se fundamentalmente de trabalhadores assalariados e das camadas mais baixas da população, incluído-se aí os escravos e ensacadores de produtos agroexportáveis. A terça parte da produção era, no entanto, exportada também para outras Províncias e o seu va-

lor só conseguia ser superado pelos valores das exportações do fumo, açúcar e café, para o exterior.

As características da indústria têxtil, ligaram-na unilicalmente à atividade primário-exportadora, mas contraditoriamente também, ao comércio de importação, particularmente de tecidos. Boa parte, senão a maioria dos proprietários de fábricas têxteis na Bahia, foram originariamente importadores de tecidos e muitos continuaram, concomitantemente à atividade secundária, como agentes do comércio.

A mesma dialética persistiu nas manufaturas de cigarros, charutos e rapês com um agravante para a acumulação "nativa" de capitais: as principais firmas que poderiam ser enquadradas como indústrias propriamente, eram filiais das empresas alemãs que monopolizavam o ramo, mundialmente. Isso equivale dizer que apenas uma parte dos lucros era reinvertida nessa terra e sendo assim, buscava-se somente compensar as baixas do câmbio que encareciam o produto importado, garantir um mercado consumidor em formação, estimulando-o sobretudo para as faixas da população de baixo poder aquisitivo, o que não se podia fazer a contento com o produto importado.

A primeira manufatura do fumo fundada em Salvador, data de 1819 e por volta da metade do século, as importações de Cuba, Nova York e Gibraltar⁹ são abandonadas, sendo trocadas pelo produto alemão ou pela própria produção local.

A unidade contraditória das formas de produção e circulação de valor, com base numa economia agroexportadora em que o principal produto de exportação pesava cada vez menos na balança comercial do país, traçou limites muito estreitos para a acumulação de capital a partir da indústria na Bahia. O processo que se esboçou apontando para o aprofundamento da divisão social do trabalho, só se realizou em níveis muito dêbeis impedindo, por conseguinte, uma acumulação industrial auto-geradora. Tais limites estão na base daquilo que, como resultado das "frustrações" das classes dominantes locais, ficou conhecido quase pateticamente como o "O Enigma Baiano". Com muito mais razão, todavia, cabe colocar estes limites entre as raízes da incorporação da Bahia a um espaço econômico, posteriormente dependente do Centro-Sul.

Assim, o "destaque" alcançado pela Bahia entre as dê-

cadras de 50, 60 e 70 com o primeiro surto industrial de alguma importância do Brasil, particularmente no que diz respeito à indústria de tecidos, começa a ser eclipsado a partir de 80. Segundo Boris Fausto, em "1885, antes mesmo que na Província de São Paulo a produção industrial tivesse algum significado, observava-se a existência de maior número de empresas no Centro-Sul"¹⁰. Das 48 fábricas têxteis arroladas em todo Brasil, mais da metade agora já se localizava no centro-sul. Daí por diante, a posição da indústria de tecidos da Bahia em relação a esta região, passa a declinar-se.

Para nós, esse processo só pode ser explicado fundamentalmente pela ação da variável independente demanda externa (em relação à economia nacional) e seus múltiplos efeitos sobre a economia da nação, que são exacerbados ao se acharem crescentemente produzidos pela concomitância da ação desta variável, com a ação da variável capital financeiro.

O café, que já em 1830 contribuiu com 43,8% do total do valor dos produtos exportados pelo país, aumentou na década de 1850 para 48,8%. Nos anos 70, sua participação subiu para 56,6% e na década seguinte para 61,5%. O açúcar de sua parte, caiu de 26,7% dos anos 1840, para 12,3% nos anos 60, atingindo na década de 1880, 9,9% do valor total dos produtos exportados pelo Brasil¹¹. Essa tendência não se modificou quando o país entrou no período republicano e as percentagens do café em alguns anos superou a estimada para a década de 1880. Na tabela 1, conquanto os valores não se refiram à participação de cada Estado nas exportações totais do país, podemos deduzir dela a situação da Bahia e de São Paulo, considerando as suas especializações agroexportadoras.

TABELA 1
 PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS RELATIVOS AO
 VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL

PERÍODOS	CAFÉ %	AÇÚCAR %	CACAU %	FUMO %	OUTROS %
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,7	23,1
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,8	39,9
1911-1913	61,7	0,3	2,3	1,9	33,8
1914-1918	47,4	3,9	4,2	2,8	41,7
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,6	30,6
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,0	21,8
1930-1933	69,1	0,6	3,5	1,8	25,0
1934-1939	47,8	0,5	4,3	1,6	45,8
1940-1945	32,5	0,6	3,2	1,2	62,5

FONTES: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, p. 1379-80; Brasil em Números, 1960, p.88 Apud VILELA, A. V. & SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. 2.ed. Rio de Janeiro, IPEA - INPES, 1975 p.50.

Só para dar um pouco mais de precisão à posição de vantagem do centro-sul, sobretudo de São Paulo como principal produtor e exportador do país, tomemos como base de cálculo, os anos de 1877 e 1878. Os índices da produção cafeeira em 1907/08 são para todo o Brasil 530, para o Rio de Janeiro 166 e para São Paulo 1.544¹². Mesmo somando os percentuais de participação da Bahia nas exportações brasileiras que se acham incluídos nos quatro produtos da tabela 1, São Paulo apenas com o café, ainda seria de longe o maior contribuinte.

Dito isto, sustentamos que nenhum outro fator pôde ter contribuído tão fundamentalmente para o aprofundamento da divisão social do trabalho entre a indústria e a agricultura em São Paulo, mais que a demanda externa do café, ainda que possa parecer paradoxal. E disso não se pode extrair uma relação exclusivamente quantitativa, senão o contrário, mesmo por

que não existe quantidade sem qualidade.

Neste ponto, ainda que todavia concordemos com Sampaio quando ele diz não se poder analisar o "subdesenvolvimento baiano" e o "desenvolvimento paulista" exclusivamente a partir da pauta de exportações¹³, afirmamos que mediatamente, cabe à demanda internacional do café a principal responsabilidade pela diversificação da economia paulista e particularmente, pelo aprofundamento de sua industrialização. De outra parte, é a fraca atuação dessa determinante sobre a economia baiana que produz o efeito inverso, criando mesmo por essa época, ainda que não a dependência, mas as raízes da dependência em relação ao centro-sul.

O autor citado é quem propõe dois fatores como fundamentais para a explicação da perda de posição da Bahia durante o século XIX: a) o predomínio do capital comercial; b) as características do mercado consumidor baiano¹⁴.

Com muita procedência ele chama atenção para duas especificidades através das quais se manifesta a dominação do capital comercial. A primeira diz respeito ao fato da empresa açucareira ter sido montada e controlada pelo capital comercial português. A segunda diz respeito à ascendência dos grandes comerciantes sobre os senhores de engenhos. Acentua entre tanto, que é sobre a atividade fumageira que o capital comercial exerce toda sua "sanha"¹⁵, com o que aliás concordamos. Porém, não concordamos com as conclusões extraídas por Sampaio para explicar o fato da indústria baiana não ter conseguido maior desenvolvimento.

De fato, as origens históricas da "plantation" canavieira lhes configurou uma estrutura bastante vulnerável à ação expoliadora dos comerciantes. Com relação ao café, a histórica foi outra. Este não foi plantado visando a colonização e a acumulação primitiva, tampouco foi cultivado por capitais estrangeiros, na mesma medida em que se deu na plantagem canavieira. Pelo contrário, a generalização da cafeicultura se deu depois da quebra do exclusivo colonial e da constituição do Estado Nacional, em suas origens a partir de capitais nacionais visando imediatamente a acumulação nativa, ainda que a sua expansão tenha produzido acumulação fora do país e tenha sido consequência também de determinantes exógenas.

Foi em parte, com os capitais dos decadentes mineiros das Gerais que se transferiram para a baixada fluminense, buscando o cultivo da cana e de outros produtos agrícolas, que muitas fazendas de café foram montadas, quando da expansão do consumo europeu. Outras já existiam antes mesmo de se dedicarem ao café na região. Nessa medida, a configuração estrutural das propriedades criadas, não permitiu de imediato grandes espoliações. Mas nem aí e nem posteriormente no Vale do Paraíba, os fazendeiros estiveram livres dos comerciantes. Não raro perderam para estes últimos suas propriedades, como assim na Cano¹⁶. Subindo para o Oeste Paulista, uma estrutura muito mais sólida foi montada, permitindo que o próprio capital agrário cafeeiro se transformasse em capital comercial, financeiro e industrial. Porém, também aí se verificou a ação dos comerciantes como bem apreendeu Silva¹⁷. Sem dúvida, a própria resistência oferecida aos comerciantes e o processo de mesclagem das diversas facetas do capital cafeeiro, devem ter produzido um efeito mais positivo no sentido de facilitar inversões de capitais na industrialização. Contudo, mesmo para a economia paulista não foi essa a variável fundamental.

O que subjaz à formulação de Sampaio, é a concepção do caráter reacionário e conservador do capital comercial, de fato bastante acentuado nos países atrasados dada sua extrema especialização produtiva, baseada na exportação de produtos primários. Esta especialização, devido a ação da concorrência entre os países primário-exportadores, termina reduzindo as exportações destes às vezes, a um único produto, quando não os transforma em produtores "marginais".

Uma economia dessa natureza, depende exclusivamente das suas exportações para não estagnar e por conseguinte, para suprir as suas necessidades de importação. Os comerciantes, não têm nenhum interesse imediato no investimento em indústrias; quer por estarem preocupados na realização dos valores no mercado mundial e a conseqüente obtenção de lucros; quer por serem filiados às empresas dos países industrializados que exploram os produtos que exportam; quer ainda por atuarem como importadores dos produtos industrializados e por conseguinte, extraírem seus lucros da ausência de similares no país primário-exportador. Muitas vezes dá-se a combinação das duas ati-

vidades (exportação-importação) num mesmo agente.

Não obstante, o caráter reacionário e conservador da burguesia comerciante é dado apenas por um dos lados da sua atuação concreta. O outro lado nos é dado pela sua ação mediata que em determinadas condições históricas e a longo ou médio prazo, termina produzindo modificações revolucionárias. Não podemos esquecer essa dialética do capital comercial na transição do feudalismo para o capitalismo europeu¹⁸, ainda que da mesma maneira não podemos obscurecer a sua tendência de ser imediatamente conservador, sobretudo nos países atrasados.

Realmente, o caráter conservador termina prevalecendo, mas não de maneira absoluta, pois se assim fosse não poderíamos explicar a própria indústria baiana nas suas origens, como também toda a industrialização brasileira iniciada no século passado. Todo esse processo contou com a presença marcante e dominante do capital comercial que aliás, o próprio Sampaio reconhece¹⁹. De qualquer modo, a única maneira de se atender a demanda externa não seria pela articulação empreendida pelo capital comercial exportador entre a produção nacional e o mercado consumidor internacional? Não seria a demanda mundial que daria necessidade histórica ao capital comercial?

Dessa forma, conquanto concordamos com o referido autor quando ele afirma que a indústria surge na Bahia como apêndice da atividade comercial²⁰, sustentamos justamente por isso, que a Bahia não aprofundou a sua divisão social do trabalho entre indústria e agricultura, fundamentalmente como consequência do fato de não ter conseguido produto exportável, para substituir o açúcar, com demanda suficiente no mercado internacional que pudesse imprimir a diversificação da base produtiva da economia da Província e depois do Estado, na dimensão para tal fim requerida. O cacau, como tantos mostramos, foi a última oportunidade desta "terra". Nem mesmo a soma das exportações baianas foi capaz disto; não apenas porque os produtos se mantiveram sempre profundamente instáveis na pauta das exportações, como também a renda gerada pelas exportações da Província não foi bastante para romper com todos os "obstáculos" infra-estruturais de sua economia.

Apesar disso, não vemos nenhuma identificação linear entre a expansão das exportações e o aprofundamento da divi -

são social do trabalho. Não adotamos tal concepção mecânica, pois ligaria imediatamente a cada expansão das exportações, uma expansão correspondente na industrialização, ou a cada crise no mercado mundial, um movimento automático em direção ao aprofundamento da separação entre as diversas formas de produção de valor. Consideramos que ambas as variáveis agem no sentido referido, apenas em determinadas condições históricas exigindo a interferência de outras variáveis de caráter nacional e regional. O que queremos frisar, é que se a indústria nasce na Bahia como apêndice do comércio e assim permanece, a explicação não pode ser encontrada, fundamentalmente, a partir dessa origem em si. A persistência do caráter de apêndice ou a estagnação industrial, pelo contrário, deve ser explicada pela impossibilidade da burguesia comercial exportadora em acumular num nível elevado, por médios e longos períodos, dada a especialização produtiva a partir da qual ela negocia, a concorrência internacional a que está submetida e a impossibilidade natural da região a qual se vinculou, em mudar sua especialização primário-exportadora num grau e numa direção desejável. A acumulação num nível elevado é que permitiria inversões de capitais em atividade industrial, quando em períodos de crise no mercado externo, mas também quando o governo fosse obrigado a aumentar as tarifas aldogárias, por exemplo. Existem portanto, várias possibilidades que não permitem uma visão linear do processo.

Como outro exemplo, o capital comercial importador geralmente controlado ainda que parcialmente por empresas estrangeiras, se interessaria por investimentos industriais somente na medida em que pudesse acumular mais, mediante a redução geral dos custos de produção ou de circulação das mercadorias, como no caso da Brahma e da Antártica no Rio de Janeiro e em São Paulo²¹, respectivamente nos começos do século atual, quando passaram a produzir cerveja em território brasileiro. Porém, tal movimento do capital comercial importador, pressupõe em certa medida um desenvolvimento pré-existente do mercado interno, que por sua vez só ocorre a partir da capitalização das formas de produção de valor do setor primário e pelo aprofundamento da divisão social do trabalho pela indústria, mediatizado pelo capital exportador e pelo capital financeiro

internacional, dada a maneira específica de inserção da economia "nacional" na divisão internacional do trabalho e portanto, da sua participação no mercado mundial.

A maneira como formulamos o problema da demanda externa, não deve permitir interpretações que concluam termos adotado a concepção de que a demanda externa e por conseguinte, a circulação, determina em última instância, a produção. Afirma mos posição de princípio inversa durante todo o corpo do trabalho e procedemos assim na análise, explícita ou implicitamente. O comércio externo e portanto, o grande capital comercial, sô encontra explicação histórica na nossa problemática pelas especificidades das formas de produção de valor das diversas bases produtivas "nacionais" e pela sobredeterminância das relações de produção dos países avançados sobre as do Brasil, organicamente articuladas a partir da segunda metade do século passado, pelo próprio capital comercial e de maneira crescente, pelo capital financeiro. Assim, a demanda dos países avançados é determinada por sua vez, pelas relações sociais de produção que lhes dá fundamento. Ademais, o desenvolvimento mundial do capitalismo, por si sô, joga por terra a concepção equivocada da demanda dita "externa", da qual falamos. Perguntaríamos com Lenin: "onde está a fronteira entre o mercado interno e o exterior? Tomar a fronteira política do Estado seria uma solução demasiado mecânica; e ademais, seria isso uma solução?"²². A existência do mercado interno e do mercado externo, sô podem ser admitidas, por conseguinte, no sentido relativo a partir do qual lhes tratamos, isto é; existem como necessidade da reprodução do capital agrário nativo e do capital internacional, no quadro de uma determinada divisão internacional do trabalho.

Outro ponto de partida não pode ser usado para explicar da mesma forma o mercado interno baiano. Nos anos subsequentes à cessação do tráfico de escravos, intensificou-se o processo de utilização do trabalho livre, sobretudo nos minifúndios do sul da Província e no interior baiano. Issônão significou na verdade, um processo de desagregação pela penetração de relações tipicamente capitalistas no campo, o que indicaria uma expansão do capitalismo na Bahia. De fato, foi o resultado da absorção de escravos pela "grande lavoura", forne-

cidos pelas pequenas e médias propriedades, ou da exportação dos mesmos para as fazendas do centro-sul do país. De outra parte, a construção das ferrovias, as exolorações das Lavras Diamantinas, também foram no sentido do trabalho livre. Muitos dos "seus" trabalhadores passaram a "ganhar a vida" através da ocupação de terras devolutas, particularmente quando da decadência das Lavras. De qualquer forma, o simples fato de massas de escravos estarem sendo vendidos para as propriedades cafeeiras, mesmo por preços muito elevados, indicou para o quadro da agroexportação baiana açucareira, muito mais decadência que sintoma de vitalidade. Pelo contrário, como tentamos mostrar na parte da fundamentação do nosso trabalho, o sinal de progresso da agricultura escravista é dado pela incorporação de novas terras e escravos. Se a cultura canavieira na Bahia estivesse em ascensão, não permitiria a sangria que foi feita na única reserva de força de trabalho, que realmente possuía.

Não se estava portanto, passando do trabalho escravo para o assalariado, pelo menos em larga escala. Começaram a parecer pequenos produtores camponeses, artesãos, trabalhadores livres, mas não assalariados stricto sensu. Estes últimos em grau muito menor, particularmente nas fábricas e manufaturas que surgiam na Capital e no Recôncavo.

Segundo Sampaio, em 1872 o número de escravos na Bahia era de 167.824, para uma população total de 1.211.792 habitantes²³. Essa densidade demográfica deve pressupor um mínimo de consumo em mercadorias industrializadas: instrumentos de trabalho, insumos em geral, roupas, tecidos, alimentos, etc... constituindo-se num considerável mercado consumidor, um dos maiores do país. Era um mercado disperso se considerarmos as regiões interioranas e o sul da Província. Porém, no que diz respeito ao Recôncavo, o seu mercado era relativamente concentrado e de razoável acesso, já que servido por trem e por navio. As regiões mais distantes comunicavam-se com a Capital e outras cidades, através dos serviços de tropeiros.

Baseado nestas condições e na formulação precedente sobre o comércio e a indústria baiana de então, Sampaio chega à conclusão de que os limites da expansão do mercado interno,

"não parecem(...) situar-se exclusivamente na persistência do trabalho escravo ou nas dificuldades para a circulação de mercadorias. Embora não se deva esquecer que grande parte dos trabalhadores não-escravos estava submetida a condições de trabalho que deprimiam seu poder aquisitivo, um outro fator deve ser ressaltado para uma melhor compreensão das limitações encontradas pela indústria...:

... a persistência de uma considerável produção artesanal em toda a Província"²⁴.

Assim, compara os dados fornecidos pelo I.B.G.E. com outros extraídos das "Falas dos Presidentes da Província". Segundo a primeira fonte, existiam por volta de 1872, 6.471 pessoas ocupadas na indústria têxtil, enquanto que para 1875, foi encontrada na outra fonte, referência a 1.000 trabalhadores. Porém, já através de um abaixo assinado dos empresários, extraiu-se numericamente 3.000 operários²⁵. De fato, como Sampaio conclui, fossem quais fossem os números corretos, restaria a metade ou mais da metade da população da "indústria" têxtil que deveria na verdade, estar ocupada em manufaturas, em artesanato de tecidos, ou em indústrias rudimentares de beneficiamento do algodão²⁶. Igual ao ramo de transformação de algodão, vários outros devem ter ficado à margem das estatísticas oficiais, que além de deficientes, privilegiavam sem dúvida, as indústrias relevantes e a exportação. Junte-se às atividades sem registros estatísticos, uma considerável agricultura de subsistência espalhada por toda a Província.

Entretanto, mesmo reconhecendo a ação dos fatores referidos, defendemos não residir neles a determinação fundamental que impede o aprofundamento da divisão social do trabalho. Não concordamos que os limites do mercado consumidor baiano para a indústria, tenham sido acentuados pela presença de um vasto artesanato que impediu o seu avanço. Pelo contrário, a presença desse vasto artesanato e o não crescimento do mercado interno, é que foi determinado primeiramente pelo pouco crescimento industrial.

A formação e o crescimento de um mercado interno consumidor, não podem ser colocados independentemente da acumula

ção de capital, como também da formação e do crescimento de um mercado de trabalho. Isso como resultado da própria lógica de acumulação de capitais e da reprodução ampliada.

O processo de constituição do mercado "interno" para os países avançados, deu-se como contrapartida da acumulação primitiva e posteriormente da acumulação clássica. Ao apropriar os detentores de meios de produção (camponeses e artesãos), o capital não apenas criava o mercado para a realização de valores a serem produzidos em larga escala, como também proporcionava o mercado de mão-de-obra que permitiria a continuidade e o desenvolvimento da acumulação, existindo assim, uma relação de necessidade entre o grau e a velocidade da acumulação, e o crescimento do mercado. Isto porque a produção camponesa para a subsistência e os artigos do artesanato anteriormente produzidos pelo proprietários dos meios de produção, foram incorporados ao capital como elementos materiais de sua parte variável e posteriormente consumidos pelos trabalhadores diretos quando estes adquirem sob a forma de salário, o seu valor. Tanto mais aumenta a expansão das bases produtivas capitalistas, tanto mais cresce a população relativa ao capital como mercado consumidor e como mercado de trabalho, e por conseguinte, a própria acumulação. Os meios de produção, de sua parte incorporam a parte constante do capital convertendo-se também em mercadorias que exigem já não mais a reprodução simples, natural, mas a constituição de um ramo especializado em produzi-los em larga escala, pressupondo desta forma também, o crescimento do seu mercado consumidor.

Foi essa dialética que levou Lenin a concluir logicamente no seu "Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", que

"... a questão do mercado interior não existe de modo algum como problema separado e independente, não submetido ao grau de desenvolvimento do capitalismo. Por isso, a teoria de Marx não coloca nunca nem em nenhum lugar essa questão em separado. O mercado interior parece quando aparece a economia mercantil, e o grau de fracionamento da divisão social do trabalho determina a altura do seu desenvolvimento; ... O 'mercado interior' para o capitalismo é criado pelo próprio ca

pitalismo em desenvolvimento, que aprofunda a divisão social do trabalho e desintegra os produtores diretos em capitalistas e trabalhadores. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno separadamente do grau de desenvolvimento do capitalismo..."²⁷

Para regiões como a da Bahia, as condições históricas de sua formação impõem ao mercado interior em constituição e por conseguinte, às origens e ao crescimento industrial, certas especificidades; dentre elas, a de serem mediatamente determinados por um mercado pré-existente e por uma acumulação realizada em função desse mercado, situado fora dos limites do Estado-nação. Existe portanto, uma relação de necessidade entre o grau desta acumulação na Bahia e a profundidade alcançada pela sua divisão social do trabalho.

No que diz respeito ao papel do artesanato, podemos afirmar que mesmo na Europa depois da "segunda revolução industrial", ele não deixou de existir, não obstante se tenha reduzido drasticamente. Ainda hoje, constata-se o quanto é possível e necessário ao processo de acumulação de capital, a combinação de formas de produção de valor profundamente desiguais como a grande indústria, o artesanato e a agricultura de subsistência"²⁸.

Não encontramos assim, outra determinante mais fundamental que a demanda externa. É ela que explica em essência o não aprofundamento da divisão social do trabalho e portanto, a gestação da dependência baiana em relação ao centro-sul, que brotará por inteira, depois de 1930.

A Bahia, que em 1892 achava-se em terceiro lugar no valor total da produção industrial entre os Estados do país²⁹, passa nos começos do século XX para o sétimo lugar. Pela tabela 2, podemos constatar o decréscimo persistente dos percentuais de participação da Bahia.

A produção baiana em 1907 representava 3,27% do valor da produção geral do Brasil. Por volta de 1920 alcançava ... 2,84%, para no ano de 1938 participar com apenas 1,75%. Através da tabela 2 podemos ver que já em 1907, mais de 61% do va

TABELA 2

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL
ANOS DE 1907, 1920 e 1938

ESTADOS	valor em contos de reis					
	1907		1920		1938	
	contos	%	contos	%	contos	%
Distrito Federal	221.621	33,13	666.276	20,8	2.874.332	14,23
Estado do Rio	45.112	6,74	236.875	7,40	1.006.264	5,00
São Paulo	110.754	16,56	1.008.973	31,53	8.864.273	43,20
Minas Gerais	32.370	4,84	178.807	5,59	2.277.340	11,38
Rio Grande do Sul	99.779	14,92	353.749	11,05	2.144.463	10,72
Paraná	33.085	4,95	102.300	3,20	363.969	1,82
Santa Catarina	13.799	2,06	60.609	1,90	372.915	1,86
Pernambuco	27.288	4,08	217.524	6,80	841.669	4,21
Bahia	21.871	3,27	90.776	2,84	350.926	1,75
Outros	63.164	9,45	284.111	8,89	917.283	5,83
TOTAL	668.843	100,00	3.200.000	100,00	20.013.425	100,00

FONTE: PREFEITURA Municipal do Salvador. A situação da Bahia na produção industrial do Brasil. Revista de Estatística e Divulgação, Salvador, 4:77-82, jun., 1942.p. (anexa).

lor da produção industrial do Brasil ficava com apenas três Estados da Federação: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Por essa época, São Paulo se achava em posição subordinada em relação ao Rio de Janeiro, mas no período da Primeira Guerra Mundial, passa para uma posição dominante. Por volta de 1938, apenas aquele Estado detinha mais de 43% da produção brasileira.

Se considerarmos os dados obtidos pelo Censo de 1907 a partir da soma da participação dos Estados do Nordeste, verificaremos que, apesar do valor estimado para a produção industrial ser aproximadamente igual ao valor obtido por São Paulo, excluindo-se a produção da agro-indústria açucareira, a relação Nordeste/São Paulo se reduziria a pouco mais de 65%. Subtraindo-se a transformação do fumo, a relação cairia para menos de 58%, diminuindo em 1919, para menos de 40%³⁰, como consequência do que se convencionou chamar de "substituição das importações", radicalizada durante a Primeira Guerra Mundial.

O valor produzido pela indústria têxtil nordestina segundo o mesmo Censo, atingiu aproximadamente 80% da produção têxtil paulista. Mas, se considerarmos que o valor médio por operário têxtil da produção nordestina, situava-se em 2,2 contos para os 4,6 contos do operário paulista, verificaremos que aquele valor representava apenas 47% do valor de São Paulo. A produção em outros ramos como, calçados, móveis e chapéus por exemplo, representava apenas 30% do mesmo ramo paulista, ainda para 1907³¹.

No que diz respeito às exportações dos vários Estados, não encontramos dados mais precisos e seriados a partir dos quais pudéssemos ter uma visão comparativa mais clara. Todavia, tomando-se como referência o conjunto das exportações do nordeste para 1852/57, temos um índice de participação de ... 31,2% contra 54,5% do centro-sul. Em 1919 o nordeste participava com 13,3% contra 68,1% do centro-sul³².

Um outro indicador do aprofundamento da divisão social do trabalho em São Paulo, pode ser obtido comparando-se o aumento populacional entre a capital baiana e a capital paulista. Em 1872, Salvador tinha cerca de 129.109 habitantes

alcançando em 1920, aproximadamente 280.000. São Paulo que em 1872 possuía apenas 31.385 habitantes, passa a ter em 1920 cerca de 579.000. Daí em diante a diferença se aprofunda drasticamente, sendo que em 1940 enquanto São Paulo já havia atingido 1.330.000 habitantes, Salvador atingiu apenas 290.000³³. Na medida em que a maior parte das indústrias concentraram-se na capital paulista, só a existência de uma relação direta entre a industrialização e o aumento da população que lhe é relativa como mercado de trabalho e como mercado consumidor, pode explicar a elevação brusca da densidade demográfica em São Paulo.

A nível político, da mesma forma ocorrem modificações importantes que também terminam favorecendo o centro-sul. Esse processo que se inicia com a transferência da Corte e o estabelecimento do aparato central do Estado com toda a sua burocracia no Rio de Janeiro, é um sintoma evidente de que também ao nível político, a época do açúcar e portanto do nordeste, também começava a "passar".

De fato, paulatinamente ao processo da expansão cafeeira, aumenta gradativamente a influência dos "novos Senhores" e a quebra da hegemonia das "velhas elites". Aqueles sem dúvida alguma souberam aproveitar da proximidade do centro administrativo do país, mantendo-se rápida e perfeitamente informados da política geral governamental e das suas medidas no dia a dia.

Por volta de 1840 o Estado nacional já se achava consolidado. Assiste-se a uma série de medidas que evidenciam tal fato, como por exemplo, a tarifa Alves Branco que põe fim ao liberalismo do I Império. Proliferam a partir de então empresas de crédito e de transportes, paralelamente a toda uma política financeira "emissionista". Fortalece-se o crédito público, promove-se a imigração e a colonização, abre-se estradas, etc...

No bojo desse processo, começam a brotar os ideais republicanos que a partir dos anos 80, ganham corpo em toda a nação. Entre outras direções, o movimento republicano aponta para o fim da monarquia e da política centralizadora do Império, para a constituição de uma federação de Estados que ga

rantisse a autonomia relativa de cada um deles. O que está por detrás disso, vindo "pari passu" com a abolição da escravatura, é na verdade a instauração da hegemonia dos fazendeiros do café. É Furtado quem diz:

"a descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira, com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos"³⁴.

Proclamada a República e passado o período transitório, o Estado começou a mostrar sua nova cor. Instaura-se a chamada "política dos Governadores" que vai ser a base da consolidação da hegemonia oligárquico-cafeeira e conseqüentemente, das pré-condições que depois da Revolução de 1930 colocará o centro-sul como região dominante na divisão nacional do trabalho. É assim, que durante os quarenta anos da República Velha, o governo central pôde privilegiar com várias medidas as exportações do café em detrimento das velhas oligarquias, particularmente a do açúcar. Todo esse movimento fica mais claro quando constatamos que durante a "Primeira República", apenas um dos presidentes não representou os interesses do centro-sul.

Epitácio Pessoa tornou-se presidente como uma medida de compromisso. Este nordestino, através de uma política anti-seca, foi obrigado a aplicar boa parte da renda nacional no nordeste, atendendo assim, de alguma forma, uma parte dos reclamos das "velhas oligarquias". Mas esta política assistencialista durou pouco, pois ao concluir o mandato, Pessoa teve seus planos arquivados³⁵. A presença de um único nordestino por 4 anos na presidência da República, contra as gestões dos representantes do centro-sul, transformou na verdade, a política do compromisso, numa política de subordinação.

Entretanto, esse processo não foi indolor. Logo come

çaram a radicalizar-se os protestos, com a entrada na cena política, do novo mas bastante concentrado, proletariado paulista. Os anos 20 apresentam os jovens tenentes que junto aos grupos regionais e setores urbanos apoiados por Minas, Rio Grande do Sul e unificados por Getúlio contra os cafeicultores, criam o novo "Estado populista". Todavia, como argumentam Cardoso e Faletto, em pouco tempo Vargas tratou de recu

perar "o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive o dos cafeicultores, a fim de constituir uma nova aliança nacional de poder, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos. Essa política sustentou no plano econômico a defesa do nível de emprego e, por conseguinte, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infra-estrutura assim como pela ampliação dos controles governamentais"³⁶.

1.2. O Caso Paulista ou Dependência como Necessidade Estrutural

Na parte da fundamentação já nos referimos de que maneira os países atrasados (particularmente o Brasil) se articularam à fase da acumulação monopolista e qual o papel que passaram a desempenhar para a acumulação mundial. Vimos como a necessidade de atenuar as contradições da acumulação dos países industrializados acirrou as contradições do Brasil escravista. Vimos igualmente como as contradições daqueles países ao se juntarem às do Brasil escravista, sobredeterminando-as, transformaram-se num móvel da transição para o trabalho assalariado.

Essa transição se consolida de uma maneira mais homogênea em São Paulo, devido à demanda pela sua especialização produtiva agroexportadora. O café, como produto altamente consumido, cumpria a função de baixar os custos do capital variável e portanto, deveria ser produzido a custos menores também. Mas, o Brasil também cumpre a função de mercado consumidor em expansão, de fonte de investimentos diretos ou sob a forma de empréstimos.

Como já afirmamos, não existe nenhuma relação automática entre a expansão das exportações primário-exportadoras e o aprofundamento da divisão social do trabalho entre o setor primário e o secundário dos países exportadores. O caso do café mostra isso.

As exportações cafeeiras cresceram, mas não linearmente e sem oscilações na demanda e nos preços do produto. Quando houve expansão, grande parte dos capitais entesourados foram investidos nas plantações visando-se o máximo de volume exportável e de lucratividade. Em determinadas fases, os preços médios decresceram forçando a redução da lucratividade. Nesse período, o capital cafeeiro teve a possibilidade e, até mesmo foi forçado a inversões em outras atividades que terminaram multifacetando-o. Ocorreu também, como entre 1886-1897, multiplicações das inversões em outros setores, apesar do período ser de expansão do plantio³⁷. Uma ou outra fase, pode ter sido precedida por um período de boa lucratividade, o que facilita e dá uma maior margem de segurança para aplicação fora do setor primário.

As diversas modificações tarifárias que se realizaram e em 1887 e 1888, provavelmente em consequência do déficit público, criaram condições para uma elevação na lucratividade do setor secundário, na medida em que aumentaram os direitos sobre matérias-primas e produtos finais já produzidos no país, subtraindo os direitos sobre as matérias-primas não produzidas no Brasil³⁸.

Esse processo combinou-se em 1891 com a desvalorização cambial que cresceu paralelamente ao protecionismo tarifário, reforçando o setor industrial que segundo Cano tornou-se o campo preferido pelo capital cafeeiro³⁹. Outros fatores também passam a incidir sobre o capital cafeeiro (como a necessidade de importar bens de produção) juntando-se aos velhos problemas da dívida externa e do próprio plantio e produção do café. Isso impedia, portanto, que as inversões do capital agrário fossem contínuas, o que possibilitou sobretudo aos comerciantes importadores, a aplicação em indústrias.

Outros fatores, direta ou indiretamente, vêm também no sentido do reforçamento da atividade secundária. A reforma

bancária permitindo aos bancos particulares a emissão de moedas, e possibilitando-os à exploração de outros setores, são dois exemplos importantes. Nesse ponto Cano, apoiando-se em Stein, sustenta que o "encilhamento" não foi apenas uma "nuvem de papel" e proporcionou efeitos positivos. Muitas empresas que se formaram com base nessa política, conseguiram montar sua infra-estrutura industrial antes da desvalorização atingir níveis muito altos, conseguindo acumulação suficiente para prosseguirem a reprodução ampliada. Quando a desvalorização atinge seus pontos mais altos, tais empresas aproveitaram a diferença produzida pela relação entre os preços dos bens de produção anteriormente mais baixos e a atuação produtiva baseada nos novos preços internos, elevados pelo desequilíbrio cambial, aumentando dessa forma seus lucros.

Todo esse movimento, junto com a elevação do preço interno do café, compensando a desvalorização cambial e os baixos preços da força de trabalho, ampliou as inversões nas indústrias, que já mostravam capacidade de ampliar os lucros. A partir de então, já haviam se implantado os primeiros núcleos industriais do Centro-Sul, que passam a expandir-se e a concentrar-se. Esse processo tem início em 1905, acelerando-se entre 1911-1913.

Mas, a indústria paulista não se formou apenas com capitais nacionais. Na verdade, ainda que sem muita constância, os capitais estrangeiros foram empregados diretamente aqui no Brasil, em atividades produtivas, durante todo o século XIX. Essa tendência ampliou-se pelos fins deste século, particularmente nos setores básicos, como nas estradas de ferro, companhias de navegação, mas também em bancos, casas de seguros, indústrias de transformação e de extração, na produção agrícola, sem falar no amplo controle que exerciam sobre o comércio de importação e exportação, particularmente o de grande porte.

Na indústria, os capitalistas estrangeiros aplicaram seus capitais no ramo têxtil, de calçados, da siderurgia, da metalurgia, etc... Estes dois últimos exemplificam bem a tendência dos países atrasados em queimar etapas em seu desenvolvimento. No Brasil, muitas fábricas de fundição de pequeno e médio porte que existiram durante o século passado, não deram

origem às grandes indústrias, como exemplo, a metalúrgica ... "Pullman Standard Car Export Corporation" e no ramo dos alimentos a Armour, a Wilson, a Swift, etc...

As grandes indústrias que exigiam altas inversões, surgiram através de capitais de poucas "mãos", geralmente ligados ao capital financeiro ou ao Estado. Essas empresas sempre utilizavam tecnologia de ponta, exigente dos mais modernos métodos de divisão técnica do trabalho, impossíveis de serem concebidos estritamente pela experiência nacional. Assim, o país passou a aumentar suas importações de bens de produção, sobretudo porque na medida em que se incorporou atrasadamente na produção industrial, não conseguiu internalizar o processo de fabricação de máquinas por máquinas, em larga escala. Aliás, esse fato não é mais que manifestação da dependência estrutural do Brasil em relação aos países de industrialização avançada, que ao deterem o monopólio da produção de tecnologia, limitam os outros a um processo de semi-industrialização, já que permanecem "eternamente" carentes de um compartimento de bens de produção, explorando quase sempre o compartimento de bens de consumo leve.

A primeira companhia produtora de energia elétrica de São Paulo, foi constituída em 1901 pela junção de capitais franceses, ingleses e belgas. A Light & Power tornou-se proprietária da maior parte dos serviços de gás, água, esgotos, luz elétrica, telefones e transportes urbanos. Foi fundada em 1904, no Canadá, com predominância do capital inglês.

O atendimento desses tipos de serviços, tanto quanto de todos aqueles relativos à infra-estrutura, principalmente (mas não exclusivamente) em função da produção e exportação do café, propiciou a redução dos custos iniciais de produção para as indústrias. Por outro lado, a implantação prévia e em larga escala do trabalho assalariado nas fazendas de café, também proporcionou ao capital industrial vantagens de várias maneiras, enquanto mercado de trabalho e de consumo, sobretudo. Se considerarmos que - não obstante tenha sido na região cafeeira onde a transição para o trabalho assalariado tenha se dado mais homoganeamente - o café combina sua produção a

groexportadora com a produção de subsistência de um vasto cam^{pe}sinato ou quase cam^{pe}sinato que como diz Oliveira⁴⁰, tinha seu excedente canalizado para a cesta do trabalhador, conclui^{re}mos que os custos do capital variável eram baixos, agindo portanto, como um incentivo para as inversões.

O nível médio de salários variava muito em função dos ciclos de expansão e contração da lavoura cafeeira. Isto por^{que}, na medida em que a produção agroexportadora era a princi^{pal} atividade absorvendo também o maior contingente de força produtiva humana, ao expandir-se atraía correntes migratórias além das suas necessidades, que tendiam a ser empurradas pa^{ra} a produção da urbis. Ao contrair-se, criava fluxos migra^{tórios} para as cidades, já que ocorriam muitos desempregos. Assim, também aqui, a seu modo, o capital ao ser acumulado re^{produz} o mercado de trabalho e de consumo de que necessita - contrariamente ao que sustenta Marini⁴¹ - ainda que essa re^{produção} não ocorra diretamente pela e para a acumulação in^{dustrial}. Ocorre como consequência mediata do processo de a^{cumulação} no setor primário-exportador e portanto, pelo aten^{dimento} de uma demanda pr^é-existente de um mercado constitui^{do} previamente, mas fora dos limites do Estado-Nação.

Nesse ponto, duvidamos da correção da tese de Marini. Diz ele que o achatamento exercido pela economia exportadora sobre o consumo do trabalhador, não possibilitou a criação, senão de uma débil indústria, que só crescia quando fatores externos cortavam o acesso da alta esfera do consumo ao com^{er}cio de importação. Dessa forma, a industrialização latino-a^{mericana} não criaria a sua própria demanda e sim, seria im^{plantada} para atender a demanda pr^é-existente nos Estados Nacionais atrasados, constituída pelo consumo das classes domi^{nantes}. Assim, os trabalhadores não teriam grande importân^{cia} nos começos da industrialização como consumidores da pro^{dução} do setor⁴².

Particularmente no que diz respeito ao Brasil, credi^{tamos} pelo contrário, que de maneira específica o capital cri^{ou} um mercado interno para si, embora bastante limitado. Isso fica claro se recusarmos as visões mecânicas que vêm as di^{versas} faces do capital em oposição, mas sem apreenderem a u

nidade dialética que as liga. Aqui, o capital agrário intermediado pelo capital financeiro e comercial, criou para o capital em geral, um mercado interno que foi antes de tudo, mercado de trabalho. Esse processo - pelo menos nos primeiros anos da industrialização - não se deu exclusivamente, nem sobretudo, pelo mecanismo de atração de fluxos migratórios internos para a lavoura cafeeira. Foi através da imigração estrangeira que se estabeleceu no fundamental, esse mercado interno. Até o ano de 1900, quase 100% do total de imigrantes que entraram em São Paulo desde 1820, eram estrangeiros ou seja, 973.312 pessoas. Entre 1901 e 1910 a percentagem se reduz para 94,62%, sendo que entre 1926-1930 ela decresce para 61,92%. No período de 1931 a 1935, a migração estrangeira é superada pela migração interna que participa com cerca de ... 56,72% dos imigrantes que entraram em São Paulo⁴³.

Quanto à participação dos imigrantes estrangeiros na indústria paulista, estima-se para 1901, 90%. Na indústria têxtil de São Paulo em 1913, a percentagem total de operários estrangeiros foi de 82%, ficando em 1920 em 40% em relação ao total de operários estrangeiros⁴⁴.

Diante disso torna-se difícil para nós, entender que um contingente de cerca de 2.553.179 que entrou em São Paulo até 1930⁴⁵, não tenha contribuído decisivamente para a formação e o crescimento do mercado consumidor industrial, tanto quanto, do mercado de trabalho para o capital.

Entretanto, mais uma vez não podemos pensar o mercado determinando em última análise, a produção. O método é o inverso. Deve colocar o surgimento e o aprofundamento da indústria em São Paulo fundamentalmente como fruto da expansão e dos impasses da realização nos mercados externos da forma-valor predominante a nível nacional, o que equivale dizer: limites "estretos" para a acumulação e expansão industrial realizada a partir dos capitais nacionais, mas também para as empresas estrangeiras ligadas ao capital financeiro e/ou ao comércio importador e/ou exportador. Esses limites são impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da acumulação cafeeira na acumulação de capital nacional, que é dada por sua vez pela inserção dependente na acumulação mundial.

O aprofundamento da divisão social do trabalho em São Paulo, residirá primeiro nas possibilidades de super-exploração da força de trabalho operária determinadas pela abundância do mercado de trabalho e pela existência de uma vasta agricultura de subsistência que ajudará a manter o consumo do capital variável a custos baixíssimos. Mas justamente por isso, residirá também nas possibilidades ainda que estreitas, de "aumentar" o consumo dos produtos industrializados pelos operários, como consequência da própria luta de classe e das necessidades da realização da forma-valor industrial. As camadas médias e as classes dominantes, também terão em parte, sua demanda atendida pela produção industrial interna, mas não deixará de lado o consumo propiciado pelo comércio importador. Isso explica a constatação de Oliveira, de que foram "os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados" ⁴⁶ que impuseram à industrialização começar fundamentalmente pela produção dos bens de consumo leves. Assim,

"a ausência de uma economia de trocas anterior, uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade estagnada, a concentração da renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravista, a ausência de "virtualidade técnica" da força de trabalho e, com a Abolição, a explosão de uma população para o capital, marcarão, fortemente, as condições do nascente capitalismo industrial no Brasil da República Velha" ⁴⁷.

Todavia, o caráter da industrialização brasileira será marcado muito mais profundamente, pelas relações entre o comércio exterior, o capital financeiro e a economia cafeeira. A dialética dessas relações são a um só tempo "motor" e "freio" da industrialização. Dois "momentos" concretos dessa unidade contraditória se manifestam no crescimento da dívida externa e nas oscilações dos preços internacionais do café.

A política adotada para tentar compensar as quedas nas cotações do produto, foi a desvalorização da moeda brasileira. Mas na medida em que se procurava viabilizar a manutenção dos níveis médios de acumulação do setor agroexportador, produzia-se efeito negativo sobre a dívida externa, pois

o governo arrecadava os impostos em moeda nacional, mas tinha que pagar as compras no exterior, juros etc... através da moeda estrangeira.

Dessa maneira, as contradições logo se fizeram sentir através das dificuldades em importar, da falta de créditos, falências, etc.

Porém, o círculo vicioso não pára. Pelo contrário, aumenta paradoxalmente como uma necessidade da acumulação "mundial", pela contração de mais dívidas, para pagar as antigas. Faz-se necessário aumentar os impostos que não obstante, não podem ser realizados sem colocar em xeque o equilíbrio político e a hegemonia dos cafeicultores, já que atingirão as exportações. Busca-se então, os produtos consumidos no mercado interno, isto é, a produção nacional e as importações. Assim, entra-se mais uma vez num círculo infernal, pois o aumento dos impostos trai sua finalidade principal, qual seja: "a obtenção do equilíbrio financeiro indispensável à produção do capital cafeeiro, do capital comercial e do capital estrangeiro investido no Brasil" ⁴⁸.

A solução é dada pela lógica das exportações de capitais, isto é, pela sobredeterminância das exportações de capitais às de mercadorias. Os "Rotschids" perceberam que a única maneira de assegurar a continuidade da reprodução do capital, seria "sacrificando" as suas próprias exportações. As contradições dessa política, oferecem uma brecha para a industrialização nacional que é aproveitada pelos industriais na exigência de taxações alfandegárias facilitadoras da importação de bens de produção. Desse modo, o chamado "desequilíbrio regional", através da reprodução do capital determina modificações à acumulação, provocando o aumento da produtividade e a continuidade da acumulação industrial.

Contudo, dada a forma de inserção da economia nacional na divisão mundial do trabalho, na medida em que essa inserção exige a especialização da forma primária de produção de valor, as contradições entre a acumulação industrial e a agroexportadora, impedirão ao processo de divisão social do trabalho de aprofundar-se. Somente quando a falta de sincronias entre as possibilidades de extração do lucro agroexporta

dor e as necessidades dos "países monopolistas" se radicalizarem, é que se criarão as condições para uma mudança qualitativa, no sentido da transformação da indústria como o polo dinâmico da economia nacional.

Esse momento também foi cultivado pela política de sustentação do café, que nos limites extremos, exauria toda a mais-valia proporcionada por este produto, já que se destinava a pagar os custos da intermediação do capital comercial e financeiro internacional através da "redistribuição da mais-valia entre lucros internos e lucros e juros externos completamente desfavorável aos primeiros" ⁴⁹. Neste caso, também, a "solução" sempre foi contrair novos empréstimos para manter em funcionamento a lavoura.

Os empréstimos externos, em última análise, apenas adiam as crises da cafeicultura. Mas, a "Grande Crise" de 1929/1930, desvenda toda a fragilidade das bases da acumulação cafeeira, que na falta do "apoio" externo, obrigam aos cafeeiros a se utilizarem de um último "cartucho": a queima dos excedentes do produto numa tentativa de, mantendo-se os preços internos, salvar parte do capital cafeeiro. O "afrouxamento" dos laços externos acoplados em pré-condições internas, a partir da crise de 29/30 impulsiona a divisão social do trabalho no centro-sul, preparando o terreno nacional para nova unidade contraditória da internalização/nacionalização do capital, já que o antigo padrão além de ter "nacionalizado" pouco o capital, provocou impasses insolúveis para a reprodução ampliada.

Assim, a necessidade de elevar os níveis de acumulação interna, exige como contra-partida, o crescimento dos índices de "realização" interna, o que equivale dizer, uma maior integração das formas de produção de valor do país e o alargamento estruturado e hierarquizado do mercado dito interno, sob a dominância e a determinação do lucro industrial nativo.

Uma série de medidas institucionais foram adotadas, exprimindo o novo caráter da intervenção do Estado. Destas, cabe relevo, a relativa à legislação trabalhista que uniformiza os preços da força de trabalho, colocando como referência o custo de sua reprodução, o salário mínimo. Este na verdade

de, ao transformar o Estado como um deus ex machina aos "olhos dos trabalhadores" e ao contrário do que diz o eufemismo na literatura dele decorrente, proporcionou uma regular e crescente taxa de acumulação investida na infra-estrutura geral, em tecnologia, no desenvolvimento industrial.

Outras medidas do Estado merecem referências, como a suspensão dos impostos sobre o comércio interestadual, a instituição do imposto de consumo, a extinção da possibilidade de cada unidade federativa de legislar o comércio exterior, e a construção de rodovias, que tornaram a circulação das mercadorias uma realidade nacional. Estruturou-se dessa forma, uma divisão social do trabalho por regiões que sofreu um grande impulso com a Segunda Grande Guerra. Diz Oliveira:

"O desenvolvimento industrial da 'região de São Paulo' começou a definir, do ponto de vista regional a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional nacional, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior" ⁵⁰.

Como já havíamos dito, a acumulação monopolista sobredeterminando a acumulação nativa, impossibilita a decadência de economias regionais que perdem a capacidade de se manterem inseridas com significativa demanda nos mercados mundiais. Para o Brasil, isso se torna "definitivo" a partir de 1930. O centro-sul e nele particularmente São Paulo, ao acumular uma maior quantidade de capital que as outras regiões, combina essa desigualdade reproduzindo incessantemente a dependência estrutural dos diversos "Estados-regiões", em seu favor. O nordeste como exemplo, passa a ser o espaço econômico por excelência, destinado à realização dos valores produzidos em São Paulo, sobretudo no que diz respeito aos produtos industriais.

O processo de dependência torna-se mais rico ao efetivar-se crescentemente, o que Oliveira chamou de triangulação das trocas de mercadorias: Nordeste-Exterior-Centro-sul-Nordeste ⁵¹. Esse mecanismo foi induzido pela política de câm

bio baixo combinada pela elevação das tarifas alfandegárias agora a nível nacional, como proteção à indústria de bens de consumo leve do centro-sul. É isso que explica para a Bahia, a queda nos seus índices de produção industrial em relação ao centro-sul, assim como também o crescente deficit da balança comercial do Estado. Conquanto não tenhamos conseguido fontes que especificassem os Estados de onde procediam as importações baianas, nem tão pouco uma série mais longa para o comércio de cabotagem, pela tabela 3 podemos ao menos constatar que desde antes de 1930 já tendiam a ser sempre maiores que suas exportações.

TABELA 3

INTERCÂMBIO COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

1928/1932

VALOR EM MIL REIS

ANOS	CABOTAGEM	CABOTAGEM	EXTERIOR
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1928	320.771.699	81.997.502	117.019.839
1929	258.520.644	73.923.135	103.155.730
1930	213.604.174	56.031.731	80.228.351
1931	209.249.737	69.228.165	54.092.349
1932	210.868.156	65.533.206	42.184.669
TOTAL	1.213.014.410	346.713.739	396.680.941

FONTE: Exposição feita ao Exm^o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Capitão Juracy Montenegro Magalhães Interventor Federal do Estado da Bahia relativa ao exercício de 1932. Bahia, Imp. Oficial, 1933. p.17-18.

Esse movimento comercial deficitário, não foi passageiro e pelo contrário, o que persistiu foi o balanço, na maioria das vezes desfavorável às exportações da Bahia. Se completarmos o exame dos dados da tabela 3 com os fornecidos por Miguel Calmon, não teremos dúvida quanto a isso. Entre 1931 e 1950 o balanço comercial baiano fechou com déficit por

13 vezes, contra 7 saldos positivos ⁵². Se considerarmos a tendência decrescente para as importações do exterior apenas anunciada na tabela 3, fruto do protecionismo alfandegário instaurado pelo Estado-populista, podemos deduzir que a Bahia aumentou suas importações do centro-sul, particularmente as industriais. Segundo Calmon, por volta de 1950, para o consumo local, apenas cinco ramos tinham condições de abastecer o Estado com suficiência, pelo menos aparentemente. Se tirarmos destes as panificadoras, a agroindústria açucareira e a indústria de construção civil, sobrariam apenas as de ladrilhos e a de construção e a de montagem de máquinas. Vale ressaltar que a referida suficiência era apenas aparente ⁵³.

De fato, segundo dados de 1948 do I.B.G.E., a Bahia importava: tecidos, ferramentas, máquinas, utensílios, produtos farmacêuticos, perfumarias, cimento, cigarros, fósforo, farinha de trigo, calçados, objeto de uso doméstico, manteiga, xarque, etc... ⁵⁴, sendo que o maior valor importado cabia justamente ao ramo têxtil, aquele que a um século atrás, havia colocado a Bahia como o principal centro industrial do país.

Se nos basearmos nos dados de Calmon, comparando o valor da produção industrial da Bahia e de São Paulo em relação à produção total do país para o ano de 1979, constataremos para o primeiro Estado 1,85% e para o segundo 49,79% de participação. Por ramo industrial, teremos no de alimentos, 30,1% para o primeiro Estado, contra 3,77% da participação baiana. Já para a classificação "Indústrias de construção, montagem e reparação de máquinas", São Paulo detém 48% da produção nacional, contra os 4,4% da Bahia. Dentre os ramos observados por Calmon, apenas no do fumo, a Bahia superava São Paulo, com 36,14% contra os 24,35% da participação paulista ⁵⁵.

Tomando o conjunto dos Estados nordestinos, verificaremos que esse desnível se manifesta para todos os setores produtivos. De 1947 até 1968, o nordeste aumentou sua participação na agricultura brasileira, de 19,9% para 24,6% enquanto que o atual sudeste passou de 51,7% para 37,9%. No setor secundário a redução ocorre de 10,0% para 6,3%, contra um aumento da região sudeste de 74,6% para 80,9%. No setor de

serviços o nordeste mantém-se praticamente (reduziu sua participação de 14,6% para 13,9%) estável no período, sendo que o mesmo ocorreu com o sudeste, que teve uma redução mínima de 67,7% para 65% ⁵⁶. Assim, só para o setor secundário, em 1968 a diferença a favor dos Estados do antigo centro-sul era de 74,6%.

Estes dados portanto, parecem confirmar a hipótese de que a Bahia tornou-se juntamente com os outros Estados nordestinos, um espaço econômico destinado à realização dos valores produzidos, particularmente pela indústria do centro-sul.

Entretanto, não foi apenas esse o sentido da dependência. Como afirmamos antes, o capital ao reproduzir-se não cria apenas o mercado consumidor para a realização da mais-valia, mas passo a passo, reproduz incessantemente a fonte alimentadora da mais-valia.

Nesse aspecto, a Bahia vem cumprindo um papel relevante como fornecedora de parte da mão-de-obra assalariada do centro-sul. Quando o exército de migrantes baianos se junta ao dos outros Estados do Nordeste, particularmente para São Paulo é proporcionado uma colossal fonte de acumulação de capital, ainda que não fundamentalmente a partir da virtualidade técnica dos "famintos nordestinos", que é nula ou quase nula, e sim, necessariamente, como consequência do rebaixamento dos custos do capital variável que se verifica pela concorrência entre a força de trabalho migrante e a mão-de-obra já existente no centro-sul. Glycon de Paiva, a partir de dados do I.B.G.E. para 1940, afirma que "mais de 8% dos bahianos deslocaram-se para outros Estados, num total de quase 340.000 pessoas, das quais mais da metade para São Paulo" ⁵⁷.

Todo esse complexo movimento de integração do mercado nacional e consolidação da divisão nacional do trabalho sob a liderança dos Estados do centro-sul, não faz mais que preparar o terreno para unidade ainda mais forte do Brasil aos quadros da produção mundial capitalista que é deslançado pelo Plano de Metas e por todo o processo aberto, com o fim do período nacional-populista no Brasil, quando são aceleradas e ampliadas as inversões diretas do capital estrangeiro e as associações com as diversas formas de capitais nativos.

NOTAS

1. Cf. SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 81.
2. Cf. SECRETARIA do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. etapa: 1850-1889. Salvador, 1978. v. 2, p. 243-298.
3. Cf. SILVA, Sérgio. op. cit., p. 50.
4. Cf. SAMPAIO, J. L. Pamponet. Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1975. Mimeografado p. 17.
5. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 251, tabela 2.
6. Cf. LOPES, J. R. Brandão & PATARRA, Weide L. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. Edições Brasiliense - CEBRAP; São Paulo, 20:17-40, s.d.
7. Cf. SECRETARIA ..., op. cit., p. 251, tabela 2.
8. Cf. GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 148. Apud SECRETARIA..., op. cit., p. 254.
9. Cf. ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Planejamento, Salvador, 5(4): 19-54, out-dez. 1977. p. 41.
10. FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920. Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. p. 14.
11. Cf. MENDES JUNIOR, A. & MARANHÃO, R. Brasil história. São Paulo, Brasiliense, 1979. v. 3, p. 188.
12. Cf. SILVA, op. cit., p. 50.
13. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 246.
14. Ibid., Cf. p. 247.
15. Ibid., Cf. p. 247.

16. Cf. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. 26.
17. Cf. SILVA, op. cit., cap II p. 39-41, cap. III p. 58-62, cap. IV p. 81-115.
18. Cf. Sobre a questão consultar SWEEZY, Paul et alii. A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
19. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 247.
20. Ibid., Cf. p. 247.
21. Cf. SILVA, op. cit., p. 96.
22. Cf. LENIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, 1974. p. 550.
23. Cf. SECRETARIA..., op. cit., p. 248.
24. Ibid., p. 248.
25. Ibid., p. 248.
26. Ibid., Cf. p. 248.
27. LENIN, op. cit., p. 52.
28. Sobre a combinação de formas atrasadas e avançadas de produção no período do capitalismo já perfeitamente consolidado ver: (para a Inglaterra em torno de 1860) MARX, K. O capital. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. Livro I, v. 1, cap. XIII; (para uma abordagem de caráter teórico geral dirigida para a agricultura) AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; (para a Rússia da 1.ª metade de século XX) LENIN, op. cit., cap. I, III, IV, V e VI; (. para a produção de subsistência no Nordeste, hoje) SÁ JUNIOR, F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Edições Brasiliense - CEBRAP; 3. ed. São Paulo, 01: 81-134. 1977; (para Salvador, hoje) CARVALHO, I.M.M. & SOUZA, G.A.A. de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. Planejamento, Salvador, 6(4): 425-455, out./dez. 1978.

29. AZEVEDO, J.S.G. Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica. Dissertação de mestrado. Salvador, 1975. p. 15.
30. Cf. CANO, op. cit., p. 98.
31. Cf. Ibid., p. 98.
32. Ibid. Cf. p. 104.
33. Ibid., p. 97.
34. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 12. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974. p. 116.
35. Cf. CHALOUT, Yves. Estado, acumulação e colonialismo interno: condições Nordeste/Sudeste, 1960-1977. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 29.
36. CARDOSO, F. H. & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 67.
37. Cf. CANO, op. cit., p. 122-123.
38. Cf. Ibid., op. cit., p. 143.
39. Cf. Ibid., p. 144.
40. Cf. OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. p. 24-26.
41. Cf. MARINI, R. Mauro. Dialéctica de la dependencia. México, Ediciones Era, 1977. p. 55-56.
42. Ibid., Cf. 61-62.
43. Cf. CANO, op. cit., tabela 71, p.308.
44. Cf. SILVA, op. cit., p. 98.
45. Cf. CANO, op. cit., tabela 71, p.308.
46. OLIVEIRA, op. cit., p. 27.
47. Ibid., p. 28.
48. SILVA, op. cit., p. 106.
49. OLIVEIRA, op. cit., p. 31.
50. OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma religião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro,

Paz e Terra, 1977. p. 64.

51. Ibid., Cf. p. 37.
52. Cf. CALMON, Miguel. Aspectos da economia Baiana. In: BRAN
DÃO, P. R; Org. 1976. p. 112.
53. Cf. CALMON, op. cit., p. 117.
54. Ibid., Of. p. 117.
55. Ibid., Of. p. 113.
56. Cf. OLIVEIRA, op: cit.; nota 40, p.48-50.
57. PAIVA, Glycon. Comentários sobre a economia baiana. In: Bran
dão, Paulo R.; org., 1976. p. 31.

CONCLUSÃO

Os estudos até agora realizados sobre a economia e a história econômica da Bahia, em sua maioria partiram do pressuposto de que o desenvolvimento do Estado se realiza numa evolução que hoje coloca a Bahia apenas numa etapa anterior ao progresso alcançado por São Paulo, como exemplo. Não partilhamos dessa opinião, mesmo percebendo o seu crescimento particularmente no setor secundário, com o CIA, COPEC e SUBAÉ.

Aquilo que se entende como sendo o seu "subdesenvolvimento" em vias de superação, é na verdade a manifestação da dependência estrutural de toda a região da qual faz parte, em relação à região Sudeste.

O complexo industrial da Bahia que está sendo implantado é a imanação viva dessa dependência, na medida em que não "brotou" das forças endógenas da economia do Estado, ou seja; fundamentalmente dos capitais acumulados na "região" e sim, através daqueles acumulados no sudeste ou provenientes do exterior.

Para nós entretanto, as raízes desse processo acham-se entre a segunda metade do século passado e as três primeiras décadas deste século. São em parte explicadas pelo fato da economia baiana não ter conseguido aprofundar a divisão social do trabalho entre a indústria e a agricultura, ensaiada inclusive antes dos outros Estados, com o surto industrial de 1860.

Foi a partir dessa hipótese e da referente à "incapacidade" da Bahia aumentar a demanda dos produtos de sua pauta de exportação no período citado, que juntamos uma outra relativa à acumulação cafeeira mediada e privilegiada pelo capital comercial e financeiro internacional. Em síntese, tentamos sustentar que foi a combinação das desigualdades da acumulação de capitais do centro-sul e da Bahia, sobredeterminada pela acumulação dos países avançados, que gestou a dependência baiana possibilitando o Estado de efetivar num grau necessário a separação entre a indústria e agricultura exportadora. Assim, na medida em que São Paulo particularmente, conseguiu fazer o percurso inverso, pôde transformar o atraso baiano em dependência

estrutural, submetendo o grau da acumulação e as formas de produção de valor na Bahia às leis de reprodução do capital no centro-sul e nos países avançados.

Acreditamos ter conseguido mostrar a veracidade das hipóteses das quais partimos, ainda que reconhecendo a necessidade de aprofundar alguns de seus aspectos, particularmente o referente à sobredeterminação dos países avançados na fase da consolidação da dependência estrutural baiana. Tempo e espaço impediram-nos de estudar melhor certas questões, mas agora estamos ainda mais convencidos de que antes quando iniciamos o nosso estudo da falácia das análises pautadas em pressupostos evolucionistas, que se recusam admitir que a divisão nacional e internacional do trabalho, é também uma divisão de graus de hegemonia no bloco histórico no poder, e portanto, de certas formas do capital sobre outras.

Foi o fato dos estudiosos baianos se situarem numa problemática irreal — porquanto fruto das formulações ideológicas de certas frações dominantes, submetidas ao grande capital —, que levou à criação de mitos como o do "Enigma Baiano", que em última análise não fez mais que escamotear a "lei de ouro" do desenvolvimento do capitalismo, que em termos simples poderia ser assim dita: muitos perdem para que necessariamente poucos ganhem. Isso quer dizer que a acumulação do capital se faz mundialmente, mas de maneira desigual e hierarquicamente combinada.

Nisso não cabe nenhuma concepção teleológica da história. A "lei de ouro" do capital, só pode ser uma "lei de ouro" para o método de sua investigação e portanto, uma posição de princípio da qual se deve partir no estudo de sua acumulação em qualquer parte do mundo. Dessa forma e somente dessa, todos os enigmas podem ser desfeitos, pela constatação de que a dependência se reproduz no espaço "nacional", através da constituição de elos mais fracos (porém necessários) de acumulação.